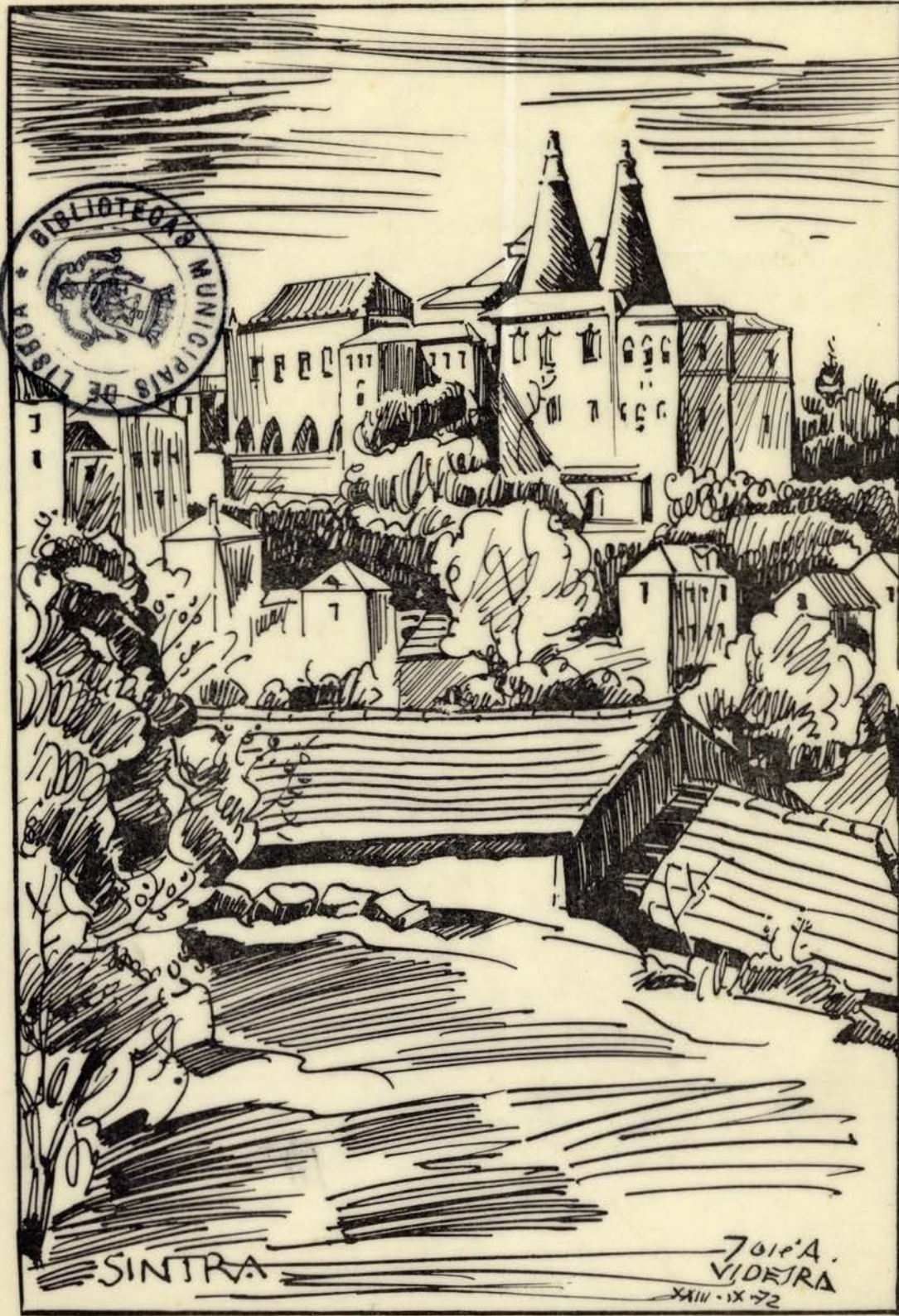


1528

Boletim do
OLISIPO Grupo Amigos de Lisboa





Oferta

27. JUL. 1988

OLISIPO

ANO XLI

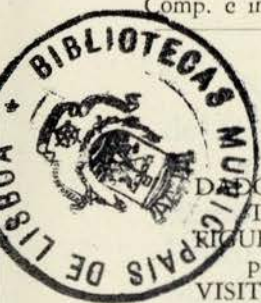
N.º 141

Direcção, Edição e Propriedade
do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Palácio da Mitra—Rua do Açúcar—Telefone 38 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda.—S. Vicente de Fora—R. Voz do Operário, 5-A



SUMÁRIO

DADOS BIOGRÁFICOS DE FRANCISCO D'ASSIS DE OLIVEIRA MARTINS — por sua Filha <i>Maria Antónia</i> e seu Neto <i>Guilherme Waldemar</i>	3
FIGURAS DE CAMPO DE OURIQUE por <i>D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita</i>	11
VISITA À BASÍLICA DA ESTRELA EM 16 DE ABRIL DE 1978 pelo <i>Professor Francisco d'Assis Oliveira Martins</i>	15
DR. LEONEL RIBEIRO [P. C. S.]	20
O PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE AFONSO LOPES VIEIRA	21
JOÃO DE DEUS pelo <i>Dr. Afonso Lopes Vieira</i>	23
SANTO ANTÓNIO, PRESENÇA UNIVERSAL por <i>Monsenhor Moreira das Neves</i>	26
VISITA DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» À CAPELA DA RUA DO VALE DE SANTO ANTÓNIO — pelo <i>Dr. A. Vasconcelos Pinto Coelho</i>	33
A CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E SANTO ANTÓNIO DO VALE — pelo <i>Dr. A. Vasconcelos Pinto Coelho</i>	34
O PAÇO DA PRAÇA DO COMÉRCIO DE 1769 A 1780 pelo <i>Dr. Francisco Santana</i>	44
ROTEIRO FRASEOLÓGICO DE LISBOA (ACHEGAS) pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	57
MONOGRAFIA DA PARÓQUIA DE SANTA ENGRÁCIA — LISBOA pelo <i>Padre Eugénio dos Santos</i>	80
LISBOA NA OBRA DE ROCHA MARTINS por <i>D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita</i>	86
DOMINGO À TARDE — por <i>Vilians Leal</i>	93
AS RUÍNAS DO TEATRO ROMANO DE LISBOA por <i>Carlos Pereira Callixto</i>	94
I CONGRESSO DO TURISMO LOCAL E REGIONAL — Comunicação pelo Vice-Presidente do Grupo Amigos de Lisboa	97
ENTREVISTA CONCEDIDA À RADIODIFUSÃO PORTUGUESA pelo Vice-Presidente do Grupo Amigos de Lisboa, em 24 de Janeiro de 1978, e transmitida em 3 de Março	103
FEIRA DA LADRA — Compilação de <i>P. C. S.</i>	108
AOS AMIGOS DE LISBOA — por <i>Inocência Castelbano</i>	113
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1978 E PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS	115
CORPOS GERENTES PARA 1979-1981	125
ÍNDICE DE <i>OLISIPO</i> , DOS N.ºs 121 A 140 (1968-1977) pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	129

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

Cada exemplar avulso deste boletim tem o preço de 100\$00 para os sócios e de 200\$00 para os não-sócios

Dados Biográficos de Francisco d'Assis de Oliveira Martins

Nasceu Francisco d'Assis de Oliveira Martins a 5 de Dezembro de 1903.

Era bisneto de Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, Ministro do Reino, após a Revolução de 1820; sobrinho do Historiador Joaquim Pedro de Oliveira Martins e filho do médico, assistente de Sousa Martins, Dr. Guilherme de Oliveira Martins e de D. Maria Madalena de Noronha Azevedo Morais Pinto d'Oliveira Martins.

Nasceu F. A. Oliveira Martins numa vivenda mandada construir por seu pai, na Rua de Buenos Aires, esquina para a Travessa do Ferreiro, casa que ainda existe e onde funciona o Infantário Bebé-Domus, em Lisboa.

Foi na sua infância o grande companheiro de seu pai que o levava nas visitas que fazia aos seus doentes e até aos hospitais; aí se habituou Oliveira Martins a contactar ricos e pobres, nobres e plebeus.

Entre a Lapa e Campo d'Ourique decorreu a sua infância e juventude. Fez os seus estudos primários no Colégio Académico e ingressou depois no Liceu Central de Pedro Nunes, onde registou sempre bom aproveitamento.

Obrigado a interromper os estudos oficiais, pela morte de seu Pai, cedo se tornou responsável por sua Mãe e seus 8 irmãos, indo trabalhar.

O trabalho não foi motivo para abandonar os estudos; pelo contrário, mais estudioso se tornou; visitando a Tia Victoria, viúva de J. P. Oliveira Martins, que morava na Rua dos Caetanos: aí em longas conversas com a Tia, senhora muito inteligente e consultando

a biblioteca do Tio, F. A. Oliveira Martins ia enriquecendo o seu saber.

Tornou-se um autodidacta.

Ingressa entretanto na actividade bancária, entrando para a Companhia Geral de Crédito Predial Português, tinha então 17 anos. Funcionário zeloso e correcto, cedo recebe a simpatia de chefes e colegas, o que lhe vale cinquenta anos passados atingir a posição de Secretário-Geral da Companhia e depois integrado nos Corpos Gerentes.



Mas esta actividade é apenas uma parte da vida de F. A. Oliveira Martins.

A 2 de Setembro de 1921, falece a sua Tia Victoria (D. Victoria de Mascarenhas de Oliveira Martins) que, mercê das qualidades de estudo e inteligência demonstradas pelo jovem sobrinho, lhe lega em testamento o espólio literário de Oliveira Martins.

É de notar que desde a morte do historiador em 1894, sua viúva tinha mantido o gabinete de trabalho e a biblioteca de seu marido, tal como na sua vida. «Ficou tal qual estava; no sossego daquele gabinete nós tínhamos a ilusão de que o escritor saíra e de que voltaria em breve — ninguém ali tocou» («Advertência» ao Vol. II do *Portugal nos Mares*, p. XII).

É F. A. de Oliveira Martins quem, 27 anos após a morte do escritor, irá abrir e compilar, o que está inédito: correspondência rica, textos primorosos, e que estão quase todos publicados.

Aos 19 anos inicia a sua vida de família: casa com uma senhora brasileira de origem alemã, D. Leonor Teresa Benthein, de quem virá a ter 5 filhos.

Um ano após o seu casamento, começa a sua vida literária.

Estamos em 1924: na Parceria António Maria Pereira, começa a publicação dos inéditos de Oliveira Martins, com o volume II de *Portugal nos Mares*.

Em 1925, publica os textos de uma polémica célebre — *A Idade Média na História da Civilização* — que envolve Oliveira Martins, Júlio de Vilhena e Antero de Quental. No mesmo ano publica os *Perfis*, também inéditos.

Em 1926, sai a *Correspondência de Oliveira Martins*, prefaciada por Joaquim de Carvalho; e em 1931, *As Cartas Inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins*.

Ainda em 1931, entra para a Casa Pia de Lisboa, como professor de História.

Está no seu elemento. Aí enche os seus alunos, que escutam enlevados, das páginas belas da nossa História.

Em 1934, é a altura de sair o seu primeiro livro original: *Considerações à cerca da obra de Rocha Martins* — «D. Carlos e a sua época», livro que motivou acérrimo ataque do seu autor.

Entre a actividade bancária, a de professor e a investigação histórica, decorre a vida de F. A. de Oliveira Martins, aliada à de família, para a qual sempre viveu com devoção. Mesmo assim encontra tempo para colaborar em jornais e revistas, portugueses, brasileiros e espanhóis, além de dirigir ainda pequenas unidades industriais.

Em 1937, publica *Portugal e Marrocos do Século XVIII*; em 1938, *A Fundação de Vila Nova de Mazagão no Pará* e *A assistência*

pública na Colonização Portuguesa; em 1939, *As Metamorfozes Políticas de Alexandre Herculano*.

Em 1940, é nomeado Director do Arquivo e Biblioteca da Casa Pia.

Em 1941, publica *Oliveira Martins perante o problema colonial e a crise*; em 1942, *A Obra Salesiana em Portugal, D. Carlos e os Vencidos da Vida* (2 edições) e *História breve do Convento Novo de Vila Verde de Francos*; em 1944, publica uma monografia sobre o Governador do Pará e Maranhão, João da Maia da Gama, *Um herói esquecido* (2 volumes).

Em 1945, no *Ocidente* (revista, propriedade de Álvaro Pinto) publica, quando se comemorava o centenário do nascimento de O. M., *Oliveira Martins e a bancarrota de 1892*.

Neste ano de 1945, é contemplado com os prémios: «Ramalho Ortigão» do Secretariado de Informação e «Oliveira Martins», do *Primeiro de Janeiro*, ao seu livro *Socialismo na Monarquia — Oliveira Martins e a Vida Nova*.

Em 1946, publica *O ultimatum visto por António Enes*, com que conquista novo prémio; e no Centenário do Banco de Portugal publica: *Do privilégio de emissão à inconvertibilidade*.

Em 1948, começa um extenso trabalho sobre a sociedade do século XVIII, tomando como tema a análise da vida do fundador da Casa Pia de Lisboa e publica *Pina Manique o político, o Amigo de Lisboa*, trabalho com o qual recebe o prémio Júlio de Castilho, da Câmara Municipal de Lisboa.

Em 1950, aparece *Oliveira Martins, Eça de Queirós e a Vida Nova*; desloca-se ao Brasil, aquando das comemorações da Fundação de Pernambuco.

Em 1951, entrega-se ao estudo da acção dos Portugueses na África Austral, no final do século XIX, publicando 2 volumes de documentos importantes, sobre as viagens dos exploradores Capelo, Ivens e Serpa Pinto. Deixou ainda inédito um terceiro volume, que se encontra no seu espólio.

Em 1955 escreve *Breve notícia sobre a acção dos Portugueses no Japão*, que está publicado num volume de homenagem a Wenceslau de Moraes, no seu primeiro centenário.

Entretanto é convidado para membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a cuja Direcção pertenceu; Sociedade de Geografia

de Lisboa, onde foi secretário e depois presidente da Secção de História.

Fez várias conferências sobre a História Portuguesa do século XIX.

Em 1956, é nomeado Director da Casa Pia de Lisboa. Pouco depois é elevado ao cargo de Secretário Geral do Crédito Predial Português.

Em 1960, começa *Oliveira Martins e os seus contemporâneos*, ao qual se preparava para juntar um segundo volume, que não teve tempo de publicar, pois a morte o arrebatou.

A sua actividade não o abandonou no decorrer dos anos sessenta.

Uma página de 2 literaturas. Antero na Perspectiva de D. José M. de Parede; Nótulas à margem de 2 Biografias: Oliveira Martins e Guerra Junqueiro (1963); Os Portugueses no descobrimento do Mundo (1963); Teófilo Braga e a Academia de Ciências de Lisboa (1963); Oliveira Martins, Moralizador e Renovador da Política Nacional (1964).

Em 1964, há um acontecimento que lhe dá grande alegria: a homenagem prestada pelos seus antigos alunos da Casa Pia.

Nesse ano participa nas comemorações do 4.º Centenário da publicação dos *Colóquios dos Simples*, de Garcia de Orta.

Em 1970, publica *Camilo Castelo Branco nas suas relações com Oliveira Martins*; em 1971, *Antero de Quental na Mão de Deus*, e volta novamente a deslocar-se ao Brasil para as comemorações do Centenário das «Farponas» e dá a sua colaboração à *Enciclopédia Verbo de Cultura* (artigos «Oliveira Martins», «Pina Manique», etc.).

Após a sua reforma da Casa Pia e mais tarde do Crédito Predial Português, F. A. Oliveira Martins dedicou-se absolutamente ao seu trabalho de investigação histórica. Em 1974, nas comemorações do 4.º Centenário da publicação de «Os Lusíadas» profere um importante discurso na inauguração da Lápida de Camões (5 de Fevereiro), a convite dos seus Confrades do Grupo «Amigos de Lisboa», de que era Vogal na Junta Directiva.

Assim, na Torre do Tombo investiga e estuda o códice intitulado «Livro da Fundação do Real Convento de Carnide de Carmelitas Descalços», elaborando um importante trabalho que é presente à Academia Portuguesa de História: *O Convento de S. João da Cruz*

de Carmelitas Descalças de Carnide na *Historiografia Portuguesa* (1977).

Entretanto é eleito Académico Correspondente da Academia Portuguesa de História, por mérito absoluto em face da sua obra de investigação.

Em Janeiro de 1977, inaugura o ano Académico na Academia Militar com uma oração de sapiência, extremamente importante pela oportunidade das considerações aí expendidas: *Sá da Bandeira — Herói de duas pátrias — Portugal e Angola*.

Ainda em 1977, F. A. de Oliveira Martins, que atravessa um dos momentos de maior arranque da sua fase literária e de investigação, publica *Duas Cartas de Rocha Peixoto a Oliveira Martins*.

Integrado nas comemorações do Centenário da morte de Herculano publica *Amigos e correspondentes de Herculano* (separata de «Alexandre Herculano à luz do nosso tempo»).

Esta última obra foi posta à venda nas livrarias poucas semanas antes do falecimento do escritor, que nos deixou em 11 de Março passado.

Foi este o ponto mais esplendoroso da vida literária de F. A. Oliveira Martins. Neste momento, além de planear o 2.º volume de *Oliveira Martins e os seus contemporâneos*, preparava um trabalho extenso e profundo sobre as Cortes de 1668, para cuja elaboração dedicava grande parte do seu labor diário, na consulta das actas existentes na Biblioteca da Assembleia da República.

Em 1976, foi um dos fundadores da Fundação Social Democrática, de que era Presidente do Conselho Geral, apesar da sua independência política.

Na actividade literária muitos foram os intelectuais com quem privou de perto, entre eles: Teixeira de Pascoais, António Sérgio, Câmara Reis, Hipólito Raposo, Hernâni Cidade, Vitorino Nemésio — cuja recente morte muito o tinha impressionado — Álvaro Pinto, Francisco Costa, com quem passava muitas das tardes de Verão, nas suas férias do Casal de Santa Teresinha em Sintra, Virgínia Rau, João Gaspar Simões, Veríssimo Serrão — Presidente da Academia Portuguesa de História a quem chamava o seu Presidente — Joel Serrão, Dr. D. Fernando d'Almeida, Prof. Cândido d'Oliveira, Jordão Emerenciano, Plínio Salgado, Gustavo Barroso — da Academia Bra-

sileira de Letras — Pedro Calmon, P. Domingos Maurício, Padre Rema: inúmeros intelectuais de Portugal, Brasil e Espanha.

A sua obra ficou afinal incompleta. Em grandes conversas que tinha com a sua filha mais velha dizia-lhe:

— Não tenho tempo já, minha filha, para fazer o que quero; tanto tenho na minha cabeça e nos meus papéis para legar àqueles que gostem de saber. Não vejas nestas minhas palavras ostentação, não o é; é apenas o desejo de legar aos vindouros aquilo que Deus permitisse que eu soubesse!»

Jamais renunciou a aperfeiçoar-se.

Era ávido de saber, sempre na busca constante de elementos novos e verídicos para os seus trabalhos — um investigador.

Vencer as dificuldades era o seu prazer.

Toda a sua vida assenta no trabalho árduo e na independência completa do intelectual, que cada passo procura a liberdade e a dignidade, que permitem aos homens serem mais Homens e não apenas simples objectos de dirigismos ou de ideias pré-concebidas. Por ironia do destino a morte levou F. A. Oliveira Martins no momento em que deveria ser eleito académico de número da Academia Portuguesa de História e Académico da Academia de Ciências de Lisboa. Não quis o destino que o historiador fosse alvo daquilo que seria decerto o coroar duma vida inteiramente dedicada ao estudo e ao trabalho intenso e denodado.

Mas foi afinal F. A. Oliveira Martins quem, na sua juventude, escreveu as melhores palavras para encerrarmos esta pequena memória, quando descrevendo a estátua da História, que encima o monumento fúnebre de Oliveira Martins, dizia:

«Lágrimas tem nos olhos o vulto estranho, lágrimas de tristeza pelo presente, que o seu olhar mudo contempla, lágrimas de saudade pelo passado.

Sentinela vigilante dos mortos, guarda os restos dos que foram, mas será lícito ainda caminhar além?...

A alma não morre, nunca se extingue; será dado ao lutador, que possa, olhar lá desse mundo desconhecido o que vai por este?

Por certo que não, porque se assim fosse a morte não seria o repouso dos que lutaram, seria a continuação incorpória disto que somos em vida e deixaria a face pálida do moribundo de ser a expressão do eterno repouso em Deus». («Advertência», pp. XIV — XV).

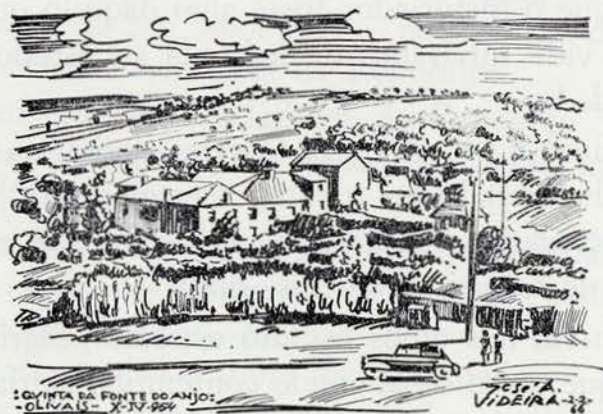
«Entrou F. A. Oliveira Martins na terra dos Vivos» — segundo a expressão do Sr. Cónego Nova Goa ao referir-se à morte do escritor.

Que a sua alma repouse em Paz!

Notas da Filha do Escritor

Maria Antónia e de seu neto

Guilherme Waldemar



FIGURAS DE CAMPO DE OURIQUE

Quem às primeiras horas da manhã estiver de atalaia vê-lo-á passar, Rua Infantaria 16 fora, em direitura à passagem do auto-carro, onde sempre se encontram os velhos conhecimentos que têm o mesmo horário.

De média estatura, entroncado, olhos castanhos, pequenos e muito vivos, bigode branco, faces rosadas pelo ar da manhã; pasta debaixo do braço, chapéu preto, sobretudo amplo, passo ligeiro — eis Francisco de Assis Oliveira Martins a caminho do trabalho.

Foi em sua casa, entre os seus livros e os seus papéis, que teve lugar a conversa que a seguir reproduzimos. Porque nos foi extremamente fácil conseguí-la e muito difícil levá-la até ao fim, é um pequeno mistério que só nas últimas linhas desta reportagem descreveremos.

Atenção pois, leitor, há um *mistério* no revolver destas linhas.

— *Está disposto a conversar um pouco com a reportagem do «Carreira 9»?*

— Mas com gosto!... É sempre agradável colaborar em iniciativas tão simpáticas como o aparecimento deste jornal.

— *Das suas muitas horas de trabalho diário, quais são as que lhe dão maior prazer espiritual?*

— São as minhas horas de leccionação na Casa Pia, em que privo com os desprotegidos procurando fazer deles Homens. Nesta afirmação há muito de tradição familiar que não cessa de estar presente no meu espírito — a luta pela nobre causa da valorização da alma daqueles que a sorte não contemplou. Fazer dos ínfimos *gente* é das tarefas mais nobres que um homem pode realizar.

Pensa no que são as horas ganhas no contacto livre com a rapaziada que, por sua vontade, frequenta a biblioteca que tenho à minha guarda.

Deixa-me dizer, também, que são horas de grande satisfação para mim aquelas em que, num intervalo de duas vagas de afazeres, me refugio num recanto da Sociedade de Geografia, vivendo o passado glorioso desta Pátria que sofre, metido entre os livros da sua vasta biblioteca.

— *Gostou sempre dos assuntos literários?*

— Sempre. São tendências que se têm... ou não se têm.

— *E essas tendências só lhe deram alegrias, ou sacrifícios também?*

— Muitas alegrias e muitos sacrifícios. Às letras tenho dado as horas da cama e da mesa!

— *Tem algum trabalho entre mãos?*

— Tenho vários; mas há um cuja conclusão me preocupa: «Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens», obra por onde passa a gesta portuguesa da segunda metade do século XIX. A gloriosa conquista de África pela ciência de dois heróicos oficiais da marinha.

— *E mais ...?*

— «A geração de 70» — isso, minha amiga, é-me agora uma obsessão.

— *Qual das suas obras considera mais importante?*

— A «Correspondência inédita de Antero de Quental — Oliveira Martins», publicada na Imprensa da Universidade de Coimbra, obra que considero importante para o estudo da 2.^a metade do século XIX.

— *Mudando o campo da nossa conversa. Gosta do seu bairro?*

— Com certeza!... Vivo nele há quarenta anos... não é uma prova de que gosto?! Nele casei, vi aparecer os meus filhos, e agora que eles já estão criados peço a Deus que me deixe acabar, tranquilamente, os meus dias neste bairro, nesta casa... peço-Lhe, sobretudo, que afaste da minha porta a venda do imóvel... para demolição!

Também me liga ao bairro a presença de minha mãe e de meus irmãos que por aqui têm ficado, o que vai acontecendo com os filhos. Pais e filhos conservam-se fiéis ao progressivo Campo de Ourique.

— *Disse que vive há quarenta anos neste bairro. Durante esse tempo qual foi o acontecimento da sua vida que mais alegria lhe proporcionou?*

— Sob que aspecto?

— Bem... com certeza muitos acontecimentos lhe deram alegrias; digamos: sob o aspecto cultural?

— A minha visita ao Brasil, em 1954, em que verifiquei os progressos da nação brasileira e com ela vivi uma dramática página da sua história: o desaparecimento de Getúlio Vargas, na véspera do dia em que eu embarcava para Portugal.

— Porque veio morar para aqui? Já conhecia o bairro de Campo de Ourique?

— Muito bem! Frequentei o Colégio da Senhora da Rocha, na Rua Ferreira Borges, onde comecei os meus estudos. O colégio era do Senhor Proença, velho republicano de venerandas barbas, casado com a Senhora D. Isabel, também veneranda e robustíssima senhora, que mantinha galhardamente a disciplina do estabelecimento. Proença encerrava-se no seu escritório, e a porta do templo só se abria para nós quando alguma garotice de «grande calibre» punha a directora «em ponto de rebuçado» e o aluno na condição de receber o venerando castigo...

Seria injusto se, ao invocar o Bairro nos seus aspectos culturais, não me referisse ao Colégio Figueiredo com a sua Grã-Capitosa, a Senhora D. Emília Marinho da Silva, que alto serviço prestou ao País leccionando durante uma vida inteira gerações de alunos que, muitas vezes, triunfaram na vida mercê da sólida instrução que essa senhora, virilmente empunhando a régua, lhes ministrara. Fui um dos mais humildes desses.

— O que pensa da existência de «Carreira 9»?

— Da carreira 9?... Penso que nunca subo para o 1.º andar do autocarro sem recear um valente trambolhão... Todavia, viva a «Carreira 9»!

— Tornal ou autocarro...?

— Um e outro! A carreira 9 que, apesar do risco, me é indispensável na quase madrugada de todos os dias — «O Carreira 9», que é uma simpática empresa na qual poderá viver o bairro na sua expressão noticiosa e na expressão de espírito... que por cá se arranje...

Apesar da boa disposição do nosso entrevistado, que facilmente se adivinha no desenvolvimento deste diálogo, sentimos que era prudente não dar tempo a que se acentuasse um indelével fio de impaciência que nos últimos minutos estávamos notando.

Com um beijo, demos por finda a nossa missão.

NOTA — Julgamos necessário esclarecer os nossos leitores que esta forma de terminar as entrevistas não é um processo *ultra-novíssima-vaga*. Simplesmente reproduzimos uma conversa entre o escritor e professor Francisco Oliveira Martins e sua filha, que amavelmente aceitou a colaborar no nosso jornal, *Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita*.

[Publicada em um jornal do bairro, já desaparecido].

Visita à Basílica da Estrela em 16 de Abril de 1978

pelo PROFESSOR FRANCISCO D'ASSIS OLIVEIRA MARTINS

Encontramo-nos na Basílica da Estrela para mais uma das visitas organizadas pelo nosso Grupo Amigos de Lisboa. Data este templo do Reinado de D. Maria I, a Piedosa. Será talvez oportuno recordarmos primeiro o significado da palavra *Basílica*.

Era a basílica entre os Romanos um edifício público, onde funcionavam os tribunais e onde também eram recebidos os mercadores. Consistia a basílica em geral numa grande sala rectangular, com os lados separados da nave principal por fileiras de colunas. Cada uma das extremidades rematava em semicírculo, o qual tomava o nome de abside. Inspiraram-se nesta arquitectura as basílicas cristãs, que compreendem de um modo geral duas partes: um adro cercado pelo pórtico e um edifício fechado, dividido em 3 naves geralmente, e que termina ao fundo por um hemicírculo, em que estão a cátedra do Bispo e o cadeiral. Na parte anterior do hemicírculo ergue-se o altar e diante do altar o coro, ladeado pelo púlpito e pelo lectório.

Sob o ponto de vista litúrgico, uma igreja pode receber do Papa a concessão de ser basílica, título a que se ligam vários privilégios honoríficos.

Dividem-se as basílicas em principais ou menores e têm a primazia sobre todas as outras igrejas. As basílicas principais são: S. João de Latrão, Santa Maria Maior e S. Pedro e S. Paulo, cujos altares-mores se designam por «Altar-Papal», porque só o Papa aí pode officiar. Todas as outras basílicas são menores.

Por especial concessão do Papa Pio VI foi este templo elevado a basílica. Tem a encimá-lo o zimbório — parte que remata ou cobre a cúpula de grandes igrejas ou monumentos. Temos em Mafra também um zimbório.

Foi construído em honra do Sagrado Coração de Jesus, em cumprimento de uma promessa feita pela Rainha D. Maria I por lhe conceder descendência masculina. D. Maria I casara com seu tio D. Pedro, a 6 de Junho de 1760, tendo ascendido ao trono por morte de seu Pai, facto que se deu a 24 de Fevereiro de 1777. Foi então D. Maria Francisca aclamada Rainha a 13 de Maio do ano seguinte.

Dois factos sobremaneira assinalaram a abertura do reinado da Piedosa: a absolvição dos réus do Estado, que jaziam nas masmorras pombalinas e cumprimento do voto, que fizera de erguer um monumento em honra do Sagrado Coração de Jesus, por lhe dar a sucessão masculina, como já dissemos. Em Agosto de 1761, nasce o Príncipe D. José, esperança malograda; em 1767 D. João, que foi Príncipe Regente, no impedimento de governação de sua mãe, e que cingiu a coroa, e em 1768 a Princesa D. Mariana Vitória.

Quando do seu casamento, a Senhora D. Maria I de comum acordo com o seu Tio e Marido D. Pedro faz voto de a Deus edificar um convento, debaixo das regras de Santa Teresa de Jesus, portanto um convento de Religiosas Carmelitas Descalças. Com este voto pretendiam alcançar de Deus bênçãos para os frutos, que lhes assegurassem sucessão da Real Família Portuguesa. Temiam os esposados que o destino lhes trouxesse, como sucedera com os Pais de D. Maria, apenas descendência feminina. Aos votos dos Príncipes associou-se piedosamente o do confessor da Princesa Frei Inácio de S. Caetano, que viria a ser o Arcebispo de Tessalónica. Não foram baldadas as súplicas dos Príncipes, mas estes só poderiam dar cumprimento à promessa depois que a Princesa cingisse a coroa, o que assim aconteceu.

Era apenas preciso escolher o local. Para a construção do convento foi escolhido o campo fronteiro do Colégio da Estrela — dos Padres Benedictinos — hoje Hospital Militar Principal. À frente norte, havia um espaçoso rossio formando um semicírculo, onde é hoje o Jardim da Estrela, o Hospital dos Ingleses, seu templo e cemitério, a actual Rua da Estrela, então denominada Travessa dos Ladrões,

e, à saída desta, entrava-se na Rua da Boa Morte. A ligação directa da Travessa dos Ladrões e a Rua da Boa Morte foi cortada pela Rua Domingos Sequeira. Esse campo pertencia à Casa do Infantado, de que D. Pedro era Senhor. Portanto assim D. Pedro cumpria o seu voto doando ao novo convento as terras que fossem necessárias para sua acomodação. Foi o majestoso edifício construído pela Inspeção de Obras Públicas, de que era inspector o Marquês de Angeja, Presidente do Real Erário, em sucessão do Marquês de Pombal. O executor das ordens recebidas foi Anselmo José da Cruz Sobral, Provedor da Junta do Comércio, a que estava adstrita a Direcção de Obras Públicas. A execução dos projectos de construção foi entregue ao sargento-mor Mateus Vicente de Oliveira, discípulo da Escola de Mafra, a quem coube também a direcção das obras, obras estas que correram com rapidez.

Em 1778 já a cerca estava completamente fechada e as paredes do andar nobre construídas, dois claustros quase prontos e muitas outras casas já acabadas. Em 1779, o Cardeal Patriarca de Lisboa procedeu à soleníssima bênção da Cruz e primeira pedra fundamental. Para esta cerimónia construiu-se uma igreja provisória em forma de barraca, decorada com damascos e veludo carmesim. Foram do acontecimento lavradas medalhas e distribuídas pelas pessoas da corte. Pelo andar de 1781, reconhecendo o Patriarca de Lisboa que o convento já estava com a necessária segurança para ser habitado, autorizou que no dia 1 de Junho se procedesse à bênção do mosteiro e igreja interior, a qual foi improvisada no coro. No dia 6 do referido mês, do convento de Santa Teresa de Carnide, onde hoje está instalado o Asilo dos Velhinhos, saíram para o convento da Estrela 15 freiras, as fundadoras da nova religião carmelitana. Ordenou então D. Maria I que, para o novo convento, fosse conduzida a imagem do Sagrado Coração de Jesus.

No dia marcado saem em solene procissão, de Carnide para a Estrela, a imagem, e nos coches da Casa Real, com acompanhamento de tropa de cavalaria, as 15 freiras. Para Priora foi escolhida a Madre Soror Teresa de Jesus. As Majestades e Altezas assistiram à cerimónia. Concluídas as Torres do Templo e o fabrico dos sinos, procedeu o Bispo do Algarve (pois entretanto morrera o Bispo de Tessalónica) à soleníssima sagração dos onze sinos. Estava-se no dia 17 de Agosto de 1788. Dera-se entretanto início à sagração do tem-

plo, cerimónia em que estivera a presidir o Patriarca de Lisboa, D. José, que seguiu o mesmo ritual observado na sagração da Basílica de Mafra. As celebrações da sagração da igreja e do convento culminaram com vistosas luminárias, que todas as noites brilhavam no concluído monumento.

Da parte do Poente, correndo a Nascente, foi edificado em dois pavimentos o dormitório, sendo as janelas altas defendidas por pesadas grades de ferro. Os aposentos interiores respiram grandeza. Seguindo a mesma direcção, temos o frontispício de mármore do templo com nichos de santos sustentados por arcos, que lhe dão serventia; sobressaem-lhe duas torres elegantes, com cários magníficos por sua grandeza e toque, conjunto completado pelo zimbório. Do lado oriental do templo ficou um campo raso, que é hoje o Jardim 5 de Outubro. Esse campo terminava em rampa (Rua de São João de Deus), que conduz da Estrela a Buenos Aires. Para o indicado campo dá frente uma parte do lado a que davam a denominação de o Palacete. Nele existem duas salas que serviam de aposento à família real, hoje dependência do Hospital Militar Principal.

Pedro Ferraz Granosa, homem dado ao estudo de memórias históricas de Portugal, comenta «não ter o Palacete frente capaz nem simetria, nem claridade, nem perfeição» e, diz ainda: «Não posso deixar de notar que em uma obra desta qualidade faltasse um risco, que a enobrecesse e a apresentasse logo à vista de todos; não sei qual foi o architecto que fez o risco exterior, mas estou persuadido que qualquer medíocre mestre-de-obras que se incumbisse de o fazer teria ao menos a lembrança de o concluir com simetria, proporção e igualdade, ainda que usasse um risco não novo, mas já visto e praticado em outros edifícios desta natureza (Mafra)».

Foram muitas as críticas ao traçado do architecto Mateus de Oliveira, as quais ele aceitou com grande desgosto e tão grande ele foi que o matou (em 1786). Retirado da direcção de Obras foi esta entregue a Raimundo Manuel, também da Escola de Mafra.

Com magnificência proveu a padroeira o templo de ornamentos e alfaias, que ainda hoje são dignos de serem admirados e que eram destinados à celebração do culto. Algumas destas preciosidades desapareceram. Referimo-nos às banquetas de prata dos altares e lâmpadas de prata, primorosamente abertas e lavradas. Ao que consta da tra-

dição oral, diz-se que foram vendidas pelas freiras em horas de aflição financeira.

Ao topo do transepto, fronteiro à Capela do Santíssimo, ficava o comungatório das freiras, fechado por uma estupenda grade de bronze dourado.

Em 5 de Fevereiro de 1790, por ordem da Rainha foi transferido do Convento de S. João da Cruz de Carnide para a Basílica da Estrela o corpo do Arcebispo de Tessalónica, Frei Inácio de S. Caetano, cujo túmulo magnífico se encontra na sacristia da igreja. As cerimónias da trasladação foram imponentíssimas. Foi, como vimos, o mais fervoroso acompanhante dos Príncipes D. Maria e D. Pedro, no seu voto ao coração de Jesus, o dito frade.

No lado esquerdo da capela-mor foi colocado o mausoléu, com os restos mortais da fundadora do Convento e Basílica da Estrela. A Rainha tinha falecido no Rio de Janeiro em 20 de Março de 1816, e os seus restos mortais foram, em data que se não pode bem determinar, trazidos para o Convento de S. José de Ribamar, donde depois foram trasladados para esta Basílica.

Recentemente, para maior facilidade dos officios religiosos, foi o mausoléu da Rainha transferido do altar-mor para o transepto, ficando colocado sob a tribuna do lado direito, perdendo o lugar de honra que com todo o direito lhe cabia, pois foi a fundadora.

O Convento foi extinto pela força do decreto de 28 de Maio de 1834, que determinava: «Os conventos só coexistem até à data do falecimento da última freira». Assim acontecera.

Extinguiu-se o Convento, mas ficou para recreio do nosso olhar e marco precioso de uma época a maravilhosa Basílica.

DR. LEONEL RIBEIRO

Pelo Natal, deixou a nossa companhia um membro ilustre do Grupo Amigos de Lisboa: o Dr. Leonel Ribeiro, que enriqueceu a sua vida com uma actividade brilhante. Foi professor liceal e técnico, inspector do Ensino Secundário e, como homem de Ciência, foi arqueólogo notável, que descobriu e explorou estações pré-históricas e se celebrou neste campo ao lado do Padre Jalhay e de Afonso do Paço. Dedicou-se ao jornalismo e colaborou com trabalhos da sua especialidade e interesses em publicações periódicas e congressos nacionais e internacionais. Fez-nos herdeiros de uma bibliografia meritória, em que sobressaem os estudos profundos — e neste caso sem par — sobre a história das letras e dos algarismos (origem e evolução).

Tirou na Faculdade de Letras de Lisboa Ciências Históricas, Geográficas e Filosóficas; formou-se também na Faculdade de Direito da mesma cidade, sendo de referir que iniciou os estudos do ensino secundário, depois de ter cumprido o serviço militar.

Dentro do Grupo teve uma acção útil, quer como dirigente quer como colaborador de *Olisipo* e distinguiu-se nas visitas e sessões culturais, de que muitas vezes foi proponente.

Grande trabalhador — até aos últimos momentos realizou e projectou. [P. C. S.]

O Primeiro Centenário do Nascimento de Afonso Lopes Vieira

Correspondendo ao pedido de colaboração pela Comissão Executiva, que a Câmara Municipal de Leiria fez ao Grupo Amigos de Lisboa, a Junta Directiva enviou a carta em seguida transcrita, com data de 18 de Janeiro de 1978. A Comissão mencionada nunca deu resposta, pelo que o Senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos não terminou o trabalho. *Olisipo*, contudo, não esqueceu o Poeta, quer no número de 1977 quer no presente.

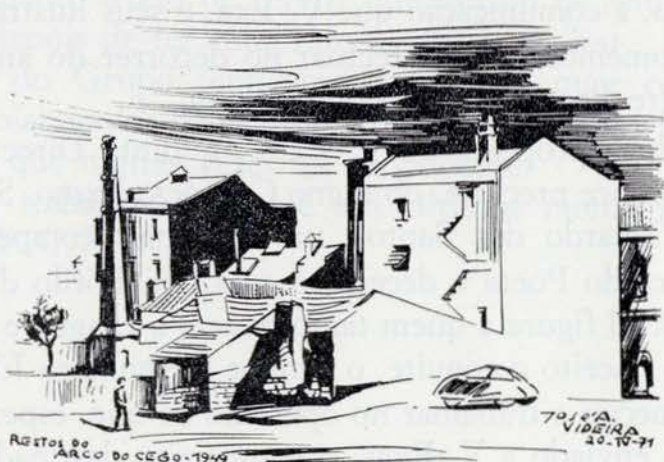
«A Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa recebeu, com o maior agrado, a comunicação que V. Exa. e seus ilustres Confrades fizeram das Comemorações a efectuar no decorrer do ano em homenagem ao ilustre Poeta Afonso Lopes Vieira.

Aprovando a proposta de V. Exas., a Junta Directiva pediu a colaboração, sempre preciosa, do digno Consócio Exmo. Senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos, um dos mais competentes especialistas da obra do Poeta e decerto o maior bibliófilo dos interessados na inolvidável figura a quem tanto devem a Língua e a Literatura da nossa Terra. Aceito o convite, o Senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos começou a trabalhar no opúsculo de que, espera-se, dentro em pouco será enviado a V. Exas. o manuscrito destinado à publicação. O nosso Grupo, dadas as difíceis condições que vive neste momento, não poderá ir além da oferta do original, redigido e composto pelo nosso Consócio.

Os membros da Junta Directiva pedem a V. Exas. que seja página de abertura do opúsculo o texto seguinte, que aprovaram em reunião:

«Por proposta da Comissão Executiva das Comemorações do I Centenário do Nascimento do Poeta Afonso Lopes Vieira, o Grupo Amigos de Lisboa promoveu a publicação deste opúsculo sobre «Afonso Lopes Vieira e Lisboa», com uma notícia biobibliográfica da autoria do Exmo. Senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos. A Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa agradece a contribuição da Câmara Municipal de Leiria, sem a qual não teria sido possível esta publicação e a colaboração do Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos, que mais uma vez hourou a memória do Poeta».

Aguardando novas indicações de V. Exas., apresento com a mais elevada consideração os melhores cumprimentos da Junta Directiva e os meus pessoais.» [Assinada pelo Director Secretário-Geral Dr. José Cassiano Neves].



JOÃO DE DEUS

pelo DR. AFONSO LOPES VIEIRA

Num dia caro a todos os que amam o Poeta e o herói espiritual, reune-se pela primeira vez a nossa confraria dos Amigos de João de Deus, à qual agradeço a distinção de me haver convidado para aqui dizer algumas palavras.

Desde a última vez que tive a honra de falar de João de Deus, este culto tem crescido com beleza e puro sentido nacionalista. Nunca mais se pensou, felizmente, em levantar-lhe uma estátua em Lisboa, ideia temerosa que desde a primeira hora tive a honra de combater.

Mas no Algarve Natal o seu busto ficará bem integrado no ambiente e na paisagem da terra que Ele amou, e onde se criou, ao modo das flores silvestres, o seu génio adorável.

Da mesma maneira, o grupo dos Amigos de João de Deus significa um belo movimento espiritual, estético e também religioso, porque João de Deus começa em verdade a aparecer-nos como um Santo da nossa devoção. Quanto mais o tempo corre, mais viva e penetrante vai ficando a poesia de João de Deus — a parte imortal da sua poesia — e mais aureolada a lendária figura do Poeta. João de Deus ficou também para nós como um dos nossos raros mestres numa época que foi em muitos pontos medíocre.

Pobre e radiosamente honrado, asceta todavia benevolente para os homens, sempre o animou uma resistência heróica contra as transigências que perdem ou mancham a vida moral. Como poeta, restabeleceu a tradição da nossa grande Poesia.

Foi justamente a propósito de João de Deus que eu disse uma vez que esta palavra *poeta* costuma ser também conferida a quem se

entrega ao fácil trabalho mecânico de *fazer versos* — para empregar a habitual expressão horripilante.

A beleza suprema da poesia de João de Deus é que ele nunca fez versos. O que ele fez foi ritmar, debruçando-se no encantador mistério da sua sensibilidade, algumas expressões imortais do Lirismo português, que nos provém dos confins da nossa alma nacional. Portugal foi criado com as espadas e com as canções. Entre nós a Poesia nunca foi mero jogo estilístico, mas com ela se afirmou o nosso carácter e se sublinhou a Nacionalidade. Foi pela poesia que a nossa linguagem se organizou e mais tarde se difundiu no mundo inteiro.

E a própria glória, vida e honra da Nação Portuguesa assentam sobre o poema que demoraria eterno nos ritmos oceânicos, ainda que os descendentes dos Lusíadas que ele canta viessem, um dia, a sumir-se da História.

João de Deus teve a glória de não haver sido admirado nas salas do seu tempo, nem de ter recebido as palmas oficiais que outros iam recebendo, e cujos nomes esquecemos ou cujas obras estão mortas. Com a mesma naturalidade divina com que as flores rescendem ou as estrelas brilham, João de Deus criou a mais voluptuosa e a mais casta, a mais ardente e a mais pura das Líricas, sempre nova, e escrita com as mais correntias palavras, sempre original e nunca excêntrica.

Quero, porém, acreditar que todos nós, os Amigos de João de Deus, do mesmo modo que preferimos entre os seus retratos o de Coimbra — a sua grande época de poeta — ou o do grupo com os filhos, o costumamos ver no *Livro de Amor* e não no chamado *Campo de Flores*, essas oitocentas páginas debaixo das quais o seu génio se achou soterrado e vieram até a pôr em risco, para as gerações novas, o altíssimo renome do Poeta. Orgulho-me de haver servido o génio de João de Deus ao organizar e publicar, de acordo com o meu querido amigo João de Deus Ramos, o *Livro de Amor*.

Esse é o volume que contém a verdadeira, a imortal poesia de João de Deus, aquela que resiste vitoriosa ao perpassar das modas, a que diz coisas perpetuamente novas numa língua comum, a que é orgânica no coração do homem que ama, eterna como o próprio amor.

Porque com o poeta se funde o pedagogo, é necessário recordar o inventor da *Cartilha*, obra também de génio, de amor e poesia. Já uma vez eu disse que imagino que aquela doce Maria que fazia meia à sua porta e a quem João de Deus endereçou a carta de tão

místico desejo, veio a casar e a ter um filho. João de Deus vê mais tarde esse pobre pequeno a sofrer e a chorar nas mãos de um professor absurdo que lhe queria ensinar absurdas coisas... E então, com o mesmo jeito amoroso com que o poeta havia dito à namorada o místico desejo dos seus tercetos, assim veio a depor no regaço daquela mãe o método salvador das agonias do filho.

Não é que nós hoje acreditemos que o ensino de leitura seja tão fundamental na educação dos homens como se pensava no tempo de João de Deus. Todos os que conhecemos a província temos tratado com analfabetos mais cultos e educados do que muitos doutores, e creio que nas reservas mais sãs do povo português se encontram analfabetos cujas mentalidades claras e cujos caracteres são fortes exactamente porque escaparam, à intoxicação das horríveis leituras. Nada disto, porém, quer dizer que a *Cartilha Maternal* não seja, como é, uma terníssima obra de amor dedicado às mães portuguesas, e cujo pensamento formosíssimo é substituir o professor pela mãe — a mãe que ensina o filho a ler, como, por um trabalho instintivo e prodigioso, o ensina a falar. Celebrando João de Deus, celebraremos pois o Espírito, numa época em que as grosserias da matéria ousam proclamar um paganismo de deuses hediondos. Fiquemos nós com os nossos heróis e elevemo-nos no seu culto. João de Deus é um dos mais puros. E um dia, quando a sociedade portuguesa se achar organizada como nós a queremos ao mesmo tempo a mais nacional e outra vez integrada no espírito universalista, João de Deus virá a ter monumentos votivos, espalhados pela terra portuguesa e erguidos pela gratidão e pelo amor das mulheres de Portugal. Serão bustos de mármore entre flores, nos quais se há-de ver já então, não apenas um homem como nós somos, mas uma espécie de arcanjo exilado, que matava as saudades da sua divina pátria adorando e cantando a formosura da mulher, em que ele descobria a mais evidente representação de Deus, e, mais tarde, ensinando as crianças com um sorriso.

Nota — Com a devida autorização, *Olisipo* honra-se em publicar este inédito (datado de 8 de Março de 1928), que se encontra na posse do Senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos, por oferta da Associação dos Jardins-Escolas João de Deus (em folhas dactilografadas).

Santo António, Presença Universal⁽¹⁾

por MONSENHOR MOREIRA DAS NEVES

Se, por trágico absurdo, Lisboa desaparecesse, bastaria Santo António para lhe garantir a prevalência do nome no tempo e no espaço.

É, de facto, ímpar a extensão do seu culto quer na hagiotoponímia, quer na hagio-onomástica. Em todos os países da cristandade e até nalguns onde se apagou, sob a violência de outras forças religiosas e políticas, a chama acesa pelos velhos missionários, bem se poderiam desenhar verdadeiras cartas do culto antoniano, sem excluir a geografia hagiológica da geografia linguística.

Santo António é, de facto, uma presença universal, como se se tornasse ubíquo o milagre da bilocação que a tradição lhe atribui, quando, estando a pregar em Pádua, ao mesmo tempo se viu em Lisboa a libertar o pai de ser enforcado.

Assombrosa é a sua iconografia, desde as tábuas dos grandes primitivos, algumas delas glória dos maiores museus nacionais, até às imagens de pedra, madeira ou barro, tão veneradas dos altares das mais notáveis catedrais, como nas mísulas das ermidas mais humildes e nos nichos das ruas citadinas ou em certos cruzeiros das aldeias.

Os méritos de Santo António como pregador e apóstolo eram mais que suficientes para fazer dele, como disse Leão XIII, o Santo de todo o mundo. Tem, porém, outra explicação a sua popularidade:

* Lido na noite de 12 de Junho de 1978, na Festa de Santo António, realizada no pátio da sede do Grupo.

vem ela do sem-número de prodígios atribuídos à sua poderosa intercessão, quer durante a sua vida, quer depois da sua morte, desde o século XIII aos nossos dias.

Não costuma o nosso povo debruçar-se sobre os poços de ciência dos teólogos. Mas tem a atracção do mistério e o instinto do sobrenatural. E bastam-lhe os rudimentos do catecismo para se aguentar sereno e firme na fé. Nada têm com os tratados dogmáticos e os compêndios hermenêuticos os tronos, os cravos e os mangericos de Santo António. Mas em nada se zangará no céu o imortal Taumaturgo, antes sorrirá, complacente e enternecido, ao saber que a sua imagem, nas noites de Junho, faz renovar todos os anos, nas velhas ruas de Alfama, com suas varandas floridas e seus balões iluminados, um pouco daquela inocente alegria que foi a da sua infância na primeira colina de Lisboa.

Já o Padre António Vieira não hesitava em referir-se, na sua eloquência de bronze e ouro, à ingénua confiança das gentes simples no poder intercessor do glorioso Bem-aventurado, dela pregando em S. Luís do Maranhão:

— «Se vos adoce o filho, Santo António; se vos foge o escravo, Santo António; se mandais encomendas, Santo António; se esperais o retorno, Santo António; ... se aguardais a sentença, Santo António, se perdeis a menor miudeza de vossa casa, Santo António; e talvez, se quereis os bens da alheia, Santo António».

Nem por isso, entretanto, será de lamentar a injustiça com que tratamos o Santo, reduzindo-lhe a estatura moral de gigante e substituindo nele o «vaso do Espírito Santo» e a «Arca do Testamento», como lhe chamou um Papa, pela bilha de barro quebrada e logo reconstituída à beira da fonte idílica.

No século XIX, nem Eça de Queirós, que escreveu páginas da mais pura beleza sobre as vidas lendárias de Santo Onofre e S. Cristóvão, parecia saber que S. João de Deus era português, pois, ao evocar, nas *Notas Contemporâneas*, a memória do Cardeal Maning, o cita como se fora espanhol: «San Juan de Dios».

Para todos os Portugueses, foi Santo António sempre português. Nem o seu transnacionalismo, que fez dele o primeiro missionário lusíada, em nada lhe alterou a seiva das raízes originárias e de algum modo prolongou, em perspectivas ecuménicas, a gesta henriquina

das Descobertas. Para poucos, porém, terá sido, como acentua António Sardinha, o «assombro da consciência mística do século XIII» e «um dos maiores luzeiros da cristandade medieval».

Os nove sermões do Padre Vieira no Seicentismo e certa bibliografia erudita posterior não chegaram para levar a inteligência nacional, senão esporadicamente e em geral no plano meramente literário, ao reconhecimento e à reposição de Santo António no lugar que autenticamente lhe pertence no contexto da alta cultura europeia.

A 16 de Janeiro de 1946, assinou Pio XII o Breve *Exulta, Lusitania Felix*, em que o proclamava solenemente Doutor da Igreja Universal, na fileira de Santo Hilário de Poitiers, S. Pedro Crisólogo, S. Leão Magno, Santo Isidoro de Sevilha, Santo Atanásio, Santo Efrém, S. Basílio, S. Cirilo de Jerusalém, S. João Crisóstomo e outros candelabros da Igreja.

E depois que o Professor Gama Caeiro apresentou à Faculdade de Letras de Lisboa, como tese de doutoramento em Filosofia, a sua obra de nível excepcional sobre Santo António, e Henrique Pinto Rema, da Ordem Franciscana, publicou em 1970, em três grossos volumes, a tradução das *Obras Completas* do Santo, já não teremos que nos envergonhar perante a falange dos mais competentes investigadores e monografistas italianos, espanhóis, franceses e alemães que nos precederam nos domínios da História, da Filosofia, da Exegese Bíblica e da Mística.

Nem nos falta, desde há anos, a estátua do Taumaturgo que a Capital pedia e a que a força criadora do escultor António Duarte deu as linhas austeras do intelectual, do orador e do apóstolo.

Assim se vai, felizmente, ao encontro da profunda intuição e da visão tão justa como original de um artista anónimo do século XVII que esculpiu uma imagem do Santo para a igreja de S. Francisco de Lamego, juntando aos atributos clássicos da cruz e do livro o capelo de Doutor. Tal imagem não é uma bizantina arbitrariedade de imaginário. É, antes, a mais adequada interpretação de uma realidade histórica, tornada cada vez mais válida à medida que progredem, entre nós e lá fora, os trabalhos de inventariação e arrumação lógica de todos os elementos dispersos que, solidamente esquematizados, não deixam dúvidas quanto à formação pedagógica, ao núcleo doutrinário, às directrizes apostólicas e à irradiação social da espiritualidade de Santo António no pensamento ocidental.

Quando o Marquês de Minas, embaixador extraordinário de Portugal, prestou obediência ao Papa Clemente X, pregou o Padre António Vieira em Roma, na igreja de Santo António dos Portugueses. Um ano depois, outra vez pregaria no mesmo lugar e sobre o mesmo assunto, que era a exaltação do nosso Santo. Não o pôde fazer, por uma doença o impedir de subir ao púlpito. Mas está publicada a fulgurante peça oratória, em cuja oitava parte procura demonstrar que «não há obra tão boa, que por mal vista não possa ser maldita». A propósito da inveja, faz Vieira um pouco de humor, numa engenhosa crítica às críticas, que nem Santo António pouparam, acusando-o de trato secreto e familiar com os demónios ou de que ao menos «usava de meios tão suspeitosos que deviam ser delatados ao Santo Offício». Ouçamos Vieira: «Já se lhe sucedesse então o que depois experimentou Roma na igreja antiga de S. Pedro, quando o Pontífice mandou que em lugar de uma imagem de Santo António, se pusesse a de S. Gregório; que diria a piedade e devoção portuguesa? Foi o caso que, subindo o pedreiro para picar a parede, levantou (diz a história) o picão, e dando o primeiro golpe *in capillo*, no capelo do Santo, ele despregou a mão pintada, e deitando a rodar o pedreiro, e o andaime com um fracasso, que fez tremer toda a basílica, meteu outra vez a mão na manga, e defendendo desta sorte o seu posto, ninguém se atreveu mais a o tirar dele. E fradezinho menor, que não cede o seu lugar nem a um santo, como S. Gregório Papa, nem por mandado de outro Papa; e que tanto que lhe tocam, e o picam, dá com tudo a rodar; e que à primeira picada não espera pela segunda, porque não sabe levar duas em capelo; português será ele, mas Santo, isso não».

Temos, pois Santo António, não só de capelo, mas de dois capelos: o capelo de catedrático, na imagem de Lamego, e o de Franciscano no hábito da Ordem: este, símbolo da humildade no vestir, aquele, símbolo da dignidade no ensinar. O capelo de frade, para a cela e os corredores do convento e as jornadas missionárias; o capelo de mestre, para as lições aos discípulos.

Sabe-se como Santo António, desde a Guerra da Restauração, foi integrado na vida militar, com soldo próprio em vários Regimentos, segundo os postos ocupados, desde o de soldado raso em Lagos, em 1668, até ao de tenente-coronel, agraciado com a Grã-Cruz de

Cristo em 1814, no Rio de Janeiro. Chegou mesmo a ser proclamado padroeiro das tropas realistas italianas em 1799 contra as forças revolucionárias de Nápoles, em que se impôs Leonor da Fonseca Pimentel, de origem portuguesa e que viria a morrer no patíbulo.

A par da sua exaltação como companheiro de soldados nos perigos da guerra, e mais fundamentada e coerentemente, está a justiça prestada à sua categoria intelectual. É que, se ao lírio e ao nimbo de Arauto Seráfico nada obstou se juntasse, como atributo distintivo, o bastão de oficial do Exército, nada obstará também a que sobre o burel de religioso refuljam os cartões em arabesco do capelo académico que, desde D. Maria I, é lícito usar mesmo fora dos actos solenes universitários.

É evidente que não devemos exagerar a preocupação racional de Santo António, dando à sua problemática mental a categoria de um pensamento orgânico no quadro das correntes científicas medievais.

A sua ciência é essencialmente bíblica, toda voltada para Deus, as realidades sobrenaturais e a transformação do homem, para o que lhe não faltava uma extraordinária intuição. A Bíblia era, por isso, o oceano inesgotável dos seus mergulhos diurnos e nocturnos.

Dizia Chesterton que «cada geração procura o seu santo por instinto, não o que ele quer, mas aquele de que precisa».

Ora, o século XIII precisava tanto de S. Francisco como de Santo António, e chamava pelos dois, aos soluços e aos gritos, na violência das crises de que sofria. Enquanto S. Francisco abria os braços aos lobos e atraía as asas das andorinhas, Santo António, numa praia de Rimini, pregava aos peixes as verdades que os homens repe-liam. Eram dois vagabundos impacientes, perante o espectáculo das irrupções partidárias, das depressões éticas, do vulcanismo das here-sias deflagradas de mistura com a libertinagem nos costumes e as degradações na política.

Há anos, um erudito português, falando dele no *Instituto* de Coimbra, lamentou que tão grosseiramente o tratasse Dante no canto XXIX do *Paraíso*, empregando a expressão «il porco Sant'Antonio». Equivocou-se o crítico. O Alighieri aludia apenas a Santo Antão, ou, melhor, ao porco que costuma representar-se aos pés do Patriarca do Monaquismo. É que o antropónimo Antão se escreve Antonio em italiano, como Antonius em latim e Antoine em francês. Do que se pode acusar o poeta florentino é de ter esquecido o Taumaturgo de

Pádua, quando no tempo e no espaço era tão pequena a distância entre os dois. Mas também Camões não fala do filho imortal de Lisboa nas oitavas de *Os Lusíadas*, onde se acumulam, aliás, tantos nomes menos ilustres da História de Portugal.

Mesmo sem registo nos dois poemas de génio, Santo António não deixou de inspirar grandes líricos, desde Frei Agostinho da Cruz, Diogo Bernardes e Jerónimo Vahia, até, entre outros, António Correia de Oliveira, Afonso Lopes Vieira e Augusto Gil.

Guerra Junqueiro que, através de Sabatier, se apaixonou por S. Francisco de Assis, a ponto de querer ir, como foi, para o túmulo, amortalhado na humildade do seu burel, não nos deixou nos seus versos qualquer referência a Santo António. Conta, porém, o dr. João de Barros que o poeta de *Os Simples* recebeu, um dia, na sua casa do Porto, o escritor grego Costas Outanis. Depois de longa conversa que deslumbrara Outanis, perguntou este a Junqueiro o que pensava sobre as aproximações e dissemelhanças entre Portugal e Espanha. Junqueiro levou Outanis a uma vasta sala, onde havia uma larga mesa e um contador. Sobre a mesa, Santo Inácio de Loiola, em estatueta de madeira. No contador, a imagem, em barro colorido, de Santo António.

E explicou então Junqueiro:

— Esta mesa é o planalto de Castela, seco, liso, refulgente de sol, despido de sombras. Inácio de Loiola, concentrado, de aspecto severo, é o símbolo da Espanha. Agora veja-se o nosso Santo António. Descansa no contador amável, em cujas colunatas se enrosca o liame terno das vides. Tem a face rosada, a boca em flor, e nos braços um jeito de abraçar. Atrai, chama, convida. É um amigo fraternal, não um juiz. Não repele os pecadores — tentará redimi-los pelo conselho e pelo perdão. Suavidade, lirismo, carinho — o próprio coração, a própria essência de Portugal...

A verdade é que ambos foram criadores de epopeia.

E o facto de Giotto e Cimabue, Fra Angélico, Goya e Murillo, Frei Carlos e Gregório Lopes, Sequeira e Columbano terem pintado o Santo em frescos ou telas que se veneram nos templos ou se admiram nos museus, não impedirá que por toda a parte se multipliquem as tábuas de milagre. Nas cores afoqueadas dos vitrais da igreja de Santa Cruz de Florença, nas gravuras a preto dos incunábulo, nas iluminuras dos Livros de Horas de Ana de Bretanha, de D. João III,

e de D. Manuel I, ou na rusticidade de linhas dos registos de romaria, não é nunca Santo António que se torna diferente: é o pensamento e o coração do mundo que o interpretam e adaptam aos dramas e alegrias da existência quotidiana. Aquilino Ribeiro, que lhe dedicou um romance e um ensaio, viu bem quando disse que «a clemência do pregador e a humildade do místico sucediam-se nele sem interrupção nem esforço».

O que importa agora é preservar de todas as excrescências supersticiosas o culto popular de Santo António, ressaltando sempre o que há nele de sincera piedade e veneração confiante, recolocando-o ao mesmo tempo na sua coluna de ouro como expoente da cultura portuguesa do século XIII e como a primeira expressão do génio nacional universalizado pela sua eloquência e pelo seu combativismo de cruzado da fé.

Santo António pertence a Lisboa, como Lisboa pertence a Santo António. Um e outra são Portugal do Passado, Portugal do Presente e Portugal para o Futuro.

Visita do Grupo “Amigos de Lisboa” à Capela da Rua do Vale de Santo António*

Em primeiro lugar desejo manifestar-lhes, minhas Senhoras e meus Ssnhores a grande satisfação que todos sentimos, o nosso Prior e nós próprios, Irmandade desta Capela, pela honrosa visita com que nos distinguiu o Grupo Amigos de Lisboa. Saudamos V. Exas. exteriorizando o nosso grande regozijo pelo significado desta visita.

É que os «Amigos de Lisboa» têm um tal prestígio, pela categoria mental dos seus associados e pela obra realizada em prol da cultura e da história da nossa Capital, que a presença do Grupo constitui como que chancela dignificante a marcar as Instituições que têm o privilégio de a receber.

Conforta-nos verificar que os «Amigos de Lisboa» não limitam a sua presença às mais importantes obras artísticas, centros culturais, grandes empreendimentos, ou monumentos de maior vulto. Entre os números do programa das festas da cidade, e das comemorações Antonianas deste ano de 1978, figura uma série de visitas do Grupo Amigos de Lisboa a diversos locais citadinos. Não é por acaso que faz parte desse roteiro histórico-cultural, este pequeno templo. Algo de evocativo da figura do grande Santo, lisboeta de nascimento, se encontra na singeleza destas pedras, para além de ser um dos seus oragos. É que, certos passos da vida de Santo António, quando pisou pela última vez a terra do seu País de origem, estão ligados, segundo a tradição, a este local.

Por outro lado, esta Capela é um testemunho materialmente modesto, mas eloquente de grandeza humana dos nossos antepassados. Foi erguida pela vontade, perseverança e sacrifício do povo simples destas vizinhanças numa demonstração de fé nos valores mortais e espirituais que Santo António tanto difundiu e praticou.

* Palavras dirigidas aos sócios do Grupo, pronunciadas em 18 de Junho pelo Dr. A. Vasconcelos Pinto Coelho.

A CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E SANTO ANTÓNIO DO VALE

Apontamento para a história do Templo
e suas vizinhanças

pelo DR. A. VASCONCELOS PINTO COELHO

O caminho que tem actualmente o nome de rua do Vale de Santo António era um dos limites da cidade em 1755.

Logo após o tremendo cataclismo que arrasou grande parte de Lisboa, precisamente um mês depois, foi publicado um Decreto real que fixava nova linha limitante da cidade a qual, neste sítio, coincidia com o referido caminho, designado desde o século XV por Vale de Cavalinhos. Era o acesso principal aos olivais existentes nessa área, ao longo do vale largo que desce da elevação, hoje conhecida por Sapadores, até à margem do rio.

Podemos imaginar que, mal cicatrizadas as profundas feridas, tanto materiais como morais, resultantes das enormes perdas de vidas e de lares, se tenha iniciado fase activa de reconstrução da cidade. Os olivais vão cedendo lugar à edificação de pequenos prédios com suas quintas anexas nesta área do extremo setecentista de Lisboa. Diz Pastor de Macedo: «A pouco e pouco lá se iam erguendo as casinhas e, entre elas, uma cujo proprietário teve a ideia de abrir-lhe na frontaria um nicho e colocar nele a imagem de Santo António. Estava-se no ano de 1758».

O referido prédio, já demolido, situava-se em frente da actual Rua Leite de Vasconcellos. Nasceu com o nicho a designação de Vale de Sto. António, em substituição de Vale de Cavalinhos e com ele nasceu também a ideia da construção desta Ermida. Chegou o ano de 1774. «António José Pinto que vive de sua fazenda, morador no Vale, em seu próprio nome, e, como procurador bastante de sua mulher D. Antónia Teresa de Barros e Sousa, declara em escritura pública que pela grande, justa e fervorosa devoção que sempre tive-

ram ao Senhor Santo António, não só por ser nacional e pela admirável santidade, raros e multiplicados prodígios, mas também por ser o santo dos seus nomes e dele deverem por obrigação cristã serem seus especiais devotos; desejando por isso que a imagem do dito Santo que se festeja e venera continuamente em o nicho que existe em o Vale chamado ao presente de Santo António, em cujo sítio têm eles, António José Pinto e a dita sua mulher, dilatado e largo chão, como enfiteutas do prazo pertencente à Igreja Colegial de Santa Cruz do Castelo, seja com maior culto e reverente obséquio venerado e para esse efeito se lhe faça uma ermida e como os devotos confrades e circunvizinhos, que festejam a dita imagem, desejavam e diligenciavam o mesmo e não o efectuavam por não terem para isso chão, eles António José Pinto e a sua dita mulher, ... são contentes que em o dito sítio se faça e constitua uma ermida de pedra e cal e o mais que lhe for preciso para as suas oficinas e acomodações, de largura e frente de 40 palmos e com o fundo que tiver até entestar no muro da horta e prazo de Teresa Maria Cordeiro (ou sejam 100 palmos)».

Assistiram a esta escritura os mesários da Confraria de Santo António, já organizada nesta data. Eram verdadeiros representantes dos modestos moradores desta área, como se depreende das suas profissões: Luís Francisco, contratador de carvão (Juiz); João Nicolau Codina, oficial papelista do Arsenal Real dos Exércitos, de Santa Clara (Tesoureiro); José António da Maya, mestre do ofício de surrador (Escrivão); Feliciano António, mestre alfaiate (Procurador); José Ferreira, medidor do Terreiro (Procurador); António José da Maya, alferes dos Auxiliares do termo desta cidade; António Inácio, armador, e José Monteiro, mestre correeiro (confrades vogais).

«Os circunvizinhos confrades do dito Santo presentes e futuros terão todo o uso e arbítrio livre na administração da dita Ermida, do dito chão e terreno do qual poderão, logo e quando quiserem tomar posse e quer a tomem ou não desde logo, eles, doadores, lha hão por dada e encorporada «per clausulam constitutis».

Dias antes desta escritura, tinha sido lavrada uma outra, pela qual os referidos confrades e moradores circunvizinhos do Vale pretendem construir uma Ermida ... «obstando-lhes para isso a falta de um rendimento certo e perpétuo e desejando ele concorrer também para obra tão pia e do agrado de Deus e por fazer ao mesmo Santo

este reverente obséquio, pela grande devoção e affecto que lhe tem, queria dotar do mesmo Santo com dez mil réis em cada um ano perpetuamente, para sempre, os quais toma no rendimento de uma propriedade de casas que tem e possui no mesmo Vale, que os confrades poderão cobrar anualmente para o despenderem no guisamento das Missas que se disserem na Ermida».

Estas escrituras de dote e de doação do chão efectuaram-se no mês de Junho de 1774.

Segue-se um intervalo de tempo de quase ano e meio, sem que a Confraria tome qualquer decisão quanto à edificação da Ermida, o que poderá parecer estranho, depois das generosas doações antes referidas e de ter sido concedida provisão do Cardeal Patriarca para ser construída a Ermida de Nossa Senhora da Assunção e Santo António do Vale (lembremo-nos de que Sto. António nasceu no dia 15 de Agosto, em que se celebra a festa da Assunção da Virgem).

Este compasso de espera parece ter fácil explicação, como tentaremos demonstrar.

Finalmente nos princípios de 1776 é requerida a licença à autoridade civil para a construção deste Templo, concedida sem delongas depois de ouvido o Desembargador, Inspector do Bairro de Alfama e o Sargento-mor engenheiro.

É curioso anotar as razões invocadas pelos Irmãos e Confrades de Santo António ao requererem, em nome dos moradores deste lugar, as licenças necessárias: que ficam muitos dias de preceito sem Missa de inverno por lhes ficar longe a freguesia e serem escabrosos os caminhos.

E o Sargento-mor, engenheiro José Mendonça de Carvalho, em Fevereiro de 1776, informava quem de direito «que aquele distrito se acha bastantemente edificado com novas propriedades de casas feitas pela nova regulação e como sendo tão habitado de gente não tem igreja alguma perto onde possam ouvir o sacrossanto sacrifício da Missa com comodidade e, por isso, se lhe pode conceder a licença que pretendem».

O terramoto, ocorrido 20 anos antes do pedido de licença para a edificação desta Ermida, tinha arruinado total ou parcialmente as igrejas das vizinhanças. As mais próximas e acessíveis seriam as que existiam no Campo de Santa Clara. O mosteiro amplíssimo, com este nome, possuía um templo famoso. Esta igreja conventual era,

no dizer dos contemporâneos, um monte de ouro e na grandeza excedia todos os outros templos dos mosteiros da corte. Ficou totalmente prostrada, excepto a tribuna e costas da capela-mor. No entanto, a igreja de Santa Engrácia, que é hoje o Panteão, não sofreu dano de importância. Este templo foi precedido no mesmo lugar por outro que, estando quase concluído, ruiu, por defeito de construção.

Foi por isso projectado o actual, de mais elegante fabrico, em 1682, cuja 1.^a pedra colocou o rei D. Pedro II. De traçado orbicular, ficou por concluir (citamos Baptista de Castro) «porque chegando até à cimalha real, houve entre os architectos receio de que sobrepondo-lhe as abóbadas, padecessem as suas paredes outro lastimoso fracasso, como acontecera na edificação anterior». Assim ficaram incompletas as obras de Santa Engrácia cerca de 250 anos, como paradigma popular e nacional de tudo quanto teve começo mas demorou, ou não chegou ao fim.

Apesar de incompleta, a igreja de Santa Engrácia, depois de substituída a cobertura improvisada, que ruiu com o Terramoto, continuou como matriz paroquial até 1825, data em que foi abandonada, pela transferência da sede da paróquia para a Calçada dos Barbadinhos.

Mas regressemos ao Vale de Santo António e ao ano de 1776, após esta breve referência às vizinhanças da Capela.

A Confraria, já denominada de Nossa Senhora da Assunção e Santo António está de posse das doações do chão e de uma renda anual para os guisamentos das missas, desde o verão de 1774, mas não tem possibilidades financeiras para se abalançar à construção da Ermida. Passa-se ano e meio, como referimos, e, ao longo deste tempo, vai crescendo o desejo de ver erguer-se o Templo no chão ofertado espontaneamente para esse fim. Pois se falta o dinheiro, sobra a vontade de realizar o sonho de vários anos. Chega a primavera de 1776 e avoluma-se então a onda de generoso entusiasmo por parte da população trabalhadora deste local e suas cercanias.

São os operários do Arsenal Real dos Exércitos do Campo de Santa Clara quem dá o exemplo da devoção ao Senhor Santo António.

Sacrificando algumas horas ao seu descanso nocturno, lançam os alicerces da Ermida, à luz de archotes. Este gesto de abnegação é contagiante. Surgem outros braços a juntar-se aos dos operários arsenalistas e abrem-se as bolsas daqueles poucos moradores que as

têm menos vazias. Este oferece pedra, aquele algumas tábuas, o outro transporta os materiais para o local e a Ermida lá vai crescendo ao longo de 5 anos, com a ajuda de todos os moradores e vizinhos do Vale.

A história da construção desta Capela é, nos seus pormenores, um exemplo da acção simples, mas cheia de grandeza, do povo que sabe elevar-se da vida material para abraçar um ideal superior, não hesitando em dar-se até ao sacrifício. Como obra do povo generoso, mas de minguados recursos, a construção é necessariamente lenta. Em 1780 a obra está quase concluída.

A Confraria requer ao Exmo. Cardeal licença para a bênção do pequeno Templo e sequente abertura ao culto. Julgamos curioso transcrever algumas passagens desse documento e do respectivo informe do Prior de Santa Engrácia, datado de 16 de Outubro de 1780. Afirma-se no requerimento «porque têm a capela-mor completa e acabada e só lhe falta forrar o corpo da dita Ermida e para fazerem celebrar a primeira missa precisam de licença ... e em atenção à pobreza dos suplicantes e às limitadas esmolas que tem havido, as quais no espaço de seis para sete anos não têm sido capazes para concluir a obra, seja-lhes perdoado, por esmola, o que pertence à Chancelaria, em serviço a Nossa Senhora da Assunção e Santo António, titulares da Ermida». Por seu lado, na informação do Prior aparece a seguinte passagem: «Visitei a Ermida que vêm erigindo aqueles pobres moradores, à custa de esmolas com excessivo zelo ... e achei a dita Ermida com o suficiente asseio e decência, que se faz preciso, para a celebração do santo sacrifício, sem embargo de se não achar o corpo da igreja de todo aperfeiçoado, por lhes não ter subministrado a sua pobreza meios de o realizarem, forrarem e pintarem».

A licença foi concedida em 17 de Outubro desse ano de 1780 e iniciado o culto, depois de benzido o Templo.

Na história da edificação desta Capela pode dizer-se que termina nesta data a fase de maiores dificuldades e pobreza. Fase mais pobre de recursos materiais, é certo, mas a de maior interesse do ponto de vista humano. É a pobreza do povo feita devoção abnegada e generosa. Dádiva do seu esforço físico que vai ao ponto de sacrificar parte do descanso nocturno, depois do trabalho normal do dia. Por isso

esta Capela é essencialmente obra dos moradores pobres deste lugar e vizinhanças.

Depois disto vieram os auxílios dos mais abastados e o templo é valorizado e concluídas as obras de acabamento: são os painéis de azulejos, é o douramento do altar-mor, etc.

Merecem referência especial os painéis em número de 12, que decoram as paredes interiores. À esquerda de quem entra pela porta principal estão 6 painéis alusivos à vida de Nossa Senhora: nascimento; entrada da virgem menina no Templo; esponsais; anunciação do Anjo; visita a Santa Isabel e Assunção. À direita vêem-se outras tantas cenas referentes à vida de Santo António, sendo cinco alusivas aos seus milagres: embarque do Santo, no cais próximo deste lugar; sermão aos peixes; colocação de um pé decepado na perna do homem que sofreu a mutilação; cura de um possesso; o Santo livra o pai da forca (milagre de ubiquidade) e finalmente o Santo leva um animal a ajoelhar diante da Hóstia Consagrada.

Estes painéis são de 1786 e, segundo o autorizado parecer do Dr. Rafael Salinas Calado, teriam vindo da antiga Fábrica de Azulejos da Bica do Sapato, muito próxima daqui. As figuras representadas nestes painéis revelam a ingenuidade própria de um pintor sem grandes dotes artísticos, conforme nos foi salientado pelo citado especialista de azulejaria.

Mais uma vez se patenteia, neste pormenor, o enternecedor cunho popular dos obreiros deste pequeno Templo. Houve, posteriormente, duas reparações importantes da Capela: uma no final do século passado, de que será testemunho o tecto de estuque trabalhado da capela-mor e, a segunda, nos anos quarenta do século actual.

As imagens mais valiosas que se veneram aqui são, por ordem de antiguidade decrescente: uma de Santo António, de pequenas dimensões, que estaria exposta no nicho mencionado anteriormente e cuja veneração, como se referiu, deu origem não só à toponímia actual desta rua, como também à edificação da Capela; outra do mesmo Santo, de maior estatura, datada de 1781 e por fim, com a mesma data, a imagem de rara perfeição de Nossa Senhora da Assunção, que é de porte mais elevado.

Em 1895 as celebrações do 7.º centenário do nascimento de Santo António tiveram grande pompa e brilhantismo. Todas as freguesias de Lisboa se agregaram para esse fim e esta de Santa En-

grácia onde, segundo a tradição, embarcou o glorioso Santo para as missões de Marrocos, não podia permanecer indiferente. Depois de uma festividade religiosa nesta Ermida, uma das imagens de Santo António aqui veneradas foi conduzida processionalmente pelas ruas do Vale, Mirante, do Paraíso e desceu ao cais contíguo à estação dos Caminhos de Ferro de Santa Apolónia, afim de embarcar num bergantim real, iluminado, em direcção à praia de Santos e daí foi conduzida processionalmente até à igreja de S. Francisco de Paula. A ideia deste cortejo partiu, certamente, de Monsehor Alfredo Elviro dos Santos, então Prior de Santa Engrácia, a quem se deve também a preservação e cópias de documentos fundamentais para a história da edificação e vida religiosa da Capela até cerca de 1930. A Capela, muito deteriorada, esteve bastantes anos encerrada ao culto.

Quiseram os dirigentes do Grupo Amigos de Lisboa incluir este pequeno templo no programa das visitas a efectuar no mês de Junho, em que o grande Santo português é mais lembrado por todas as camadas sociais.

E, certamente, esta honrosa visita tem a sua justificação. O local da Ermida e as suas circunvizinhanças estão muito ligados aos derradeiros tempos vividos por Santo António em terra portuguesa. Do mosteiro de S. Vicente de Fora partiu um dia para a margem do Tejo, bem perto daqui, em direcção a Marrocos e daí, no ano seguinte, para a Itália. O país onde nasceu e adquiriu extraordinária cultura sacra, verdadeiramente científica, não mais o veria. Mas ele afinal voltou, passado pouco tempo, à Pátria de origem, não, claro está, fisicamente. Deu-se este facto espantoso, entre tantos outros factos espantosos da vida do grande Santo português e universal: 12 anos apenas decorridos desde o embarque do obscuro missionário, a sua imagem entra nos templos nacionais, já canonizado pelo Papa Gregório IX, depois de ter assombrado a Igreja e a Itália com o seu génio e a sua palavra de ouro. Existe a tradição de que o nosso Santo, na caminhada para o cais de embarque, teria descansado por alguns momentos neste local.

Diz um dos mais categorizados estudiosos contemporâneos da sua obra doutrinária, o Professor Francisco da Gama Caeiro: «Santo António que, nestes dias de Junho, é evocado pela devoção popular, no bulício dos arraiais e no festejo das romarias, merece ser lembrado em uma mais ampla perspectiva: como o primeiro grande escritor

franciscano, o celebrado autor místico, o profundo pensador e ínclito doutor da Igreja».

E o padre franciscano Henrique Pinto Rema, tradutor dos seus sermões dominicais, faz o seguinte comentário: «Por estranho que pareça, Santo António, doutor, atrai as simpatias do povo sem instrução; por outro lado, S. Francisco de Assis, pobrezinho e de intellecto limitado (como a si próprio se atribui) capta os favores dos letrados. Motivos? O mistério da vida humana. Não obstante as sucessivas edições das obras do Santo Doutor, reveladoras de interesse para com o seu pensamento, os milagres reais e atribuídos criaram-lhe atmosfera de lenda que ocultaram e ocultam, em razoável percentagem, a sua projecção como doutrinador».

Seria imperdoável que deixássemos passar esta oportunidade sem uma referência ao Senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos, nosso particular e querido amigo de muitos anos que, apenas por incapacidade física momentânea, se não encontra aqui presente, entre os seus pares, do Grupo Amigos de Lisboa.

Falar da história deste Templo e de Sto. António, sem recorrer às fontes de informação do Senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos, seria quase impossível.

Basta lembrar que o ilustre estudioso e publicista possui uma das mais completas bibliografias acerca do nosso grande Santo. Estamos-lhe profundamente agradecidos pelas facilidades concedidas na consulta de alguns escritos de muito interesse. Só temos de lamentar a extrema modéstia destes nossos apontamentos, perante manancial tão vasto.

Antes de terminar, e já que V. Excias. quiseram dar a esta Irmandade a grande honra de os receber, não resisto à tentação de lhes ler, por curiosidade, um trecho da boa prosa do escritor António Maria Latino Coelho, esse notável estilista da língua portuguesa que foi vizinho deste lugar, pois nasceu na Rua do Vale de Sto. António, em 29 de Novembro de 1825. No livro «Tipos Nacionais», em apêndice, aparece uma crónica intitulada «A Semana Santa», da qual destacamos algumas passagens de crítica severa, e bem humorada, às irmandades.

Escreve Latino Coelho:

«Estou em quinta-feira Santa, em quinta-feira maior. Amanheceu um dos dias mais solenes do cristianismo... É o dia da fraternidade universal em que todos se esquecerão de que são homens, para serem cristãos; é o dia em que as más paixões, reprimidas e afogadas, deixarão ao menos florear uma vez o bom instinto, nunca de todo apagado no coração.

É solene a quinta-feira maior, disse eu comigo, e saí. Boa ovelha, procurei o meu redil e o meu pastor. Estou ao pé da minha freguesia. Há duas portas por onde se poderia entrar. Escolho uma delas. Abro ligeiramente o guarda-vento, e a mão vigorosa de um soldado municipal me prova que nem por todas as portas se entra, o que já por outra parte sabia.

Insisto. O pretoriano pergunta-me com meia iracúndia se sou «irmão». A esta pergunta tenho diferentes respostas. Em primeiro lugar, sou irmão pela genealogia do nosso pai comum. Em segundo lugar, sou irmão em Cristo de todos os fiéis reunidos na igreja universal.

Esta metafísica desagrada ao meu interlocutor que só conhece naquele momento os irmãos, pela capa vermelha do Santíssimo. Para ele, que recebeu ordens estritas dos juizes e mordomos da festa, a igreja de Cristo não é a reunião de todos os fiéis, obedientes ao chefe visível da Igreja, senão a assembleia de todos os fiéis, ou infiéis, que vestem uma capa encarnada, que pagaram a espórtula da Irmandade e que pegam num círio bento para fazerem, oficialmente, a hora do Senhor Exposto.

Já se vê que esta definição não me agrada. Que à porta de uma secretaria de Estado haja uma sentinela arrogante que vos tolha o passo; que mais adiante esteja um contínuo com ares de «burocrática» importância para vos correr no rosto um reposteiro insolente; que ao depois haja um chefe, um subchefe, um amanuense, um escriba para vos dizer empertigada e ridiculamente que Sua Excia. não é visível, isto compreende-se perfeitamente, porque ali não há irmandade, não há comunhão e um ministro pode declarar-se visível ou invisível, segundo os seus caprichos. O que se não entende, porém, é que à porta da igreja se poste uma baioneta para afugentar o povo importuno e para guardar a entrada privilegiada à aristocracia das irmandades».

E depois de acusar, em termos contundentes, certas Irmandades, de quase todos os pecados mortais, desde a soberba à inveja, o escritor, quanto à preguiça, abre uma excepção, com estas palavras:

«Agora pelo que toca à preguiça, é que não sei como os hei-de acusar. Os «irmãos» não parecem tê-la. Quem quiser ver a imagem da diligência e do trabalho, entre numa sacristia em noite de Ofício. Uns correm, outros voam. Este acende as velas, aquele prepara os doces. Um enfeita as jarras, outro desarrolha as garrafas do Porto, por causa, dizem eles, do pregador».

No entanto, Latino Coelho no final desta crónica penitencia-se da má-língua com que descreve o comportamento de certas Irmandades na Semana Santa.

Ao referir-se aos preceitos do Decálogo, termina a sua diatribe nestes termos: «Enfim, o décimo mandamento diz: Não levantarás falsos testemunhos, e conquanto seja este o mandamento mais difícil de cumprir para um jornalista, Deus não tem para estes, uma balança particular. Calemo-nos, pois, e não demos mais escândalo».

Chegou o momento em que devo seguir o conselho do escritor, calando-me também para não prolongar mais o escândalo de abusar da paciência dos ilustres ouvintes.

Esperamos, confiantes, que não levem muito a sério o juízo pejorativo que Latino Coelho fazia das Irmandades.

Em nome do nosso muito estimado Prior, Padre Eugénio dos Santos, e da Irmandade de Nossa Senhora da Assunção e Santo António do Vale, a todos V. Excias.: *Muito Obrigado.*

Lisboa, Junho de 1978.

O Paço da Praça do Comércio

DE 1769 A 1780

pelo DR. FRANCISCO SANTANA

Vimos que em 1769, no quarteirão que a Junta do Comércio fizera erguer entre a Rua Augusta e a do Ouro, se haviam instalado diversos Serviços e um café. Detenhamo-nos um pouco sobre este.

Não nos surpreenderá semelhante preocupação oficial nem a instalação de um tal estabelecimento num dos primeiros edifícios de Lisboa se nos lembrarmos da tradicional afirmação do interesse do Marquês de Pombal na abertura de botequins que emprestassem a uma cidade mal recomposta da tragédia do terramoto um ar de capital europeia.

Mas é a particular função atribuída a esta casa de café que diluirá qualquer possível admiração nossa. Uma consulta de 15/7/1800, respeitante ao lugar de guarda da Praça do Comércio, refere que, antes de 1755, «nem um lugar decente havia em que se juntassem os Negociantes, que fazião a sua Praça em hum Caffé da antiga Rua Nova, e passou depois p.^a a Rua da Esperança até que o S.^r Rey D. Jozé de Glorioza Memoria querendo promover o Commercio, e facilitar-lhe os progressos maravilhozos que elle tem feito (...) Creou nesse mesmo anno a Junta do Comm.^{cio} foy entãõ que se deaignou p.^a Praça do Commercio hum Lugar competente a qual se deu hum Guarda que a vegiasse, e servisse, fornecendo papel e tinta aos Neg^{es} (...)». ⁽³⁶⁾.

⁽³⁶⁾ ANTT. Cart. da Junta do Com., L.^o 132, F. 130 V.

Parece não haver lugar para dúvidas quanto a ser o mesmo o café que passou da Rua Nova para a Esperança e daqui para o edifício da Junta do Comércio. Todavia, o seu funcionamento interrompeu-se.

Na realidade, em 1779 João de Sousa Tilman expunha uma pretensão nos termos seguintes: «(...) achando se esta populosa Cid.^e de Lx.^a restetuida, e nova-m.^{te} redifficada na maior p.^{te} dos seus sumptuosos idifficios, adornada de huma grandioza Prassa do seu Comercio, e nela huma Completa Caza p.^a a Converção diaria e trato mercantil dos mesmos Comerciantes (...) esprementão a falta de não haver na mesma Caza da Prassa, como se pratica em alguns Paizes, huma Caza interior, na qual aja a providencia dos promptus Caffes e Xas (...) e Como na mesma Caza da Praça se acha interior-m.^{te} Comodidade p.^a este fim tão util, pertende o supp.^{te} prover esta falta, com aquella grandeza e dicencia Comrespondente a mesma Caza (...)»⁽³⁷⁾.

O requerimento de Tilman permite-nos verificar ainda a permanência na Praça do Comércio de um local destinado à reunião dos negociantes.

Podemos localizar o café na face meridional do edifício, na Praça do Comércio. A adição n.º 58 da certidão de Junho de 1769, que já algumas informações nos forneceu, refere o «assento das quatro colunas Toscanas dentro da Caza p.^a o Café, que tem a sua serventia pela d.^a arcada da Praça que olha ao Sul (...)».

Em 1775 os livros da Décima assinalam uma loja até certo ponto idêntica à anterior e na qual um caixeiro, Macário José, vencia 1\$200 mensais. A loja é referida nos termos seguintes: «Huma loge dada gratuitam.^{te} a Julião Per.^a»⁽³⁸⁾ q a occupou som.^{te} no seg.^{do}

⁽³⁷⁾ BNL, Res., Pombalina, Cód. 704, n.ºs 136 e 137. O requerimento (137) não está datado; mas é de 26/2/1779 uma carta de Tilman (136) pedindo que o deferimento do seu assunto fosse recomendado ao conde de Oeiras.

⁽³⁸⁾ Trata-se certamente de «Julião Pereyra, natural da Galiza, Neveyro da Caza Real, assistente nesta Corte há mais de doze annos, e diz estar contratado para cazar com Mulher Portugueza», constante da relação de estrangeiros cuja naturalização era proposta em consulta de 40/1/1758, registada a F. 106 do L.º 105 do Cartório da Junta do Comércio (Torre do Tombo).

sem.^e em vender Neve e outras bebidas avallada pelo dito tempo em dezanove mil e duzentos rs.»

Encontramo-la também em 1776 ocupada só no segundo semestre, o que poderá fazer-nos concluir que aí se venderiam sobretudo sorvetes, a «neve», tão apreciada no séc. XVIII. Continua a ser registada em 1778, 1779 (em que se indica que Julião Pereira pagava 1\$200 de maneo, pagando o caixeiro \$576); neste ano é referida como loja de bebidas, em 1780 regista-se «outra Loge da m.^{ma} Junta Dada Gratuitam.^e a Julião Per.^a q. vende Neve (...) a Decima a sua custa», em 1781 consta que Pereira, com loja de neve, pagava 12\$000. Nenhuma alteração se regista de 1782 a 1787.

Nessa «loja de bebidas, ou casa de neve, debaixo da Arcada» se podiam adquirir bilhetes, ao preço de 200 reis por pessoa, para as seges da carreira estabelecida entre Lisboa e Belém. ⁽³⁹⁾

Mas em 1789 há uma alteração ponderável: anota-se que «Em huma Barraca q serve de loge de Neve assiste Julião Per.^a e paga do terreno em que ella he edificada» a quantia de 12\$000. Julião Pereira e a sua loja de bebidas e neve continuam a constar dos livros da Décima de 1790, 1791 (?), 1792 (pagando 10\$800 de renda e 4\$000 de maneo), 1793 (com 6\$400 de maneo), 1797 (com 12\$000 de renda) a 1802. Depois, perde-se-lhe completamente o rasto.

Outros ocupantes teve também o novo edifício. Em 1772 o livro de Arruamentos (Décima) regista, na Praça do Comércio, «Em hum andar doze tratadores e fretadores de mercadorias vulgarmente chamados corretores do Numero». Seriam as suas instalações as mesmas que as destinadas a «Assembleia dos Negociantes»?

Nos livros de 1774 a 1776 e 1778 colhe-se idêntica indicação. No de 1779 regista-se a existência de 10 tratadores, cada um colectado em 2\$400 de décima de maneo. Em 1780, sendo de novo doze, o maneo era só de 2\$000; o registo deste ano indica-nos, provavelmente, uma mudança de instalação: «Em outra loge doze tratadores de Mercadoria cuja loge tão bem hé izenta de Decima».

Em consulta que fez subir em 18 de Janeiro de 1780 ⁽⁴⁰⁾ a Junta do Comércio pronuncia-se sobre representação dos negociantes da

⁽³⁹⁾ Cfr. os n.ºs de 29/11 e 6/12/1782 da «Gazeta de Lisboa».

⁽⁴⁰⁾ ANTT. Cart. da Junta do Com., L.º 119, F. 171 e 178.

praça de Lisboa contra os doze corretores de mercadorias. Estes, longe de serem activos intermediários nas compras e vendas de mercadorias, quereriam limitar-se a registar as transacções efectuadas e a cobrar uma percentagem sobre elas, «para cujo fim se ajuntam em huma Caza, que se lhes destinou».

Desta casa, já referida e não localizada, serão desalojados em virtude de aviso dirigido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino à Junta do Comércio em 25 de Agosto de 1780. «Sendo necessario para a acomodação da Real Familia que se apromptem as Cazas em que se faz a Praça dos Homens de Negocio, e se acha a Meza dos Seguros», no aviso referido se determina que, tão depressa tenham sido escolhidas e despejadas as instalações para que deviam transferir-se, «se faça a Sobredita mudança da Praça, e Caza dos Seguros». ⁽⁴¹⁾

E em 1781 já, nos livros da Décima, a instalação dos tratadores de mercadorias é indicada como «Ocupada por S. Mag.^o».

Pelo aviso de 21 de Novembro de 1768 ficámos sabendo que para o novo edifício também se transferiria a Mesa do Bem Comum dos Mercadores, o organismo que, dependente da Junta do Comércio, por sua vez superintendia no comércio retalhista da capital. Podemos admitir que nestas instalações tenha permanecido, ininterruptamente, um pouco mais de meio século.

Em 1814 ⁽⁴²⁾, pelo menos, era na Rua dos Ourives do Ouro que estava instalado o «Tribunal da Meza do Bem Comum», abrindo somente «nos dias de meza». Parece provável que a Meza funcionasse no piso térreo (por hipótese, no actual n.^o 10) e os dias desse funcionamento seriam os determinados pelos estatutos: o intendente e deputados da Mesa «se ajuntarâm na Caza da Meza duas vezes cada semana, nas Tersas, e Sextas feiras de tarde, das duas, até às cinco horas no tempo do Inverno, e das trez até as seis no tempo do Verão». ⁽⁴³⁾

⁽⁴¹⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com., L.^o 120, a F. 15.

⁽⁴²⁾ Cfr. officio e relação de João Henrique de Azevedo, almoxarife da Casa das Obras e Paços Reais (ANTT, Reino, maço 281).

⁽⁴³⁾ Estatutos dos mercadores de retalho, datados de 13/12/1757, aprovados por alvará de 16 e registados a F. 90 V a 100 V do L.^o 105 do Cartório da Junta do Comércio.

Outro organismo de relevante importância na vida económica, a Casa dos Seguros, passou para o corpo urbano que estudamos, ao iniciar-se 1769. Vimos acima que esteve na mesma instalação dos corretores de mercadorias e que dela foi desalojada também em 1780. É organismo que podemos fazer remontar a D. João III e que desapareceu com a publicação do Código Comercial de 1833; a sua reorganização por Carvalho e Melo procurou obstar ao descrédito em que tombara a actividade seguradora, numa época em que ela era mais um serviço público do que uma actividade comercial privada.

Vejamos ainda um outro ocupante: a loja da Impressão Régia.

Na face meridional do «nosso» edifício, na Praça do Comércio, regista o livro de Arruamentos de 1770 «Huma logea de S. Mag.^o onde se vendem livros e cartas de q he administrador Fran.^{co} de Paula q tem de Ordenado duzentos e quarenta mil reis. Pedro Nolasco fiel da mesma Caza que tem de ordenado cem mil rz». ⁽⁴⁴⁾

Esta loja resulta de decreto de 7 de Abril de 1769, que determinava: «Sendo justo, e necessario, que na Impressão Regia, que foi estabelecida pelo Meu Alvará de vinte e quatro de Dezembro do anno proximo passado, não falte a beneficio da sua concervação, e aumento, huma das principaes providencias que sustentão as Reaes Officinas Typograficas das Cortes de Paris, Napoles, e Turim: Sou servido, que na Real Praça do Comercio, se estabeleça huma competente logem, em que sejam vendidos os Livros, que sahirem da sobreditta Imprensa Regia, com hum Comissario da Administraçam della. (...) A Junta do Comercio destes Reynos e seus Domínios o tenha assim entendido, e faça executar; ficando nella este Decreto em segredo».

A venda dos livros da Impressão Régia, bem como das cartas de jogar, cujo fabrico igualmente lhe pertencia, continua instalada na Praça do Comércio, como pelos livros da Décima podemos verificar.

(44) Francisco de Paula da Arrábida era ainda administrador da loja em Janeiro de 1771, conforme consta do frontespício do primeiro catálogo publicado pela Impressão Régia. A nomeação de Pedro Nolasco Leite de Magalhães para fiel foi efectuada em 30/12/1769 e está registada a F. 1 V do «Livro de Registo de Provimentos, Nomeações e Papeis avulsos da Impressão Regia» que abrange o período de 1769 a 1810 (Arq. da Imprensa Nacional, cota F. 3, n.º 46).

Em 1771 e 1772 não há qualquer alteração. Em 1774 está assinalada a presença de «Pedro Jozé Lopes M.^e Livreiro que uza do seu officio em huma loge da Junta do Commercio aonde vende livros por ordem da mesma Junta». A partir de 1775 o livreiro é Francisco Tavares Nogueira e às instalações é atribuído um número: 84 neste ano e no seguinte, 87 em 1778, 88 em 1779.

Em 1780 regista-se uma «Propriad.^e da Junta do Comercio em que se achão varios tribunaes e por baixos destes se achão quatro loges», sendo a «Primeira loge ocupada com livros e mais papeis da Ofecina regia e por essa razão izenta de decima e nella assiste Fran.^{co} Tavares Nogueira oficial do livreiro por conta da m.^{ma} offecina regia», pagando \$400 de maneiio.

Em 1781 continua no mesmo local «A Imprensão regia q Administra Fran.^{co} Tavares Nogur.^a off.^{a1} de Livr.^o», assim como em 1782, 1783 (sendo de \$800 o maneiio do livreiro), 1784 (elevado para 1\$200 o maneiio de Nogueira), 1785 a 1787 (Nogueira é designado como caixeiro), 1789 (a loja é indicada como a quarta do prédio e é-lhe atribuído o n.^o 112), 1790 (tem o prédio o n.^o 115) a 1808. De 1809 a 1811 regista-se, sem mais indicações esclarecedoras, a presença de um António Xavier, livreiro. (45)

Em 1814, na «Arcada do Conselho» e indicada sob o n.^o 1, sabemos que existia «Huma loja da venda de Livros da imperção Regia». É esta a ultima indicação segura que possuímos. (46)

De qualquer modo, a loja da Imprensão Régia, cuja presença até 1814 é indisputável, onde se situava, exactamente?

Na «Arcada do Conselho» (do Conselho da Fazenda), como já vimos. E debaixo da arcada também a situam diversas referências

(45) Trata-se de António Xavier Moreira, nomeado para administrador da loja da Imprensão em 7/8/1807, substituindo nesse lugar António Xavier do Vale, que para o mesmo fora nomeado em 8/5/1805 (cfr., no Arq. da Imprensa Nacional, F. 145 V e F. 105, respectivamente, do «Livro de Registo de Provimmentos, Nomeaçoes e Papeis Avulsos da Imprensão Regia» (1769/1810).

(46) Em 1828, numa das duas lojas do prédio n.^o 139 está uma «Oficina Régia».

da «Gazeta de Lisboa», uma década atrás⁽⁴⁷⁾. E, atentando nos números que por vezes lhe são atribuídos nos livros da Décima e na ordem por que neles habitualmente está referenciada, somos levados a concluir que seria a primeira, passada a esquina com a Rua do Ouro. Isso nos confirma uma leitura cuidadosa da relação de ocupantes das lojas e andares que acompanha o ofício de 1814 do almoxarife da Casa das Obras e Paços Reais.

Um anúncio inserto na «Gazeta de Lisboa» de 19 de Julho de 1810 fornece-nos um novo, ainda que, talvez, não muito esclarecedor elemento: situa a loja da «Impressão Regia na Arcada ao pé da Guarda». Permite-nos este pormenor situar algures na face meridional do imóvel o funcionamento de um outro serviço público: a Gazeta de 2 de Janeiro de 1807 refere que a cobrança da décima das freguesias da Conceição, S. Julião, S. Paulo, Salvador e suas anexas se efectuaria «na Casa para isso destinada, junto á Casa da Guarda da Praça do Commercio».

Outro livreiro por aí devia também estar instalado. A Gazeta de 6 de Julho de 1804 refere como lojas distintas a da Impressão Régia e a da Gazeta; a loja desta consta do número de 16 de Julho de 1805 «que se mudou ultimamente para debaixo da Arcada do Terreiro do Paço junto á porta do Senado da Camara» (a Gazeta não tinha loja própria; «loja da Gazeta» foi a de livreiro instalado na arcada do actual Ministério da Justiça, era em 1809 e, talvez, desde 1805, a de António Manuel Policarpo da Silva, passou a ser em 1 de Julho desse ano a de Manuel José Moreira Pinto Baptista, ambos instalados em edifício correspondente àquele em que se acha o Ministério da Administração Interna).⁽⁴⁸⁾

(47) A de 26/2/1803 refere a loja de Tavares Nogueira «debaixo da Arcada da Praça do Commercio». A de 14/1/1804 anuncia obra que se vendia «na loja das cartas ao Terreiro do Paço, n.º 6, e na da Impressão Régia, N.º 1.º, debaixo da Arcada». Referência à «loja de Francisco Tavares, debaixo da Arcada do Terreiro do Paço», também se encontra no Suplemento à gazeta de 13/4/1804. E do n.º de 23/6/1804 consta a indicação um tanto desorientadora de «que havia bilhetes para uma determinada rifa à venda em vários locais, entre eles «debaixo d'Arcada, na loja do Livreiro da Real Junta do Commercio, José Gomes Claro, N.º 2.» Debaixo da arcada é ainda localizada a loja da impressão em anúncios insertos em números da «Gazeta de Lisboa» de 22/10/1808, 3/2/1809 e 11/4, 30/7, 13/8, 12/9/1810.

(48) Cfr. n.ºs da «Gazeta de Lisboa» de 28/3, 20/6, 30/6 e 5/8/1809 e 22/1/1810, bem como os n.ºs 70 e 95, de 29/7 e 29/8/1809, do «Diario Lisbonense».

Outras lojas situadas debaixo da arcada nós encontramos referidas nos livros da Décima. A primeira, em 1771, é «Huma loge da Junta do Comercio arrendada a Joze da Fon.^{ca} que vende Louça e fazd.^a da India por duzentos e oitenta mil reis». Em 1774 a renda é de 240\$000 e debaixo do mesmo arrendamento está Inocêncio Ferrari, «m.^e relojoeiro francês». Fonseca e Ferrari continuam na loja até 1780; a loja tem o n.^o 85 em 1775 e 1776 e 88 em 1778, ano em que a renda passou a ser de 150\$000. Em 1780 está registado o abatimento do rendimento «do Seg.^{do} Sem.^e por ser o coletado mandado despejar por ser a mesma Loge perçiza p.^a a comodação da familia de Sua Mag.^{de}».

As lojas até agora referidas, situadas debaixo da arcada do velho Terreiro do Paço (que, aliás, dentro em breve veria de novo justificável este nome), não são muito fáceis de localizar, mas situar-se-iam, de Ocidente para Oriente, isto é, caminhando da esquina com a Rua do Ouro para a com a Rua Augusta, pela ordem seguinte: a da Impressão Régia, a dos tratadores de mercadorias, aquela em que Fonseca vendia loiça da India e a do neveiro Julião Pereira.

Um outro vendedor de loiças da India, Paulino dos Santos Leal, talvez não estivesse instalado no «nosso» edifício, mas leva-nos à enumeração de diversos serviços que nele funcionaram.

Em 6 de Março de 1781 (⁴⁹) a Junta do Comércio expunha a representação do fiel das tomadias de «que achando-se comprehendida no interior do Real Palácio da Praça do Commercio, a Caza destinada para Guarda das Faz.^{das} aprehendidas; foi o Supp.^{te} obrigado a remediar esta falta, recebendo-as na Caza da sua habitação. Para obviar aos inconvenientes resultantes de tal facto, a Junta lembrava «a Logem debaixo da arcada do Real Palacio, que antes occupava Paulino dos Santos Leal com Louça e fazendas da India, a qual athé o presente se acha dezocupada, e sem destino, julgando-a muito própria para guarda e acomodação das ditas Tomadias».

Não sabemos se a sugestão terá sido aceite e supomos que a loja de Paulino Leal, dado que não a encontrámos nos livros de registo da Décima como situada no quarteirão que estudamos, se situaria antes na arcada por onde da Rua do Ouro se passa para a do Arsenal.

(⁴⁹) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.^o 120, F. 135.

Mas a representação referida indica-nos que, com extrema probabilidade até à instalação da rainha, em 1780, o armazem das tomadias funcionava no corpo oriental do que depois se designou por «Real Palácio da Praça do Commercio».

Já em Julho de 1775 uma ordem da Junta determinava: «Atendendo á estreita accomodaçãõ, em que se acham as Fazendas das differentes Reaes Fabricas do Reino, que se recolhem em huma das Cazas superiores desta Junta (...) Ordenam ao Deputado Procurador faça accomodaldas na Caza que serve de recolher as Tomadias; passando estas para a donde sahem as mencionadas manufacturas (...)»⁽⁵⁰⁾. Talvez no último piso se acomodariam as fazendas das Reais Fábricas, destinadas a venda; aí terão continuado, pois parece não se ter efectuado a troca com o armazem das tomadias.

Na realidade, em 21 de Outubro de 1775, o produto das tomadias continua a ser arrecadado, indiscutivelmente, no piso térreo; nessa data a Secretaria de Estado expedia à Junta um aviso nos termos seguintes: «ElRey Meu Senhor hé servido ordenar, que o Armazem das Tomadias, e Caza, em que prezentemente se fazem os Leilões da Junta do Commercio (...) sirva ao Expediente da Meza Censória, para hum suficiente Armazem de Livros, pela commodidade de ficar contiguo ao outro Armazem de Livros da Impressão Regia (...)»⁽⁵¹⁾. Não se terá verificado desalojamento da casa das tomadias, como deixa supor a representação de 1781 acima referenciada.

Já por mais de uma vez foi ultrapassado o período indicado como limite desta parte do trabalho. Outra «traição» ainda será cometida, relativa esta ao rigor do esquema cronológico proposto: será deixada para mais tarde a problemática tentativa de identificação dos inquilinos comerciais, por se considerar que, em relação a estes, não se justifica a compartimentação nos períodos que vêm sendo considerados.

Vejamos agora de que modo se relacionam três acontecimentos ocorridos em 1775, 1777 e 1780 com o edifício cujas vicissitudes procuramos acompanhar.

⁽⁵⁰⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 116, F. 185.

⁽⁵¹⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 117, F. 38 V.

Em 20 de Março de 1775 o marquês de Pombal remeteu a Anselmo José da Cruz, provedor da Junta do Comércio, um aviso ⁽⁵²⁾ nos seguintes termos:

«Para a Solemnidade da Inauguração da Estátua Equestre de EL REY Meu Senhor, que se ha de celebrar no dia seis do mez de Junho proximo futuro, deverão assistir com a Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios nas oito Janellas, que lhe competem, os Tribunaes da Meza da Conscientia, e Ordens; o do Conselho Geral do Santo Officio; os Inquizidores, e Deputados da Meza pequena do mesmo Tribunal; o Erario Regio; a Direcção das Reaes Fabricas, e a da Impressão Regia; e todos com os respectivos Escrivaes, ou Secretarios da Meza do seu Despacho taõ somente.

Nas honze Janellas dos Mezeninos superiores, se devem accomodar as Familias Femininas dos Deputados da mesma Junta do Commercio, e Pessoas graves do mesmo Sexo, que quizerem admittir, com approvaçãõ do Provedor da referida Junta.

Na Batibanda, ou Atico Superior, que constitue huma boa Varanda, ⁽⁵³⁾ se pôde accommodar muita gente por Bilhetes estampados, e rubricados pelo Conde Prezidente do Senado da Camara, distribuidos pela mesma Junta do Commercio; e isto pelo que lhe tóca no seu referido Lado Septentrional.

O que tudo VM.^e fará presente na sobredita Junta do Commercio, para que assim se execute. Deos guarde VM.^e».

E com outro aviso da mesma data remete Carvalho e Melo ao mesmo Anselmo José da Cruz a «Instrucção do Ceremonial do que se ha de observar, debaixo do Número I; e com ella o outro Papel do N.º II, de que á mesma Junta pode competir, e preparar para

⁽⁵²⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 116, F. 154 V.

⁽⁵³⁾ Numa Miscelânea (n.º 683) existente na Pombalina dos Reservados da BNL encontra-se, de F. 76 a F. 160, uma pormenorizada descrição das cerimónias da inauguração da estátua de D. José. Dela se respigam as indicações seguintes: «A mesma varanda, ou Ático Septentrional que he servido pêlas escadas da Secretaria da Junta do Commercio leva duzentas pessoas» (F. 138); «As 3 janellas do Cons.º da Fazenda são do lado Septentrional que são servidas pela Escada do Conselho da Fazenda, e chamadas do Plano Nobre» (F. 139); «As 8 janellas do Plano Nobre do lado Septentrional são servidas pela escada da Junta do Commercio. As 11 janellas dos Meseninos do referido lado Septentrional são servidas pela escada da Junta do Commercio» (F. 139 V).

a mesma Função: Declarando-lhe ao mesmo tempo na Relação do Número III. o que pela Repartição das Obras Publicas se ha de expedir, e executar, conforme o que já tenho encarregado ao Fiscal, e Architecto Geral das mesmas Obras». ⁽⁵⁴⁾ Por ser a que tem, para o assunto que estudamos, um interesse maior, transcreve-se a relação II:

«1. A Junta do Commercio armará as respectivas Janellas da sua frente, pela uniformidade, que lhe declarar o Conde Prezidente do Senado da Camara.

2. Nas Trez Noutes de seis, sete, e oito de Junho illuminará as mesmas Janellas com duas Tóchas em cada huma; tambem com a mesma uniformidade declarada pelo dito Conde.

3. Terá a sua Escada, Tranzito, e mais Cazas, que lhe competirem, decentemente illuminadas.

4. Na noute de oito fará a Junta hum Fôgo de Artificio, semelhante ao do Senado; e concordando com o Conde Prezidente a formalidade, e dispozições necessarias a este fim.

5. Nas Cazas da mesma Junta se dará nesta Noute huma Orquestra de Múzica a arbitrio da mesma Junta».

A esta «Orquestra de Múzica» se refere, muitos anos depois (em 1816), o «Jornal de Bellas Artes ou Mnémosine Lusitana» no seu número 3, descrevendo as festas da inauguração da estátua equestre: no terceiro dia de festejos convidara «Anselmo José da Cruz Sobral as pessoas distinctas para assistirem ao Drama = O monumento immortal = que ordenou o Bacharel Theotónio Gomes de Carvalho, e pôz em musica João de Sousa; findo o qual se passou a outra Salla, onde estava ordenada huma esplendida cea em huma meza, que tomava hum rico, e vistoso deser de Saxonia, e a delicadeza, e profusão das iguarias foi correspondente á grandeza de toda esta função».

Na passagem que a seguir se transcreve, uma testemunha ocular refere também o requinte das iguarias mandadas servir por Cruz Sobral.

(54) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 116, F. 151 V.

«A junta do Comercio destes Reynos, e seos Dominios franqueou aos seus convidados huma delicada, especioza, e abundante Meza de doces, e toda a variedade de bebidas, adornada, e servida de boa loiça de Saxonia: mostrando p.^a todas estas circunstancias a notoria generozidade do seu Provedor Anselmo J.^o da Cruz Sobral, q. se encarregou da sua direcção. A ella forão quazi todos os grandes da Corte, e mais distincta Nobreza».

Num outro passo indica a mesma testemunha como a arcada foi aproveitada para instalar assistentes aos festejos:

«Por baixo da Arcada corria huma galeria firmada sobre a imposta dos Arcos toda regular na uniformidade da sua composiçãõ, e pintura exterior; pelo interior se dividia em camarotes fechados, e numerados, a q. dav-aõ huma servidaõ, hum espaçozo corredor, formado tambem no ár; para o qual se sahia por algumas escadas, a fim de deixar q.^{to} era possivel desembaraçado o primeiro pavimento ao Povo; e estes se repartiraõ pelas Pessoas da segunda condiçãõ q. os poderaõ alcançar aos Destribuidores»⁽⁵⁵⁾.

Mas depressa se esvaem as glórias do mundo. O monarca exaltado no bronze da estátua equestre morreu e a aclamação de sua filha, D. Maria I, que teve lugar em Maio de 1777, acarretou alguma alteração nos ocupantes do edificio.

Em 13 de Novembro de 1777 fazia a Junta subir uma consulta em que recordava: «Senhora. = Havendo Vossa Magestade, por Ordem Verbal, participada pelo Conde da Ponte, determinado, que a Junta do Commercio (...) fizesse apromptar a Caza da sua respectiva Aula para na mesma se continuarem as Sessões do Tribunal do Dezembargo do Paço, durante o impedimento, em que se achava, a que lhe hera destinada, pela construcção da Varanda, em que se celebrou a Faustissima Aclamação de Vossa Magestade (...)»⁽⁵⁶⁾.

⁽⁵⁵⁾ «A inauguração da estátua equestre de D. José I (Narracão verídica feita por um jesuita, testemunha ocular do acontecimento)» — Prefácio e nótulas de Ângelo Pereira — Lisboa, Editorial Labor, 1938, pp. 32 e 19, respectivamente.

⁽⁵⁶⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com., L.^o 118, F. 95 V.

Esta situação não foi tão transitória quanto a Junta julgara e pretendia que fosse. Um aviso de 17 de Março de 1778 refere: «Sua Magestade foi Servida mandar declarar à Junta do Commercio (...) haver rezolvido que a Meza do Dezembargo do Paço fique na Caza da Aula do Commercio»⁽⁵⁷⁾. Um outro, de 15 de Setembro de 1778, pondera que, «devendo ficar o Tribunal da Meza do Dezembargo do Paço na Caza, em que actualmente se acha que servia de Aula do Commercio»⁽⁵⁸⁾, urgia arranjar novas instalações para esta.

E, assim, os aulistas do Comércio vão ficar desalojados das suas instalações, substituídos nelas pela Mesa do Desembargo do Paço, tribunal a que competia submeter a despacho do soberano os problemas de «revista» das sentenças, a resolução de conflitos entre tribunais ou autoridades, as autorizações para instituir morgados e capelas, etc.

Também a Mesa da Consciência e Ordens, esse eficaz instrumento do absolutismo régio, se terá instalado no quarteirão que pretendemos estudar. Verificamo-lo por aviso de 4 de Maio de 1777, dirigido pela Secretaria de Estado à Junta: «Sua Magestade tem ordenado, que o Tribunal da Meza da Consiencia, e Ordens se faça interinamente na Sala onde a Junta do Commercio destes Reynos, e seus Dominios faz de tarde as suas Conferencias: O que participo a Vm.^{ee} de Ordem da mesma Senhora, para que Vm.^{ee} expessa logo as Ordens necessarias, a fim de que á manhaã se execute o referido». ⁽⁵⁹⁾

E, finalmente, já em 4 de Setembro de 1777, num aviso em que se faz referência a instalações de diversos outros Serviços, determina-se também «que nas Cazas dos Mezeninos, por cima do Conselho da Fazenda, se accomde tambem a Junta da Caza de Bragança»⁽⁶⁰⁾.

Novas e radicais transformações terão lugar em 1780, ano em que o edifício passa a merecer (e a ostentar, de facto) o título sob que vêm sendo enfeixadas todas estas enfadonhas notas. Vê-lo-emos em próxima oportunidade.

⁽⁵⁷⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 118, F. 139 V.

⁽⁵⁸⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 119, F. 36.

⁽⁵⁹⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 118, F. 28 V.

⁽⁶⁰⁾ ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 118, F. 82.

Roteiro Fraseológico de Lisboa

(ACHEGAS)

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

Pela quarta vez, peço a colaboração e ainda a presença dos Amigos de Lisboa nesta deambulação pela Cidade, com rápidas idas aos arredores — realizada por palavras e frases referentes a locais indicados com precisão na maioria dos casos, e em certos momentos de modo fugidio, pela força da probabilidade. Companhia não tem faltado ao autor, sempre muito orgulhoso dessas provas de apreço por este passeio, que se documentam pela informação de novas locuções, de notícias bibliográficas, da entrega generosa de elementos que enriqueçam a recolha paremiológica. Duzentos apontamentos preencheram as listas anteriores — inclusas em *Olisipo*, nos números de 1973, de 1974 - 1975 e de 1976 - 1977, e de que se fizeram separatas.

No presente *Roteiro Fraseológico* reuniram-se mais ao redor de setenta, prova concludente do tesouro que é a fala metafórica de Lisboa, com inúmeros exemplos já integrados na linguagem geral, a fim de se obter melhor expressão do pensamento: esclarecimento de factos do Passado, de circunstâncias do Presente, de possibilidades do Futuro. A metáfora reforça a mensagem que enviamos, envolvendo-a na graça, enroupando-a na beleza formal ou subtilizando-a na intenção, profundando-a no conceito. Lisboa no seu próprio nome e na vasta toponímia, que a compõe, concede-nos, como se vê, um escrínio de invulgar conteúdo. Com ele, agora (suponho, pois nestes domínios da Linguística jamais se sabe quando se atingiu realmente *o fim*) termino um capítulo de amplo estudo, há muito iniciado na recolha, em meditação frequentemente interrompida por força da vida e ainda, por mal do autor, bem longe do seu termo: a

Fala de Lisboa, de que esboçou um plano (sobre que deu notícia no boletim do Ateneu Comercial de Lisboa, n.º 20, p. 4, de Outubro de 1961, com o título de «Linguagem Lisboaeta»). Enfim, algo fica feito desde já...

Da bibliografia de que se tirou maior proveito, neste quarto *Roteiro* (de resto, totalmente nomeada nos números estudados), indicam-se a *Vida Misteriosa das Palavras*, de Gomes Monteiro e Costa Leão, trabalho merecedor de confiança, embora com doutrina discutível aqui e além, e o *Dicionário de Calão*, Lisboa, 1959, de Albino Lapa — que foi operoso escritor, muito dado à investigação, mas em demasia despreocupado com a redacção e a gramática. O nosso trabalho destina-se, como fica dito, à recolha de fraseologia lisboeta, predominantemente com toponímia da Capital, mas quem queira conhecer vocabulário e paremiologia característicos da Cidade consultará com proveito as duas obras acabadas de citar.

A ordenação dos adágios e metáforas há-de ser conforme um «passeio» planeado a partir de um ponto mal definido à beira do Tejo, continuando-se pelos caminhos mais a jeito até aos arredores saloios. Para o seguirmos, aconselhamos o *pensamento*, por ser meio de transporte mais rápido e independente...

1-2) *Quintos dos Infernos*: A propósito desta expressão, Gomes Monteiro e Costa Leão (*A Vida Misteriosa das Palavras*, pp. 165-166) escrevem: «*Quinto* era o imposto de 5 por cento, que o erário português cobrava das minas de ouro do Brasil. A nau que trazia esse imposto para Portugal chamava-se *nau dos quintos*. Como nessa mesma nau eram enviados os degredados, o povo, julgando que *Quintos* era o nome das paragens distantes e terríficas do seu destino, dizia ao lastimar os que partiam: «Foram para os *Quintos dos Infernos!*» E seguem com um soneto de Nicolau Tolentino «No dia em que chegou a Nau dos *Quintos*», em que o tema é amargamente tratado. É aceitável a interpretação, pois corre também a frase «ir na nau dos *quintos*», no sentido de «ir para o degredo», simplificada em «ir para os *quintos*», na ideia de ponto longínquo e misterioso. [Vid. o n.º 28 do nosso *Roteiro*, de 1977].

No Minho, o autor recolheu o ditado seguinte, que contém uma praga: «Sumiço tenhas tu, como teve a nau dos *quintos!*» Esta frase recorda a frequência com que as naus dos *quintos*, sendo atacadas pela pirataria, não chegavam ao destino.

3) *Vinho do Poço do Bispo*: assim chamado o vinho artificial ou zurrapa, *fabricado* no Poço do Bispo. Lá haverá razões para esta expressão do sarcasmo lisboeta...

4) Pela terceira década do século, as pessoas endinheiradas davam-se ao luxo de fumar tabaco estrangeiro de marca internacionalmente famosa. Os lisboetas economicamente menos favorecidos (isto em linguagem do terceiro quartel da nossa centúria) contentavam-se com chupar os *Abdulas de Xabregas*...

5) *Sol posto — redes na água!*: Frase da linguagem metafórica ligada a actividades marítimas, ouvida em Dezembro de 1977, a um homem do povo, que exerceu, como outros elementos da família, profissão no Rio Tejo — família estabelecida em Alfama desde 1904. Usava-a o pai do informador, quando ao fim do dia mandava deitar o seu rancho de filhos, querendo exprimir em frase figurada que, acabadas as tarefas, se entrava num período de sossego. A frase, tirada de uma circunstância real, indicava que os pescadores da foz do Tejo deitavam as redes, quando a noite chegava, e era então o momento de se iniciar a fase do descanso.

6) Por autorização do Dr. António Machado Guerreiro, reproduz-se agora um fado cantado por Maria João (50 anos de idade) e Maria de Oliveira (de 65), domésticas, do Vale de Alinhos, f. de São Teotónio, c. de Odemira, d. de Beja, ouvido em 1975. Chama-se a atenção para a quadra n.º 5, 4.º verso «Desde as famas até Belém», isto é, *Desde Alfama até Belém* que proporciona a ideia de *um extremo ao outro da cidade* ou *por toda a cidade*. Recorde-se, a propósito, no apontamento da p. 13, no *Roteiro* de 1975, o verso «do Mocambo intés Alfama» com igual conteúdo. Eis o fado:

Aqui rota e quase nua, }
Da vida negra da malta } bis
Sou uma triste flor da rua, }
Ai, dizem as damas lá da alta. } bis

Pobre flor que à minguá d'água }
Vem na *xurra* da sarjenta: } bis
Sou uma triste flor da malta }
Ai, que me atirou para a valeta. } bis

Muitas vezes passei fome }
E agasalhos nunca os tive. } bis
Quem bem bebe e quem mal come, }
Ai, pra morrer é que se vive. } bis

Eu vivo como posso,
À calma e ao frio,
E a roer num osso }
Como um cão *badio*. } bis

Nas vielas fui criada, }
Não conheço pai nem mãe. } bis
Andi sempre na vida airada, }
Desde *as famas* até Belém. } bis

Eu vivo como posso,
Porque eu mais me agudo.
Eu sou a catraia }
Do povo miúdo. } bis

7) Na *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* (selecção, prefácio e notas de Natália Correia), lêem-se os seguintes versos de um poeta anónimo do século XVII (manuscrito da BNL, 8575) na composição «A uma Dama que perguntou qual era o bordão do corpo»:

«[que] em Alfama dizem todos
Mais que a alma o corpo manda.»

8) Como ditado usava-se, em Lisboa, há séculos um bem característico e gracioso: *Em mulher de Alfama, homem do mar e relógio das Chagas pouco há que fiar*.

9-10) Nos seus *Relógios Falantes*, D. Francisco Manuel de Melo indica duas frases lisboetas: um dito, que pode aplicar-se ironicamente quando se ouvem declarações tolas, e uma metáfora de carácter proverbial, e portanto com intenção prática. Ei-los: «[...] também lá na cidade [Lisboa] dizem que não dais as horas certas!»;

«Diz que a verdade, na língua dos que a não falam, é como a água do Chafariz de El-Rei, que por correr por canos de enxofre, sempre faz mal ao fígado».

- 11) *Ó preto - escarumba, olé!*
Dé - réis de açúcar, um pataco de café!

Dístico que, na sua meninice, P. C. Soromenho ouvia aos miúdos de Alfama para arreliaem os pretos, perseguindo-os; os pretos eram muito frequentes no local — nas duas primeiras décadas do século — principalmente criados e trabalhadores de bordo. Depois, durante cerca de 40 anos tornaram-se raros. Apareceu então uma colónia, que se estabeleceu no Beco do Azinhal, ao Chafariz de Dentro, constituída, parece, por uma família e amigos, gente preta e mulata, misturada com brancos; vêem-se com frequência caras novas. Todos aparentam viver sem dificuldades.

Actualmente (1979), Alfama é frequentada por gente de cor — o que é normal por toda a cidade.

É interessante recordar que no último quartel do século XVI, viveu também no Largo do Chafariz de Dentro um grupo de gente parda e preta, de que ficou memória nos registos da Sé de Lisboa (escravos uns, forros outros), que conseguiram obter a simpatia e a amizade de vizinhos humildes e sem escrúpulos raciais: destes distinguiu-se uma família Fernandes. Todos foram evocados, com pormenores autênticos entrevistados nas informações dos padres da Sé, por P. C. Soromenho nas «Terceiras Memórias do Largo do Chafariz de Dentro» (in boletim da Sociedade Boa União, de Alfama, de Dezembro de 1973).

12) *Vamos ver a revolução!:* Durante a primeira República (1910-1926), em Portugal, houve períodos revolucionários, por vezes, intensos, mas normalmente sem importância; aos movimentos que abortavam ou sem consequência era dado pejorativamente o nome de «sarrafusas». Entre 1923 e 1926, algumas sarrafusas eram até anunciadas, por exemplo, para as 11 da manhã, para as 3 da tarde... E lembro-me de, no liceu, os contínuos irem às salas de aula avisar professores e alunos de que «ia haver uma revolução às...». Acontecia o mesmo por toda a parte, pelo que o dia de trabalho se transformava em feriado. Recordo-me de que em Alfama até se brincava no Largo do Chafariz de Dentro, cheio de gente curiosa de novida-

des, começando alguns a gritar que vinha lá uma camioneta com soldados aos tiros... e todos se recolhiam nos becos, esquinas, portais ou fechavam as janelas. Pouco depois, reconhecendo a mentira, reenchia-se o Largo: era muito divertido. Também apareciam os revoltados e os revolucionários que gritavam a necessidade de «irem ao Museu de Artilharia [ali perto] buscar as armas», solução pouco significativa, dado que o armamento ali guardado era mesmo *de museu*.

Contudo, o mais interessante estava na naturalidade com que, por toda a Lisboa, as pessoas mais bisbilhoteiras e habituadas a tais sarrafuscas declaravam: «Vamos ver a revolução». A frase, frequente nessas situações, teve vida efémera, acabadas que foram as circunstâncias da sua origem. Ia entrar-se, contudo, num período bem grave da História de Portugal.

13-14) *Ir livrar o pai da forca*: ir com muita pressa, «ir de ordens». Gomes Monteiro e Costa Leão (*A Vida Misteriosa das Palavras*, pp. 121-122) concretizam a formação da frase no célebre milagre antoniano, segundo o qual Santo António veio de Pádua a Lisboa, por meios sobrenaturais, salvar o pai da forca. Não passa de uma lenda curiosa. A frase pode ter a sua forma metafórica, por simples adaptação da realidade. *Ir de ordens*: tal como os soldados mensageiros, que devem cumprir com toda a brevidade as ordens que recebem. Albino Lapa, *Dicionário de Calão*, p. 135, diz até que o acontecimento antoniano foi em 1227. Ora, não há! E tem realmente interesse recordar a existência em Lisboa da Rua do Milagre de Santo António, topónimo comemorativo.

15) E, porque estamos próximos da Sé e encaramos, quase sem querer, as suas obras de sempre (trazidas à baila na p. 6 do *Roteiro* de 1973 e no. 18 do *Roteiro* de 1977), chega-nos ao bico da pena um caso parecido, contado pelo Dr. Joaquim Manuel de Macedo nas suas *Memórias da Rua do Ouvidor*, no Rio de Janeiro (p. 55): Em 20 de Janeiro de 1749 foi lançada a primeira pedra da Sé Nova, mas o entusiasmo pela construção não teve continuidade, e desse modo também — lá como cá — «as obras da Sé» ficaram como provérbio popular, aludindo aos trabalhos que começam e a que se lhes não vê termo.

16) No n.º 25 do *Roteiro* de 1973, pergunta-se pela abonação da frase «Abriram-se as portas do Limoeiro?». Pois, pode encon-

trar-se uma em *Aspectos de Lisboa no século XIX*, de Francisco Câncio, 1939, pp. 370-371, onde o autor conta que, por suborno dos guardas, os presos patuleias foram libertados pelos seus correli-gionários. Aconteceu, porém, que com eles saíram também os crimi-nosos, pelo que a cidade viveu horas de pavor, enquanto a maioria dos fugitivos não foi apanhada (tendo morrido alguns). Em *Garrett. Memórias Biográficas*, de Francisco Gomes de Amorim, III, 227-228, Lisboa, 1884, lê-se com pormenores a descrição deste aconte-cimento, que se deu a 29 de Abril de 1847.

17) O *Aljo* (ou *Alju*) designou, antes de ser prisão de polí-ticos, o Aljube, quando prisão de mulheres, segundo informa Albino Lapa, *Dicionário de Calão, Lisboa*, 1959, p. 11.

Pois que andamos por *estas bandas*, leiamos o seguinte trecho de Aquilino Ribeiro, *Lápides Partidas*, 2.^a ed., pp. 244-245: «— *Agarra! Agarra que é ladrão! Agarra!* Era este o brado que eu mais temia. Mais de uma vez tinha assistido a montarias ao homem nas ruas de Lisboa, onde cada honesto cidadão arma em caçador do seu seme-lhante.» E o grande prosador crê que «esta pecha ascorosa e cobarde» provenha da tradição secular de ter o lisboeta sentido a necessidade de se defender de ataques inesperados de piratas (normandos, arge-linos) e cruzados e inimigos.

18) «Os adros em Lisboa, prestáveis para qualquer ocupação suportavam tudo. Eram cemitérios, mercado, trono de oratórias as mais desconstradas, parlamento de discussões bairristas, salões de arraial, posto de namorados, prazo dado de amigos conversadores. Já no quinhentismo se dizia, figuradamente, querendo-se aludir aos que tudo suportavam sem queixa: — É um adro! Este da Misericórdia até suportou os Mestres castelhanos da Picadura [Tatuagem]». (Matos Sequeira e Pastor de Macedo, *A Nossa Lisboa*, p. 161).

19-21) *Mandar bugiar*: Expressão corrente, pelo menos nas Beiras e na Estremadura, que em Lisboa é frequentemente comple-tada: *Vá bugiar macacos!* «Bugiar» significa «fazer momices ou tomar atitudes próprias de macacos», pois que «bugio» é sinónimo de macaco, e o termo advém duma cidade norte-africana — Bugia — donde se recebiam os macacos e cera, pelo que as velas de cera se designavam por bugias também. A expressão é recordada aqui, por causa do complemento lisboeta: «bugiar macacos», pouco significa-

tivo se o analisarmos morfológicamente, pois toma função de complemento directo, o que lhe prejudica o sentido.

Deve ter-se dado uma síncope na frase «Vá bugiar *como* os macacos», o que é de admitir, dado que a palavra «bugio» se tornou termo obsoleto, apenas hoje lembrado na toponímia — Torre do Bugio. De igual modo se perdeu o significado de «bugiar», e daí, possivelmente, a substituição do verbo por outro corrente: «Mandar *pentear* macacos».

Eis agora a explicação que se lê na p. 411 de *A Nossa Lisboa*, obra sugestiva de Matos Sequeira e Pastor de Macedo: «Pois o verbo [bugiar, na expressão *mandar bugiar*], prezado leitor, nasceu nesta praça [o Terreiro do Paço, em Lisboa] e, segundo os melhores cálculos, quando o terreiro estava sendo construído [no século XVI, reinado de D. Manuel].

Justamente para que na sua construção as estacas atingissem mais profundidade, empregava-se um engenho, a que chamavam *bugio*, o qual batendo nelas fazia que se aprofundassem mais. Trabalho duro, onde se empregavam unicamente as últimas das classes mais desprezíveis, os que nenhum préstimo tinham para qualquer outra ocupação, numa palavra, os vadios, e daqui o dito de mandar-se bugiar aqueles que para pouco ou nada servem e, por extensão com o andar dos tempos, aqueles que não sabem o que dizem ou o que querem, conforme já acentuámos.»

O que acaba de ser lido é apenas resumo de quanto desenvolvidamente diz Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, 2.^a ed., pp. 113-116, como opinião pessoal e baseando-se em Bluteau, Jorge Ferreira de Vasconcelos e Cavaleiro de Oliveira; nas pp. 265-266, nota n.º 9, vêm exemplos de Gil Vicente. Aconselha-se ao Leitor interessado a consulta destas páginas.

Albino Lapa em *Dicionário de Calão*, p. 43, define «mandar bugiar» (ou «ir bugiar») o mesmo que «mandar à fava», «pentear monos ou macacos.»

Esta ideia de insultar o próximo mandando-o a este ou àquele sítio, fazer isto ou aquilo, encontra-se expressa na frase «mandar (ou ir) para o Maneta» e que contém maior violência do que pode parecer. O Maneta foi o general francês Loison, a quem faltava um braço, que esteve em Lisboa com Junot, e se celebrizou pela crueldade com que tratava os presos portugueses.

Menos cruel, mas decerto não menos desagradável, era a interpretação dada nas primeiras décadas do século às iniciais maiúsculas PAM, que designavam abreviadamente o Parque Automóvel Militar. A vaidade e muitas vezes a imperícia dos soldados motoristas provocavam frequentes desastres na cidade, pelo que «ir PAM» passou a significar «ir para a morgue.»

22) *Boneca de capelista, não andes ao sol, que te crestas:* A palavra capelista é de indiscutível origem lisboeta, pelo que a frase em epígrafe não o é menos. Emprega-se em dois sentidos: quando uma pessoa se faz demasiadamente mimada ou quando alguém se emboneca excessivamente no vestuário ou nas pinturas do rosto.

Foi o caso que em 1505, com as obras do Paço da Ribeira praticamente prontas, D. Manuel I abandonou o Paço da Alcáçova, no Castelo, e veio instalar-se na sua nova morada, à beira do Tejo. No local, correspondente actualmente à escadaria nobre do edifício da Câmara Municipal, existia a Capela de São Tomé, que o monarca transformou em Capela Real. Este templo possuía um pátio quadrado, limitado por arcadas, e nelas se fixaram vendas de todos os géneros, que receberam o nome de *capelistas* — palavra que depois designava indiferentemente o estabelecimento e o vendedor. Após o terramoto, que fez grandes estragos no sítio, os capelistas estiveram de princípio na Rua Nova de El-Rei, e espalharam-se daí por toda a cidade. Estas lojecas vendiam, como ainda hoje, bugigangas e o que nós chamamos, em linguagem actual, utilidades.

23-24) É de notar que o Marquês de Pombal, figura extremamente controversa na recordação culta, quer como político quer sentimentalmente, não parece ter deixado má memória na tradição popular. A ele se atribuem frases célebres, enaltecedoras do seu espírito esclarecido, da sua inteligência viva. Além de algumas já referidas nestas séries de paremiologia lisboeta, outras vêm ao bico da pena: a) Quando se procedia ao estudo dos novos planos para a reconstrução da cidade ou na altura em que se concretizavam em largos arruamentos, aparentemente exagerados — estranhava-se que se contasse com uma realidade então não previsível. A isto, Sebastião José responderia com penetrante visão do futuro: «Lá virá tempo em que as ruas serão estreitas!» O tempo foi confirmando a verdade da profecia, pelo que ela ainda se citava, entre gente do povo, quando

eu era pequeno. b) A enormíssima área ocupada pelos frades de São Francisco da Cidade, que deu no decorrer dos séculos pano para mangas, melhor, espaço para várias instituições exigentes de ampliação, terá provocado a ironia cortante do Marquês: «Aquilo é antes *a cidade de São Francisco!*» Quantas vezes, os Lisboaetas, à imitação do famoso ministro, a terão repetido para condenar o exagero de uma aplicação inútil.

Esta malícia, e no caso presente *pombalina*, tão curiosamente lisboeta terá existido desde os afonsinos e chegou aos nossos dias: Por meados do século juntavam-se no Café Nicola, do Rossio, à tardinha, muitos professores do ensino técnico e funcionários da respectiva Direcção-Geral, pelo que começaram a chamar ao Café a *su-cursal da Direcção-Geral do Ensino Técnico*. Outra: Quando a Escola Industrial Afonso Domingues, pelas suas instalações bem apetrechadas, emprestava as oficinas ao Instituto Superior Técnico, logo recebeu o apodo de *Universidade de Marvila...*

25) *O Banco de Engrola a Metrópole: Libras carecas* foi designação para cambiais clandestinos, na informação de Gomes Monteiro e Costa Leão (*A Vida Misteriosa das Palavras*, p. 121), que reproduzem o seguinte do livro *O Caso do Banco Angola e Metrópole*, de António Horta Osório (p. 241): «[...] No Porto como em Lisboa aparecia então, como ainda hoje aparece, uma grande quantidade de cambiais ou cheques sobre o estrangeiro, que os seus donos oferecem à venda clandestina a fim de fugir às habituais fixações de câmbio, que constituem desde há anos uma das mais constantes preocupações de todos os nossos ministros das Finanças. São conhecidos esses cambiais pelo nome de *libras carecas*.» Os autores citados acrescentam que na altura da publicação do seu livro (1944) havia as *pesetas carecas*. Poderemos afirmar que actualmente temos os *dólares carecas*. Já agora, recorde-se que a boa piada lisboeta transformou o nome do Banco Angola e Metrópole em *Banco de Engrola a Metrópole*. Para que conste...

26) *Andar pelos candeeiros da Rua Augusta*: frase recolhida em *A Nossa Lisboa* (p. 65), de Matos Sequeira e Pastor de Macedo, sem explicação. Talvez aqui se indique o costume de passear vagarosamente, com paragens junto dos candeeiros para encosto de um do grupo.

27) *Ser um Grandela*: por imitação ao mais importante armazém de vendas da Capital, dizia-se, na primeira metade do século, dos estabelecimentos provincianos fornecedores de *tudo*.

Este Grandela tem que se lhe diga..., conforme já vimos no *Roteiro*, de 1977, sob o n.º 36. E até se *imortalizou* uma lengalenga ensinada, pelo menos há 60 anos, aos mais pequeninos das escolas lisboetas, a fim de os despertar para os recitativos:

«A morte é negra, cruel e dura!
A ela ninguém escapa:
Nem papa nem rei nem cura...
Mas eu hei-de escapar a ela:
Vou ao Grandela,
Compro uma panela,
Meto-me dentro dela
E tapo-a muito bem.
A morte vem...
— Aqui... aqui... aqui não está ninguém!
.....
Boa noite, meus Senhores,
Passem todos muito bem!»

28) *Meter uma lança em África*: Gomes Monteiro e Costa Leão (*A Vida Misteriosa das Palavras*, pp. 137-138) dizem que D. Nuno teria, ao mesmo tempo que do alto do Carmo atirou a sua lança sobre o vale em frente, declarado que ainda era capaz de meter uma lança, não no *Rossio*, mas em África.

29) *Pensas que sou o Quintela?*: Frase que se usou na linguagem lisboeta por meados e na segunda metade do século XIX, decerto primeiramente em Lisboa, depois generalizada ao país, com o fim de exprimir despesas exageradas e exorbitantes. Joaquim Pedro Quintela, segundo Barão de Quintela e primeiro Conde de Farrobo, possuiu uma das maiores fortunas portuguesas do século em que nasceu (1801). Generoso, quando não pródigo e inconsequente, apesar das muitas qualidades que o ilustravam, deixou nome na paremiologia, como se vê, tanto ou quanto esquecido umas dezenas de anos mais tarde, já entrado o século, pelo riquíssimo também, mas intran-

sigente defensor dos seus bens, Monteiro «dos Milhões», igualmente de Lisboa.

Chama-se a atenção para o nosso *Roteiro* de 1977, n.^{os} 9-17, letra *d*) em que o Quintela é figura central (antepassado do anterior).

30-33) *Ter uma ganforina (ou ganforinha)*: o mesmo que farta cabeleira. Mal ou bem penteada, a abundância é que provoca a designação. Deriva do nome de uma cantora italiana, que esteve em São Carlos (Francisco da Fonseca Benevides, *Real Teatro de São Carlos*, in *A Vida Misteriosa das Palavras*, Gomes Monteiro e Costa Leão, p. 102). Identicamente também Lisboa criou a *marrafa*, madeixa caída sobre a testa (de um bailarino italiano, de nome Marraffi, dos fins do século XVIII e que actuou no Teatro do Salitre); e ainda o uso do toucado ou do chapéu à banda com graciosidade intitulou-se à *zamparina* (isto é, à maneira da Zamperini, cantora veneziana do Teatro da Rua dos Condes, nos tempos de Pombal).

Há ainda uma frase de tradição lisboeta, atribuída ao compositor musical Ângelo Frondoni, do século XIX, quando disse a um amigo, que estranhara vê-lo lavar a cara na mesma água em que lavara o resto do corpo: *Tutto Frondoni!*. Tem correspondência com o ditado beirão: «Nenhum porco tem nojo do seu masseiro.»

34) *Ser um faia (= ser um fadista)*: Conforme Gomes Monteiro e Costa Leão (*A Vida Misteriosa das Palavras*, p. 93) a expressão é lisboeta, do nome do boleeiro Guilherme Faia, que vivia por 1848 (*apud O Comércio de Portugal*, de 26 de Fevereiro de 1895). A sua fama na boémia oitocentista e uma possível aliteração (*faia* e *fadista*, que chegou a pronunciar-se *fadista*) talvez expliquem a sinonímia, hipótese que apresenta agora o autor deste *Roteiro*.

35) *Andar ao topo*: «É o termo que os gatunos aplicam àqueles que andam a passar vigésimos premiados da Santa Casa da Misericórdia.» (Albino Lapa, *Dicionário de Calão*, Lisboa, 1959, p. 15).

36) Vilhena Barbosa (*apud* Gomes Monteiro e Costa Leão, *A Vida Misteriosa das Palavras*, p. 65) conta que o conhecido palácio do Cunhal das Bolas foi origem de uma lenda: a sua edificação deve-se a um judeu rico, que decidira representar nela pomos de ouro (lenda que se assemelha à da Casa dos Bicos: Vid. n.^o 9 do *Roteiro* de 1973, e n.^o 31, no de 1977).

Informação que terá certo interesse: A entrada do Palácio da Pena, em Sintra, é de pedra trabalhada e nela se conjugam harmonicamente, como elementos decorativos, os *bicos* e as *bolas* dos dois famosos edifícios lisboetas.

37) O Animatógrafo Chantecler existiu durante umas dezenas de anos no local da Praça dos Restauradores, onde depois se instalou o Cinema Restauradores e que, actualmente se integra no edifício do Cinema Éden. A palavra francesa, pronunciada com *e* mudo na segunda sílaba, alterou-se na gíria lisboeta, que dizia muito energicamente *chantècler*. E, como nota simbólica, isto é, como indicativo, os filmes ali passados mostravam, se recordo com exactidão, um galo. Pois o espírito jocosos dos Lisboetas dos anos vinte, e talvez de décadas anteriores (a que já não chegam as minhas lembranças), começou a atribuir aos filmes (ou melhor, às *fitas*, como então se dizia) a *marca galo*, acentuando o cacófato, para gozo dos ouvintes.

O animatógrafo, espectáculo que deu no goto do povinho de Lisboa, constituía designação comprida e talvez de pronúncia complicada pelo que tomou popularmente a forma *nimas*, decerto após ter passado pelas apócopes *anima* e *animas*. Quando os teatros Éden e Politeama passaram a cinematógrafos, a boa piada lisboeta criou frases como esta: «Ó pá, a que *nimas* vais? Ao *Edes* ou ao *Politimamas?*»

38) *Saber que nem gaitas*: saber bem. De três hipóteses, apresentadas por Gomes Monteiro e Costa Leão (*A Vida Misteriosa das Palavras*, p. 103), uma é lisboeta: uma vendedeira, à porta do Passeio Público, oferecia uns doces de nome *gaitas*, muito gostosos. Vid. no *Roteiro* de 1973, o n.º 39, p. 16.

39) *Lindos olhos tem o mocho!*: Frase com que se diminui o bom aspecto, a graça, a lindeza de alguém. Gomes Monteiro e Costa Leão (*A Vida Misteriosa das Palavras*, pp. 121-122) contam uma historieta (anedota fantasiada a partir do dito — certamente — e não sua causa), com o seu pitoresco, localizando-a no Vale de Pereiro, em Lisboa.

Foi o caso que uma criada ladina, de meados do século XIX, namorava, ao mesmo tempo, um soldado de um regimento de caçadores e um soldado de cavalaria da Guarda Municipal. Como a farda

do primeiro era negra, e ele próprio fazia olhares apaixonados, o opo-
sitor, ao passar-lhe próximo, exclamava: «Lindos olhos tem o mocho!
Piu!...» Deus sabe!

40) *Ir beber água ao Rato*: Na revolução sidonista de 5 de
Dezembro de 1917, o então guarda-marinha Agatão Lança tentou
corajosamente vencer os revoltosos, chefiando uma força de mari-
nheiros, pela Rua da Escola Politécnica, até ao chafariz do Rato,
onde foi derrotado. A ironia Lisboaeta, cruelmente, dizia que os ma-
rinheiros tinham ido beber água ao Rato.

41) *Avenida das Lírias*: designação comum para o corredor
da geral do Coliseu dos Recreios, diz Albino Lapa no seu *Dicionário
de Calão*, p. 25. Em *Olisipo* (de Abril de 1952, p. 120) informa-se
de que também se diz *Avenida das Tílias*. Vid. *Roteiro* de 1973,
n.º 38, p. 16.

42) *Ir à capela*: «Ser julgado no Torel» (já fora de moda):
Albino Lapa, *Dicionário de Calão*, p. 54.

43) *Casa do Cão*: Penitenciária de Lisboa (Albino Lapa, *Dicio-
nário de Calão*, p. 56).

44) *Bairro Alto Chique*: Bairro Camões — alcunha que terá
tido as suas razões... dado que ambos passam por centros de vida
boémia. Vid. *Roteiro* de 1973, n.º 38, p. 16.

45) *Cadetes da Bemposta*: alunos da Escola Militar (Albino
Lapa, *Dicionário de Calão*, Lisboa, 1959, p. 47).

46-47) *A Feira de Anexins* (edição dirigida e revista por Ino-
cência Francisco da Silva, publicada pela Livraria António Maria
Pereira, Lisboa, em 1875) é obra de D. Francisco Manuel de Melo.
(Embora curiosa e laboriosamente engendrada, peca pelo tom forçado
do trocadilho ou pelo exagero da falsa etimologia — o que torna a
leitura lenta e cansativa). O autor procura usar toda a linguagem
metafórica relativa a partes e órgãos do corpo humano como, por
exemplo, a cabeça, o cabelo, os olhos, as orelhas, a boca...

Dois casos apenas respeitam à fala de Lisboa... se li bem — do
que posso duvidar, pois, já o disse, a leitura é fastidiosíssima. O texto
é sempre dialogado: a) p. 60: «Homem, isto não é mentira; senão,
diga-o o *almoxarife*, que se chama F. de *Almeida*, estando nós em

Almada, aonde passamos de Lisboa em uma *almadia*» [Vê-se que D. Francisco quis jogar com a palavra *alma*]. b) E na p. 62 [Ainda o mesmo jogo com *alma*, e a referência ao pitoresco vendedor de pagelas de São Lázaro, em proveito do hospital lisboeta da invocação deste santo]: «Se está podre, procure *almagre* e peça para S. Lázaro.» (Vid. *Roteiro* de 1973, n.º 46, p. 18).

48) *Fazer tijolo*: isto é, estar sepultado é curiosamente analisado por Gomes Monteiro e Costa Leão (*A Vida Misteriosa das Palavras*, pp. 97-98), mas não dizem onde encontraram a explicação.

Terá ligação directa com o facto de, após o terremoto de 1755, se utilizar largamente o barro existente em Lisboa e arredores para a reconstrução da cidade. O cemitério dos mouros ocupava uma vasta área (Olarias e Bombarda, em direcção do Forno do Tijolo), pelo que o barro então aí aproveitado viria, frequentemente, misturado com ossadas. Não é difícil chegar à ideia de que os ossos serviriam, pois, para fazer tijolo. Simplesmente, os autores não indicam a proveniência da hipótese nem a dizem sua. (Vid. *Roteiro* de 1977, p. 8, f).

49) *Os rouxinóis de Alvalade*: Expressão recolhida em *A Nossa Lisboa* (p. 65), de Matos Sequeira e Pastor de Macedo, sem explicação.

50) *Estar armado em mandarim*: quer dizer, abrir em troca de gorgeta as portas dos automóveis. Óscar de Pratt (*Revista Lusitana*, XVIII, p. 127) diz que «mandarim tem em Lisboa a acepção especial de ajudante de condutor de automóveis.» Gomes Monteiro e Costa Leão hesitam em aceitar tal acepção e... fazem muito bem! Deve tratar-se de frase de vida efémera, cuja origem se perdeu, mas não vai além do século XX, naturalmente.

51) *Ele (ou ela) tem cara de saloio (ou saloia)*: Porque os Lisboetas se habituaram há oito séculos a olhar a gente rústica dos arredores da cidade como grosseira e ignorante, a designação étnica e geográfica — os Saloios — manteve-se até hoje em dia com sentido pejorativo, muito aplicada com intuitos trocistas ou ofensivos. A reacção saloia às desconsiderações alfacinhas concretizou-se numa atitude permanente de desconfiança. E, perante o lisboeta, o saloio passou a actuar com aquela prudência, que os próprios cidadãos designaram *esperteza saloia* — origem de um vasto anedotário em que o mal-ferido não é já o saloio.

Lisboa tem absorvido o território e a população circunvizinhos, pelo que, se já deles dependia pelos serviços prestados na entrega de grande parte da alimentação e nos trabalhos domésticos e lavagem periódica da roupa, tal dependência aumentou, principalmente no século XX: os lisboetas instalados na zona saloia (Cascais, Estoril, Mafra, Sintra, etc.) ficaram subordinados àqueles que por longo tempo haviam amesquinhado. E hoje como expressão contundente o apelativo *saloio* perdeu muito da sua força: e há já quem se gabe de o ser. Os «nossos beócios» deixaram de ser saloios no mau sentido: mas ainda no princípio do século tinha seus perigos tal tratamento. Um avô do autor, passando de carro, puxado a cavalos, na estrada de Mafra, teve a triste ideia de gritar para um grupo de camponeses, que seguiam a pé: «Eh! lá, seus saloios, saiam do caminho!» E o cocheiro teve de chicotear os animais, pois que os homens correram atrás do carro, com os varapaus em riste!

É natural que a expressão fisionómica — frequentemente boçal, rude — da gente do campo tenha originado a frase *ter cara de saloio* (Vid. pp. 9-10 de «Origem de várias locuções, adágios, anexins, etc.», de António Tomás Pires); e também que a gente das vilas e cidades restantes de Portugal passasse a chamar, por imitação dos Lisboetas, *saloios* aos habitantes das aldeias.

Albino Lapa no seu *Dicionário de Calão*, p. 89, define a esper-teza saloia como «aquela com que alguém pretende intrujar, servindo-se de ardil ou velhacaria.» Talvez seja, por estas e por outras, que se chame a vinho branco com gasosa «champanhe saloio».

Aconselha-se a leitura do segundo capítulo («Saloios») do catálogo *O Povo de Lisboa* da Exposição Iconográfica, realizada em Junho-Julho de 1978 no Palácio dos Coruchéus pela Câmara Municipal de Lisboa.

52) «O dia destinado à festa e à feira de Santa Brígida era o de Nossa Senhora das Candeias, 2 de Fevereiro, dia considerado profético para a nossa gente do campo, que acredita em:

Quando a Candelária rir,
O Inverno está para vir;
Quando a Candelária chora,
O Inverno vai embora.

Interpretando *o rir e o chorar*, pelo bom tempo ou chuva que nesse dia se verificar.» (Francisco Câncio, *Arquivo Alfacinha*, vol. I, caderno III, p. 23). Em nota apresenta a variante lisboeta:

«Se a Senhora da Luz chorar
Está o Inverno a acabar;
Se a Senhora da Luz rir,
Está o Inverno para vir.»

53) *Meninos da Luz*: alunos do Colégio Militar.

54) Cães de Carnide,
Cadelas do Lumiar,
Acudi aos de Benfica,
Que se querem enforcar.

Corre ainda hoje oralmente. O Pe. Álvaro Proença, em *Benfica através dos Tempos*, Lisboa, 1965, p. 47, lembra, a propósito desta quadra de apodos étnicos ou ditados tópicos, os seguintes: rapa-caldos de Odivelas, cágados da Póvoa de Santo Adrião, catalões da Ameixeira e lobos ou ladrões da Charneca.

A acrescentar que aos de Odivelas também chamam *papagaios*.

55) *Benfica: quem lá vai lá fica*.

56) *O Melhor do Mundo*: foi título de uma revista do Teatro Variedades, de Lisboa, em 1948. A frase nasceu dos êxitos futebolísticos internacionais do Sport Lisboa e Benfica, cujos adeptos começaram a considerá-lo desse modo, e cujos adversários repetiam com ar trocista. Generalizou-se depois a outras circunstâncias, mas actualmente mal se ouve.

57) *Ou é da minha vista ou estás a pedir Baptista*: Esta frase, de origem lisboeta, vulgarizou-se e teve vida durante alguns anos, ameaçando pessoas em vias de prevaricar.

Rocha Martins, o conhecido historiógrafo, fala deste Baptista num artigo de «República», de 10 de Novembro de 1949: «O capitão Jaime Baptista, de Metralhadoras 1, entrando nos Passos Perdidos, onde se encontravam alguns parlamentares, deu ordem ao coman-

dante da guarda para os mandar retirar. Pouco depois, o soldado David Silva, número 177, da 6.^a Companhia da Guarda Republicana, fechava os pesados portões de ferro e ganhava a alcunha de *Porteiro*, posta pelos seus camaradas.»

Passou-se este acontecimento em 1 de Junho de 1926, quando da revolução de Gomes da Costa, que veio a estabelecer o regime fascista em Portugal.

O capitão Jaime Baptista, conhecido pelo Baptista das Metralhadoras, que já gozava fama de «teso», ganhou na altura certa celebridade e daí tornar-se figura simbólica de castigador, na paremiologia portuguesa. O Parlamento voltou a abrir-se, anos depois, em 10 de Janeiro de 1935.

A frase em epígrafe adulterou-se posteriormente, por perda do seu conteúdo, em *Ou é da minha vista ou isso é coisa do Baptista*, com aplicação a situações duvidosas.

58) *Dormir no Hotel do Pinho*: dormir ao relento. Assim diziam os vagabundos que passavam a noite nas grandes rimas de pinho, junto à doca de Alcântara. Em 1924, a revista teatral «Rés-Vés» apresentava num quadro a actriz Laura Costa na cançoneta, que tinha como refrão:

«A minha casa
É sobre a lama,
Em tábua rasa
É que eu faço a cama.
À beira-rio,
Sem um carinho,
Eu durmo ao frio,
No Hotel do Pinho.»

(Vitor Pavão dos Santos, *A Revista à Portuguesa. Uma História Breve do Teatro de Revista*, Lisboa, 1978, p. 224).

59-60) Com frequência a velha graça ou *piada* lisboeta se entretém a interpretar as iniciais maiúsculas usadas para definir marcas industriais ou comerciais, instituições políticas e associativas. Essa busca de *leitura* das siglas à base da ironia aparece-nos em inúmeros exemplos como de inspiração ocasional, que não chega a

expandir-se; noutros casos toma a feição graciosa que entretém por dias ou semanas os piadistas ou facetos; lá haverá muitos casos, em que o comentário irónico cai em terra fértil e ficará e até, por vezes, dará novos frutos, proporcionando novas interpretações. Eis duas das que ficaram, agora recordadas por leitores amigos: a) Quando surgiu a UCAL, logo apareceu a explicação maliciosa: «urina com algum leite» (Informação do Senhor Aulo-Gélio Severino Godinho). b) No número 53 do *Roteiro* de 1973, atribui-se a CCFL (Companhia Carris de Ferro de Lisboa) o significado de «cinco centavos ficam lá», mas veio depois o seguinte: As iniciais exprimem «com cobres fazemos libras», segundo diriam os ingleses proprietários da Companhia (Informação do Senhor Inocêncio Castelhana).

61) *Pai Paulino tem olho... e o teu pai era zarolho*: Frase lisboeta, hoje em dia já com pouco uso, empregada por quem, estando para ser enganado, descobre a tempo a tentativa e desmascara o intrujão. O Pai Paulino existiu. Foi uma figura popular da cidade, no século XIX, um preto, nascido em Cabinda, que serviu na armada como marujo. Cego de um olho por uma frechada, fixou-se em Lisboa como caiador (profissão aqui exercida tradicionalmente por negros) e exhibia-se como intervaleiro — isto é, toureiro amador que, nas alturas de interrupção das corridas, salta à praça para, por imperícia ou exagero, fazer sortes e palhaçadas, que fazem rir o público a bandeiras despregadas. O Pai Paulino, decerto atrevido, exibicionista e vivo, ganhou popularidade, que aproveitou como reclamo pessoal, para recolher as moedas atiradas pelos espectadores e serem os seus serviços de caiação mais requisitados. A sua presença nas touradas constituía, naturalmente, uma recordação dos pretos intervenientes com os cavalinhos fuscos (que o Príncipe Lichnowsky ainda viu, surpreso e indignado, em 1842) e precedeu a preta Fernanda, já do século XX, que o autor ainda viu tourear, pela década de vinte, na demolida praça de touros de Algés, onde se faziam corridas cómicas.

A frase «Pai Paulino tem olho» (talvez criada por ele próprio) foi popularmente acrescentada — «...e o teu pai era zarolho» — como um insulto do pretenso enganado ao que tentara enganá-lo.

Nota: No Catálogo da Exposição *O Povo de Lisboa*, de Junho-Julho de 1978, realizada no Palácio dos Coruchéus, pela Câmara Municipal de Lisboa, sob o número 54, apresenta-se um busto de

faiança, pintado e vidrado, da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, de Rafael Bordalo Pinheiro (ano de 1894), reproduzindo o Pai Paulino. Aí se diz que nasceu no Brasil em 1779, tendo desembarcado em Portugal como um dos partidários de D. Pedro IV, entre os 7 500 bravos do Mindelo. Morreu, reformado da Brigada da Marinha, com mais de noventa anos, em Lisboa.

62) Uma outra interpretação da frase *A Cascais — uma vez e nunca mais!* (Vid. o nosso *Roteiro* de 1977, n.º 37) nos fornece o nosso ilustre amigo Senhor Coronel Pereira Botelho, dizendo que a origem estava no facto histórico do brutal castigo que o Duque de Alba impusera aos heróicos defensores de Cascais — mandando decapitar os oficiais e enforcar os soldados.

63) *Nossa Senhora da Atalaia tem a fralda maior qu'à saia!*: frase rimada, que se usa por graça e sem aplicação especial.

64) *Os estrangeiros de Alcochete*: O desenvolvimento do turismo, por meados do século, permitiu que a Portugal não viessem apenas reformados e reformadas, que nos davam uma ideia bem bizarra das gentes vindas da Alemanha, da Inglaterra, dos Estados Unidos. A modificação contínua no aspecto que proporcionavam — para melhor, claro — fez que se vissem muitos lisboetas a tentar imitar os turistas no vestuário, nos modos. Era só imitação, pelo que a velha graça lisboeta entrou em acção e passou a chamar a esses *macacos* «estrangeiros de Alcochete»!

65) *Água vai, água vem a caminho de Santarém*: Balançando com os braços, num movimento muito amplo, as crianças de poucas primaveras ainda, as mães lisboetas costumam dizer esta frase, ritmando o movimento e a linguagem. Fazem-no para brincar e as crianças apreciam imenso a brincadeira. A frase pode ter surgido naturalmente da rima fácil de *vem* com *Santarém* (*Sacavém, Borratém* serviriam...), mas o facto de ter sido escolhida aquela cidade terá significado. Permite pensar em frase, agora com cerca de 600 anos, que foi formada na capital pelas indecisões de D. Fernando, o Formoso, aquando da guerra com Henrique II de Castela, e que levou a uma paz imposta pelo estrangeiro. Vid. o nosso *Roteiro* de 1973, sob o n.º 4.

Por associação de ideias, surge no espírito a canção infantil, com referência lisboeta, ouvida sabe Deus desde quando nos jardins e escolas:

Que linda barquinha,
Que lá vem, lá vem.
É uma barquinha,
Que vem de Belém.

66) *Ó Manuel! Manuel!:* O Dr. Rodolfo Knapic, que foi professor de Alemão da Faculdade de Letras de Lisboa, pelas décadas de trinta e de quarenta, contava que lera num dicionário (salvo erro, de D. Luísa Ey) a informação de que em Lisboa era costume chamar os criados de cafés, casas de pasto ou restaurantes, dizendo «Manuel! Ó Manuel!» Um tanto duvidoso, quando leu esse artigo do dicionário, experimentou, no primeiro café em que entrou, chamar: «Manuel, um café!» ... e fora atendido!

Com o informador desta notícia aconteceu um caso, que teve o seu quê de anedótico, quando um seu conhecido o convidou, certa vez, a meio da tarde, a entrar na Central da Baixa, pastelaria, e querendo dar-se ares exclamou para os criados, àquela hora inúteis, pois não havia fregueses:

— O Manuel? Não está cá o Manuel?

Ninguém respondeu: *Manuel* não havia nenhum.

Ora nas *Memórias*, que Gomes de Amorim escreveu sobre Almeida Garrett, no II volume, transcreve-se na p. 310 um texto humorístico, que o poeta e dramaturgo publicou em um jornalzinho, por ele fundado e dirigido, o *Entre-Acto, jornal de teatros*, no número de 4 de Junho de 1837, um retrato caricatural do elegante pretensioso e pelintra da Lisboa do tempo. E a certa altura vêm umas linhas, que interessam a este tema:

«[...] ; despede-se até à tarde, e vai almoçar ao café. Penetra através de uma nuvem de moscas; brada com voz de freguês imperioso pelo Manuel.»

67) *Patifes e Filhos de Lisboa:* Em *Olisipo*, n.º 136, de 1973, publicou Ernesto Domingues um valioso estudo sobre «Lisboa Quinhentista na Correspondência de Inácio de Azevedo» (pp. 78-104),

cuja leitura será muito proveitosa para quem queria aprofundar os seus conhecimentos sobre a Capital nesse período (pp. 82-83). O Padre Pêro Doménech, catalão, quando em Lisboa, trazia da Ribeira para o Colégio de Jesus dos Meninos Órfãos «moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam patifes.» O comentador define que primitivamente o *patife* (de etimologia obscura) era apenas um moço que transportava a mercadoria da loja para o freguês. [Sabendo-se onde eram recrutados estes moços, não será difícil de admitir a evolução semântica sofrida por *patife*. O Colégio tornava honestos e bons estes moços *achados*].

Filhos de Lisboa é designação que, segundo parece, se generalizara pelo Reino com péssimo sentido — de rapazes maus, travessos, insuportáveis — e que o Colégio se esforçava por transformar.

68) *Malhados e Burros*: Três hipóteses existem para explicação destas alcunhas aplicadas pela ironia lisboeta a pedristas e miguelistas: a) A bandeira liberal era bicolor; b) Os liberais usavam frequentemente calças axadrezadas; c) Certa vez, indo D. Miguel de Queluz para Caxias, as mulas malhadas espantaram-se e voltaram o carro, e o infante partiu uma perna: logo as mulas *malhadas* eram liberais... Como vingança os partidários de D. Pedro designaram os miguelistas por *burros*!

69) Chegámos ao fim deste longo *Roteiro*, mas não queremos terminar sem trazer também à lembrança vozes de Lisboa, hoje quase esquecidas, mas cujo eco ainda nos vem, por vezes, voando nas auras, que um Passado persistente nos envia. Tais vozes são os pregões gritados e cantados, que se ouviam — não aqui ou além, mas por toda a cidade.

Na Exposição *O Povo de Lisboa*, de Junho-Julho de 1978, apresentada no Palácio dos Coruchéus, pela Câmara Municipal, grande número de gravuras é legendado com pregões. Outros ainda podemos acrescentar: a) *Merca o casal de perus!* b) *Broinha de milho com erva doce!* c) *Torrão de Alicante, mete-se na boca, derrete-se num instante!* d) *Ierre, ierre, mexilhão!* Sabe o leitor do motivo deste último tão estranho? Pois, é muito simples: o mexilhão só deve ser

comido em meses com *r* (de Setembro a Abril). e) Em 1946, o autor recolheu um pregão em quadra e por essa circunstância muito raro:

Olha as rainhas-cláudias,
Estão maduras, maduras estão:
São a dez tostões a dúzia
E a quinze o quarteirão.

70) E fechamos a nossa peregrinação com uma reminiscência antoniana, que durante século e meio se ouviu em Lisboa, no decorrer do mês de Junho: *Cinco-reisinhos para o Santo António!* (actualizando-se o valor do pedido, conforme o tempo passava). O rapazio pobre dos bairros pobres, especialmente em Alfama, armava o trono na soleira de uma porta e pedia «para o Santo». Entrou já em decadência tal costume: o trono simplificou-se ou desapareceu, restando o pedido, que mal se ouve, nas bocas dos miúdos mais pequenitos, de quatro, cinco, seis anos — em muitos casos mandados por outros mais velhos. Esquecida a circunstância inicial, ainda não há muito um se me dirigiu, apresentando-me ... a reprodução em barro duma chaminé algarvia!

Sobre a origem desta frase, e da tradição que ela exprimia, leia-se o pequeno, mas elucidativo, apontamento publicado em *Olisipo* (n.º 95, de Julho de 1961, pp. 149-153), por Alfredo Ferreira do Nascimento: o peditório era, em princípio, destinado à reconstrução do templo destruído pelo terramoto.

E agora, que nos despedimos, talvez os Leitores estafados e com mal disfarçados bocejos digam à guisa de autoconsolação: «Enfim! *Do mal nunca maleitas!*» [Frase que o Doutor Leite de Vasconcelos recolheu em Lisboa há uns cinquenta anos — válida pelo sentido e musical pela aliteração: *Do mal o menos!*]

Grande terra é esta nossa!

Nota: Na p. 14 do Roteiro de 1977, lê-se «Rua dos Fornos do Marraz». Corrija-se para *Morraz*.

Monografia da Paróquia de Santa Engrácia — Lisboa⁽¹⁾

pelo PADRE EUGÉNIO DOS SANTOS

No dia em que a Comunidade de Santa Engrácia está em festa, celebrando o dia da sua Padroeira, é-me grato apresentar um pequeno, breve e despretensioso trabalho de investigação histórica sobre a caminhada no tempo e no espaço desta Comunidade, que hoje formamos. Desde já posso afirmar que a História de Santa Engrácia é rica de acontecimentos e deveras movimentada. A todos peço que me acompanhem num peregrinar atento ao longo de quatrocentos anos [...].

Chegamos ao ano de 1569, que assinala a criação da Paróquia de Santa Engrácia. Foram intervenientes na sua criação uma Princesa, um Cardeal e o Papa.

A Princesa é a Infanta D. Maria, última filha do terceiro matrimónio contraído entre o Rei D. Manuel I e a rainha D. Leonor. Foi esta princesa uma cultora das artes e de obras, igualando-se às Rainhas da Europa nestes tempos renascentistas.

Morava a Infanta D. Maria numa casa junto ao Mosteiro de Santa Clara onde ia ouvir missa por um passadiço. Querendo próximo à sua casa construir uma igreja sede de uma nova Paróquia, conseguiu obter um Breve do Papa Pio V datado de 30 de Agosto de 1568 e o consentimento do Arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, criando a nova Paróquia, por desanexação de «uma grande porção

(¹) Dada a sua extensão, com a devida vénia transcrevem-se apenas alguns trechos da monografia, que o Autor distribuiu durante a visita do GAL, em 18 de Junho de 1978.

de moradores e paroquianos de Santo Estêvão que ficavam extramuros desta cidade». Este documento do Bispo de Lisboa tem a data de 2 de Dezembro de 1569, reinando ao tempo El-Rei D. Sebastião. Nasceria a Paróquia de Santa Engrácia, de que fixaremos a data — 2 de Dezembro de 1569.

Porquê Santa Engrácia sua Padroeira?

Como princesa culta e erudita, a Infanta D. Maria conhecia a obra do escritor latino-cristão Prudêncio que, na sua obra «Peristaphon» extraída dos manuscritos do Vaticano, exaltava a figura de uma mártir lusitana, nos tempos das perseguições de Diocleciano, ornamento glorioso da cidade de Braga.

Nesta obra o escritor cristão narra os horríveis tormentos infligidos à Santa «portuguesa» em Saragoça (Espanha) e ainda a 18 cavaleiros que a acompanhavam.

Frei Miguel Pacheco, um dos cronistas da Infanta D.^a Maria, diz-nos que as obras da nova igreja começaram antes da morte da Infanta, ocorrida em 1577, estando a esta data já erguida a Capela-mor. A princesa dera para a construção dois mil ducados de prata e ofereceu do seu oratório uma relíquia da Santa e trezentos ducados para se fazer um relicário para a conservar.

Este relicário é o que no corpo da nossa igreja se expõe. Trabalho primoroso para ourives e cinzeladores, apreciado como obra de raro valor dos finais de Quinhentos. Os traços fisionómicos do busto têm muita semelhança com os retratos da época conhecidos da Infanta D. Maria. O busto tem na sua base de prata as armas da Infanta e estes dizeres: «Reliques de S. Egraça Q vierão de Saragoça ha petição da Ifãte dona M.^a F.^a del Rei D. Manoel e ela ã seu Estam.^{to} mãdou Fazer esta caixa em q̃ estão e se fez no ano D 1595 por mãdado do Arsebispo Dõ Miguel de Castro seu Testamẽteiro».

Sabemos pois que a igreja de Santa Engrácia fora construída onde hoje está a igreja de Santa Engrácia (Panteão) no campo de Santa Clara e que para ela contribuíram o generoso donativo da Infanta D.^a Maria e também um imposto (designado finta) dos fregueses desanexados de Santo Estêvão. O pouco que se sabe da primeira igreja de Santa Engrácia encontra-se no Dicionário Geográfico, volume 20, folhas 745, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que é transcrito na Obra «D. João V e a arte do seu tempo», a página 120 do II volume. Sabemos assim por esta descrição que a primitiva igreja

de Santa Engrácia estava situada na parte mais oriental de Lisboa, extramuros da cidade de Lisboa, cabeça e corte da província da Estremadura, junto à Porta da Cruz, porta da muralha fernandina a oriente da cidade, tal como junto às portas de Saragoça (Espanha) era dedicada uma igreja a Santa Engrácia, que lhe guarda o corpo. A igreja era de uma só nave, a porta principal virada a poente e tinha cinco altares. O primeiro era o da Capela-mor em que estavam o SS.^{mo} e as imagens de Santa Engrácia e São Lupércio, primo desta Santa, um dos 18 cavaleiros martirizados em Saragoça. Do lado do Evangelho, o primeiro altar era dedicado a Nossa Senhora da Esperança, cuja imagem foi conservada e se encontra no primeiro altar da esquerda ao entrar-se nesta igreja. O segundo altar da esquerda era de Santa Senhorinha, desconhecendo-se o paradeiro. Do lado da Epístola o primeiro altar tinha o Santo Cristo da Irmandade das Almas, imagem que veneramos no segundo altar da direita ao entrar-se nesta igreja. O segundo altar era dedicado a Santo António, com irmandade, sendo desconhecido o paradeiro desta imagem.

Sabemos que a imagem de Santa Engrácia, que veneramos como nossa padroeira, é a mesma da primeira igreja, porque segundo vontade da mesma Infanta D. Maria deviam ser veneradas imagens de Santos portugueses e assim nos altares referidos existiam as imagens de São Frutuoso, Santa Isabel e São Gonçalo, tendo todos no peito as armas reais, o que se confirma na actual imagem de Santa Engrácia.

Na história desta Paróquia e igreja dá-se um grave incidente que abalou as consciências, emocionou a Cidade e determinou decisões quer referentes ao culto, quer referentes ao edifício da igreja.

Corria o ano de 1630. Na noite de 15 de Janeiro, alguém introduziu-se na igreja, espalhou as hóstias consagradas no chão da Capela-mor. Este acto sacrílego ficou conhecido por desacato de Santa Engrácia. Oíçamos o que nos dizem as notícias desses tempos: *Lisboa preparava-se em grandes festejos para celebrar o nascimento do príncipe herdeiro, que receberia o nome de Baltasar Carlos e que era filho de Filip IV de Espanha e III de Portugal. Foi neste ambiente que se propagava a notícia do desacato. Atribui-se este atentado sacrílego a um cristão-novo ou seja um judeu convertido. Incrível a comoção que causou este atroz sacrilégio, lançando-se logo pregões que nenhuma pessoa, sem nova ordem, saísse de sua casa e sem dilação decorreram por toda a cidade os ministros da justiça inquirindo*

*com exactas diligências, que pessoas haviam saído fora na noite precedente e em que haviam estado. Achou-se que um homem ordinário, chamado Simão Pires Solis, havia estado fora e sendo perguntado onde, não respondeu a propósito, antes com grande turbção: ajuntaram-se outros indícios que caíram sobre ser homem turbulento e cristão-novo e por eles foi condenado a ser queimado vivo, cortando-lhe primeiro as mãos. A muitos pareceu acelerada e rigorosa esta sentença, visto que não havia prova concludente, nem confissão do réu, mas todavia se executou na forma sobredita. É assim nesta linguagem de movimentado colorido que se descreve a inquirição do presumível responsável, que sofreu o suplício em três de Fevereiro de 1631. Segundo é tradição estava Simão Solis inocente do crime de que era acusado, pois nessa noite apenas rondava o Convento de Santa Clara para requestrar uma religiosa, sendo a causa da sua desgraça o despeito e ciúmes dum rival, o Dr. Gabriel Pereira de Castro (1571-1632), que foi um dos juizes que condenou o apaixonado cristão-novo. Este desacato e a execução do presumível responsável fortemente emocionaram o povo que passou a referenciá-los, enriquecendo as suas narrações com a lenda. É assim que se conta: *ao encaminhar-se para o suplício, o condenado profetizara ser tão certo estar inocente do que o acusavam, como nunca se haverem de concluir as obras de Santa Engrácia*. Tornou-se esta frase como uma maldição que caiu sobre as obras da nova igreja, que permaneceram inacabadas mais de dois séculos. [...]*

O desacato interditou a igreja concluída e a funcionar havia 60 anos, sendo fechada ao culto. Nasce então um movimento espiritual de desagravo, instituindo-se uma nobilíssima Irmandade de Cem Escravos do SS.^{mo} Sacramento, que eram outros tantos fidalgos dos mais ilustres de Portugal. Foi esta Irmandade que em 1631 decidiu arrasar a capela-mor da dita igreja de Santa Engrácia, onde se dera o desacato um ano antes, e lançar-se a primeira pedra na obra da nova capela-mor ligando-a ao corpo da primeira igreja o que ocorreu em 22 de Dezembro de 1632 conforme acta de reunião exarada no «livro dos acordos». Foi architecto e supervisor desta obra Mateus do Couto, que tinha a obrigação de visitar a obra duas vezes por semana e receberia vinte mil réis de ordenado por ano, pagos em quatro pagas.

Estas obras demoraram e, quando concluídas, sabe-se que em 19 de Fevereiro do ano de 1681, numa noite de muita tormenta

desmoronaram-se e desabaram arrastando as paredes laterais da única nave da igreja de Santa Engrácia. Por uma escritura lavrada em 16 de Outubro de 1691 consta que este desmoronamento levou a Irmandade a pensar na construção de uma nova igreja que se veio a concretizar na actual igreja de Santa Engrácia, monumento nacional e designado Panteão Nacional. [...]

O culto litúrgico e paroquial da igreja de Santa Engrácia profanada passa a celebrar-se na Ermida de Nossa Senhora do Paraíso, situada na Rua do Paraíso, rua ainda existente com o mesmo nome e traçado. [...]

Também nesta paróquia de Santa Engrácia existiu outra capela com a invocação de Nossa Senhora do Paraíso, precisamente onde hoje se encontra o Recolhimento Lázaro Leitão [...].

O Rei D. João V doou aos Barbadinhos italianos um terreno largo junto ao seu Hospício e nele Frei Francisco António de São Pedro de Arena, também da Província de Génova, fundou em 10 de Abril de 1738 o novo convento e igreja dedicados a Nossa Senhora da Conceição da Porciúncula. O Rei D. João V foi o grande benfeitor da construção deste convento o que justifica a colocação das suas armas sobre a porta principal.

A Comunidade é formada ao tempo por nove sacerdotes e cinco leigos. Por aqui passavam os missionários da Congregação para Angola, São Tomé, Ano Bom, Baía, Pernambuco e Rio de Janeiro. Sublinhemos nesta igreja o valor das madeiras negras vindas do Brasil com que são feitos os altares e deveras precioso é o sacrário trabalhado em madeira do Brasil com os seus baixos relevos, quer na porta em arco e côncava quer em painéis laterais. A dinâmica cena da Ressurreição, a Ceia, a Queda do Maná, e a Adoração do Cordeiro, em figuras miniaturais são uma maravilhosa e atraente lição bíblica.

Os dois quadros da Capela-mor, representando a Apresentação no Templo e o Casamento de Nossa Senhora, vieram em 1897 da igreja de Santa Marta, quando para lá foram os Clérigos Pobres.

Esta igreja do Convento dos Barbadinhos servindo de Paroquial de Santa Engrácia recebe grandes reparações e em 1896 no dia 30 de Junho é de novo aberta ao culto. É desta época que um pintor de nome Baeta pinta no tecto a glorificação de Santa Engrácia. É também no final do século XIX que a Ermida do Paraíso é profanada, vendida, demolido o seu interior para adaptação a um Quartel. Já nos nossos

tempos se instalou lá uma estância e serração de madeiras. A igreja inacabada de Santa Engrácia também serviu de oficina e depósito de calçado e fardamento para o Exército, sendo classificada de Monumento Nacional por decreto de 10 de Janeiro de 1907 e 16 de Junho de 1910. Somente em 1966 é destinada esta igreja a Panteão Nacional depois de concluídas as obras à responsabilidade da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Já prestes a dar termo a esta sequência de factos e datas quero referenciar que a nossa Freguesia por decreto de 1 de Maio de 1913 passou a ser designada por Freguesia de Monte Pedral. Foi um período em que uma nova divisão da cidade para efeitos judiciais e administrativos levou à criação de freguesias civis, que nem sempre conservavam a denominação eclesiástica.

Mais tarde devido ao esforço e entusiasmo cristão do Presidente da Junta Sr. António Flores Monteiro de Azevedo, por decreto n.º 38 696 de 24 de Março de 1952, foi mudada a designação de freguesia de Monte Pedral para o antigo e tradicional nome de freguesia de Santa Engrácia [...].

Lisboa na Obra de Rocha Martins⁽¹⁾

por D. MARIA ANTÓNIA OLIVEIRA MARTINS DE MESQUITA

Coube-me nesta evocação feita hoje aqui a Rocha Martins representar o Grupo Amigos de Lisboa, de que ele foi um dos fundadores com João Pinto de Carvalho, Eng.º Augusto Vieira da Silva, Dr. Levy Marques da Costa, Dr. Álvaro Maia, Drs. Alberto e Eugénio Mac-Bride, Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves, Dr. Norberto Lopes, Gustavo de Matos Sequeira, Luís Pastor de Macedo, Mário Sampayo Ribeiro, Leitão de Barros e o Coronel Pereira Coelho.

Como não poderia deixar de ser o meu tema versará «Lisboa na Obra de Rocha Martins».

Foi Rocha Martins historiador e um verdadeiro poeta romântico. Em toda a sua obra ele foca os aspectos mais remotos, quer políticos quer geográficos ou arquitectónicos de Lisboa, como música bonita suave ou pintura colorida. Em qualquer dos seus escritos sobre esta Cidade, tais como *Lisboa de ontem e de hoje*, *Lisboa — História das suas glórias e catástrofes*, *Cantos e desencantos de Lisboa*, salta aos olhos o amor pela capital do País. Abre os seus livros com a frase de António Coelho Gasco, magistrado e genealogista do século XVIII: «Lisboa — Empório do Mundo, Princesa do Mar Oceano» e oferece-os depois «À mui nobre e leal cidade de Lisboa».

Diz o escritor: «Percorrendo Lisboa em passeio, sem vistas sábias, mas reflectindo um pouco no que se nos depara, reparamos em edifícios cheios de tradição, com suas enxertias modernas, cujas fases têm interesse e história.»

(1) Conferência pronunciada na Sociedade A Voz do Operário, em 21-V-1978, em representação do Grupo Amigos de Lisboa, na sessão de homenagem a Rocha Martins.

Era a Capital povoada de palácios, igrejas, ermidas e mosteiros, alguns dos quais ficaram de pé, embora aplicados a serventias diferentes, outros ruíram sob os cataclismos, as garras dos tempos ou a picareta reformadora, quando não iconoclasta (não respeitante das tradições). Vejamos, por exemplo. O que nos recordam os Jerónimos? Os Jerónimos recordam-nos que na orla da igreja, se estendeu o edifício hospitalar dos cavaleiros pobres e enfermos, vindos das batalhas de Além-Mar. Se avançarmos pelo caminho que vai para Alcântara que iríamos encontrar? Na travessa fronteira ao Altinho, as Salésias, onde Beckford contemplara as lindas discípulas do Padre Teodoro de Almeida, e onde existiam lindos viveiros de aves exóticas. Na Riba da Ajuda, erguia-se o Convento da Boa-Hora, onde mais tarde se instalariam os artilheiros, profanando-o com as suas baterias, indo depois transformar-se no Hospital Militar de Belém. No Calvário, existiam dois Conventos de Monjes: o dos Franciscanos e o das Flamengas Claristas. No primeiro descansara a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, quando desembarcou do navio que a trouxera para os braços do seu marido. No seu vizinho fronteiro, o Convento das Flamengas, jazia o coração dum traidor, ao próprio irmão, o de D. Pedro II que muito tendo amado a sua cunhada, no Paço arrabaldino de Alcântara, deixou cheio de remorsos o seu coração ao Mosteiro, talvez para que as monjas o desagrassem da sua perfídia! Na vastíssima cerca, deste Convento, foram talhadas as ruas dos Lusíadas e a de Leão de Oliveira, com seus prédios altos e moradias de belos jardins. Do velho Convento do Livramento, antes de chegar à Praça de Armas, restava até há pouco a capela, que estava aplicada ao serviço de profanos.

O Paço das Necessidades alongara-se. Descendo, era o Convento do Sacramento das Dominicanas, onde professou D. Madalena de Vilhena, esposa de D. Manuel de Sousa Coutinho, que se immortalizou com o nome de Frei Luís de Sousa. Mais acima, em direcção a Santos, ficava o Convento de São Francisco de Paulo, depois vendido a particulares, tendo-se edificado no terreno da cerca o Palácio Schindler, onde faleceu o Conselheiro João Franco. Em frente o Convento de São João de Deus, onde se refugiou o desembargador Oliveira Machado, governador do Forte da Junqueira no período pombalino. Para ali foi transferida em 1834 a Brigada Real da Marinha, que deixou o seu quartel da Boa Vista. Hoje encontra-se

lá instalado o 2.º Batalhão da Guarda Republicana. Mais adiante, no Museu das Janelas Verdes, era o Convento das Albertas em honra de Santo Alberto.

Na cerca tão bela e vasta do Mosteiro, de cujas janelas se avistava um dos mais belos panoramas, traçou-se o Jardim das Albertas, conhecido pelo Jardim da Rocha de Conde de Óbidos. Do lado esquerdo, o Convento dos Marianos, transformado em templo evangelista (A Presbyterian Church). Próximo das Trinas, ficava a casa religiosa de Nossa Senhora de Nazaré, vulgarmente conhecida pela das Bernardas, visto pertencer às monjas de Cister ou de S. Bernardo. O terramoto destruiu o edifício, indo as monjas refugiar-se no Convento da Esperança, seu vizinho.

E, prossegue o historiador, desfolhando o seu manancial de conhecimentos, de Alcântara passa a Santos, de Santos passa à Estrela, da Estrela passa ao Rato. Era feio e desolado o Largo do Rato, hoje é vivo e quase majestoso.

Vai a S. Pedro de Alcântara e com espírito conta: «S. Pedro de Alcântara era o fundador da Ordem dos Franciscanos Descalços; apesar de espanhol, encontrou tanta devoção no espírito do Conde de Cantanhede que à sua égide se remeteu para vencer os castelhanos. O Conde de Cantanhede era nem mais nem menos que o Marquês de Marialva».

De S. Pedro de Alcântara, explica S. Roque, como morada de Jesuítas. À esquina da Travessa da Conceição, na Rua do Século, está o antigo Convento da Conceição dos Cardeais, cujo sino chamava para a oração os moradores da antiga Rua Formosa e suas vizinhanças.

Depois, vem a descrição do Convento dos Paulistas. Era riquíssimo! Possuía biblioteca muito bem recheada, com obras de valor. Edificado em 1647 para os eremitas da Serra de Ossa, o mosteiro avultou com sua cerca bastante comprida, e o seu aspecto atraía os estudiosos. Um dos grandes frequentadores da livraria dos Paulistas era Manuel Maria Barbosa du Bocage, pois era vizinho do Convento, morando na Travessa de André Valente. Para ali ia fazer as suas traduções e procurar o calor da braseira, que os Reverendos ofereciam aos leitores da sua biblioteca, e assim Rocha Martins ensina e decora os seus ensinamentos com pequeninos quadros cheios de colorido.

Vejam agora como faz a descrição duma das maiores festas religiosas da Cidade, a procissão do Dia do Corpo de Deus. «Glorioso e enorme cortejo representava aquele préstito. Acorriam a ele todos os mestres com seus emblemas e alegorias. Desfilavam os carros e os andores, alguns de exotismo estranho, com serpentes e dragões escamudos, de goelas abertas. Flutuavam pendões, bandeiras e estandartes dos ofícios, irmandades, grupos de artífices, e o Estado de S. Jorge seguia-o na sua pompa de guerreiro. Eram negros ataviados, os trajes berrantes conforme com as épocas, em que a procissão se realizava. Tocavam chameias, trombetas, pífaros e tambores em notas precárias que queriam ser de alarde marcial. A figura de S. Jorge empenachado, refulgente, cintilante, diziam que ostentava pedrarias no chapéu, era precedida pelo seu escudeiro, um homem forte, que se metia dentro da armadura e se escanchava em cavalo de raça, entre as alas da guarda Real dos alabardeiros, que formavam a sua escolta. S. Jorge, patrono de Portugal e da Inglaterra, venerado na Igreja de Santa Cruz do Castelo, adorado pelos soldados e pelo povo que com ele descia do Castelo para a Graça, pelas ruas da cidade cheias de movimento e brilho, de pompa e grandeza.» Esta nota colorida dá-nos o retrato vivo da imaginação do escritor. Agora vai viver o momento presente descrevendo o Jardim da Estrela. «Vive o Bairro da Estrela, à volta do seu Jardim! Tornou-se aquele recinto o éden das crianças e dos velhos bairristas. Os pequenitos de todas as camadas sociais correm sob aquelas árvores, nas quais gorgéia a passarada, vêem vogar os cisnes nos lagos, enquanto sentados nos bancos os velhotes reformados discutem com pausas o passado ou meditam de queixos encostados aos velhos castões de marfim das suas bengalas arcaicas. Senhoras de idade entre adolescentes e canónicas fingem ler romances ingénuos ou na realidade afundam-se nas doces páginas de alguma novela que as encanta. E as criancinhas? Em seus folguedos entram em comunidade e tuteiam-se tão depressa, que a verdadeira fraternidade cristã existiria se elas jamais crescessem. Guardas republicanos de ar marcial, botões reluzentes, substituem os municipais nos corações das empregaditas, que guardam os meninos; uma ou outra senhora procura ali momentos de repouso, acompanhando as crianças da família, ensinando-as a brincar com os apetrechos, que a Câmara vai alugar: pás, ancinhos, os carritos de mão para o transporte da areia. Sobe ruidosamente

o chilreio da garotada em desafio ao das aves. Os rapazotes galgam a montanha russa, tão celebrada, perturbando alguns pares bucólicos de namorados, que por ali se encontram. E ao domingo, passam as raparigas num encanto de mocidade, procurando pelos arruados o olhar daquele que lhes dará a felicidade. Em volta do coreto paravam outrora os admiradores das bandas militares que ali tocavam e os coronéis e majores à paisana ainda se aprumavam rangendo os botins, com o seu esporim a segurar-lhes as calças enverruçadas, ou em esticção de presilhas à cavalaria.

Era assim no meu tempo de estudante, quando eu ali arruava à procura de alguns olhos azuis de escandinava ou germânica em moda naquela época na alma dos escolares mais crescidos, àvidos de Ybsen e de Goethe, com menos nebulosidade um e menos romantismo o outro.»

Depois desta descrição do seu tempo, Rocha Martins reporta-se a um artigo, vindo a lume no «Panorama», de Costa Cascais, que diz do chamado «Passeio da Estrela»: «Com efeito um sítio de recreio cercado por: *Uma Igreja! Um Hospital! Um Cemitério!*, e, ainda pela Travessa dos Ladrões, poderá ser romântico, mas é decerto pouco próprio duma estância para espíritos fatigados!»

Sobre o famoso Leão da Estrela, diz o escritor: «Menos jubado que alguns dos poetas românticos desse ano de 1870, que atravessavam as áleas enquadradas em flores, como se suspirassem com as brisas» [A moda voltou: ... 108 anos depois, não temos o leão, mas temos as longas cabeleiras esvoaçando ao vento...] «Metido na jaula, o animal contemplava os visitantes, que o admiravam por largo tempo, distante e pensativo, saudoso das plagas onde vivera. De quando em quando solta um rugido que atroa os ares e assusta as gentes, para lhes lembrar a sua realeza.» Evocando a sua cidade, descreve a história com vigor. Prova-o esta descrição do terramoto de 1755: «Foi no dia 1.º de Novembro, festa de Todos os Santos, dia de Guarda, em que as igrejas se pejavam de gente.

Estava um sol claro, e um vento leve de nordeste encrespava as bandeiras nas ameias das fortalezas. Logo de manhã se encheram os templos. Vieram para a rua as sécias nas suas cadeirinhas, prostravam-se os devotos diante dos altares, onde brilhavam milhares de velas. Os sinos badalavam nos conventos da cidade e nos trezentos

campanários de Lisboa, desde os das ermidas aos da catedral maior, a Patriarcal, e da capela real, enchendo os ares de um convite alegre para a festa magna, toda de opulência e religião. O termómetro apontava 14 graus Réaumur; fazia calor demasiado para aquele Outono, que ia extremamente seco.

Às nove e meia da manhã, quando litaniavam as vozes dos sacerdotes e resplandeciam, no brilho das luzes, as vestes bordadas a ouro, e todos se compunham em frente das imagens revestidas de jóias, sentiu-se um primeiro abalo; parecia que a terra balanceava de norte para sul, que as paredes oscilavam para cair estenuadas do esforço do tremor rijo, que durou dois minutos. Os santos rolaram dos altares, os castiçais abatiam-se lançando o fogo às tapeçarias, os tocheiros tombaram, fendiam-se as paredes, os tectos abriam largas brechas e já se soterrava gente nos escombros. As casas estremeciam, soava uma grita confusa, apareciam pessoas pálidas em alucinação, arrastavam-se feridos, e as chamas subiam no circuito vasto de uma légua.

O sol escondido era toldado pelas nuvens grossas e contínua poeira, que se gerava nas ruínas fumegantes. As exclamações de medo, as preces, os berros de cólera concentravam-se com o estrépido das casas em derrocada. Eram como trovões ribombando ao largo, essas detonações. Dos escombros saíam corpos. Descobriam-se cadáveres; agitavam-se até ao desfalecimento braços e pernas, dentro de montões de pedras; cabeças decepadas espreitavam entaladas nas ruínas. Nas ruas atulhadas, por sobre os restos da cidade, galgavam vultos açodados a contorcer as mãos; ouviam-se as súplicas, faziam-se correrias, mulheres seminuas aconchegavam com fúria crianças ao peito, sufocadas. Os olhos dilatados, as bocas escancaradas, pedindo socorro, aquela turba negra, espantada como um bando de selvagens, corre excitada pelo terror, em todas as direcções.» Neste trecho se nota o poder descritivo do autor.

Até aqui vimo-lo a descrever a sua cidade, a sua Lisboa. Temo-lo agora a descrever o trecho histórico aqui, forte, doloroso, para logo a seguir, voltar com todo o seu colorido a descrever a inauguração da estátua de D. José.

«Inaugurou-se a estátua no dia 6 de Junho de 1775, dia em que o Senhor D. José fazia 61 anos, o qual caía em terça-feira, última oitava do Espírito Santo. O monumento estava coberto com um

grande tafetá carmesim e sua sanefa com um cobertor irmão, dispostos por tal ordem que com muita facilidade se descobrisse e viesse abaixo no momento aprazado.

O arco triunfal e os dois torreões tinham um correspondente ornato que os fazia agradáveis. Ao romper da alva, o Castelo de S. Jorge de Lisboa, as fortalezas, os navios surtos neste porto anunciaram por salvas de artilharia o quanto era festivo, pomposo e plausível aquele dia.

Suficiente tropa de cavalaria tomou, logo ao amanhecer, as entradas da Praça do Terreiro do Paço, impedindo de entrar nele pessoas que não fossem asseadas ou vestidas com decência.

Ao meio-dia vieram oito figuras vestidas à trágica a cavalo, precedidas de ternos de música, espalhar pela Praça louro, murtas e flores, com tanta regularidade que o chão ficou vistosíssimo. Logo depois do meio-dia, saíram da Praça do Comércio em ordem, seguida sem precedência, os dois Tribunais, Senado da Câmara e Junta do Comércio, em vestido de cerimónia, a buscar o Marquês de Pombal ao seu Palácio e, voltando, seguiram as carruagens, sendo a penúltima imediata a do Conde de Oeiras, filho do Marquês de Pombal (chamava-se ele Henrique de Carvalho Daun e Lorena, Presidente do Senado), vindo ambos de capa e volta com cocares e plumas brancas! Formaram quatro regimentos de infantaria dos quatro lados da Praça. Passaram sob o Arco dois regimentos de cavalaria que se postaram por detrás da estátua. Timbales, clarins e boés da Casa Real, arautos e passavantes formaram nas escadas do pedestal e ali ficaram, à mistura com magistrados e vereadores, e ainda o architecto Machado de Castro e os principais mestres que tinham concorrido para a obra.

O Marquês de Pombal e seu filho o Conde de Oeiras collocaram-se em frente do Monumento, e o procurador da Junta do Comércio, o fiscal das obras e o architecto e entregaram-lhes as pontas da cortina enorme, que cobria a alta estátua.»

Ficariamos aqui toda a noite a recordar o escritor tal é o interesse das suas descrições.

Peço a V. Exas. me desculpem o não ter sabido imprimir maior brilho com o meu dizer a tão bela prosa, mas podem crer que foi com todo o meu coração que contribuí para a evocação de um homem que quis e soube, em todos os aspectos, amar a sua Lisboa.

Domingo à Tarde

por VILIANS LEAL

Nessa tarde cinzenta de Janeiro
que um aspecto chuvoso aparentava,
caía de repente um aguaceiro
que da cabeça aos pés tudo encharcava.

Aeroporto, o denso nevoeiro
carreiras de aviões ameaçava,
e um cafezinho quente e bagaceiro
o dia frio só isso aconselhava.

Lisboa, ó minha Terra, ó minha amada!
Vais ficar nestes versos retratada
por excepção em dia pardacento...

Tu és, porém, Rainha das Cidades,
a campeã de todas as Idades,
uma Estrela a brilhar no firmamento...

As Ruínas do Teatro Romano de Lisboa

por CARLOS PEREIRA CALLIXTO

Na minha já longa pesquisa de muitos anos sobre apontamentos para a História das Fortificações Marítimas Portuguesas, uma tarefa a que me obriguei foi a consulta das Gazetas de Lisboa, único órgão informativo e boletim oficial, que se publicou em Portugal de 1715 a 1833 e que, descontando a suspensão decretada pelo Marquês de Pombal de 1763 a 1778, se pode dizer ter saído regularmente.

E é claro que procurando nas páginas da Gazeta de Lisboa tudo o que durante mais de um século dizia respeito a assuntos militares, evidentemente que vim a deparar com muitos outros assuntos de grande interesse e alguns deles pouco conhecidos, ou melhor, pouco recordados, como por exemplo, a 6 de Abril de 1784, a subida do balão, do Padre João Faustino e outras exhibições do mesmo género que maravilharam Lisboa nos dias 25 e 26 de Junho e 17 e 24 de Julho e durante as quais se deu o primeiro acidente aeronáutico em Portugal, a morte de um macaco que haviam colocado na barquinha de um dos balões e que veio assim a ser a primeira vítima do novo meio de locomoção.

Em 1786, podem-se ler as referências curiosíssimas sobre o naufrágio em Peniche da nau espanhola «S. Pedro de Alcântara», carregada de ouro e prata, e das incríveis peripécias feitas para recuperar a sua carga, parte da qual ainda lá deve estar.

Nesse mesmo ano, na Gazeta de 1 de Abril, uma lacónica notícia diz ter partido para a Índia o guarda-marinha Manuel Maria Barbosa Hedoís du Bocage.

Sabem de quem se tratava! Mas naquele tempo era apenas mais um que ía para a Índia!

Em 1787, a 7 de Setembro, novas experiências aéreas se realizaram, desta vez feitas nos Jardins do Palácio da Ajuda, pelo mesmo sacerdote da Congregação do Oratório Padre João Faustino e o balão subiu tão facilmente no céu de Lisboa que foi poisar às 4 horas do dia seguinte no Espargal, para lá de Montemor-o-Novo.

Em 1794, no dia 28 de Agosto, são interessantes as referências a outras experiências aéreas, e ao balão do Capitão Vincenzo Lunardi, que se elevou do Terreiro do Paço em 24 de Agosto.

Mas o que tem tudo isto a ver com as ruínas do Teatro Romano de Lisboa?

Tem qualquer coisa, pois nas páginas da Gazeta de Lisboa alguma coisa teria que aparecer sobre tão importante descoberta.

No seu livro «Portugal — Recordações do Ano de 1842», o Príncipe polaco Felix Lichnovsky, admirável trabalho sobre o Portugal de então e que para ser feito por um estrangeiro ainda o é mais, escreveu ao tratar da Sé de Lisboa e das suas vizinhanças o seguinte:

«Já que vim a falar outra vez da Catedral, farei menção de uma nova rua que se acha na sua proximidade, em cuja vizinhança se descobriram no fim do último século as ruínas de um teatro romano. Contudo, parece que se não prestou grande atenção a estas recordações de milhares de anos de antiguidade, pois que dificilmente se encontram hoje vestígios desse teatro, de que deixaram memória nos seus escritos Kinsey, Men-ply, Balbi e outros».

Nas notas da edição feita por Castelo Branco Chaves, este escritor acrescentou a seguinte informação:

«Nos fins do século XVIII descobriram-se as ruínas de um teatro romano, construído no ano 57 AC. Fica na Rua de S. Mamede, junto a S. Crispim».

Na ocasião em que consulte as Gazetas de Lisboa, tarefa que me levou bastantes meses de teimosa leitura, ao encontrar referência ao Teatro Romano, então descoberto, logo tratei de cuidadosamente copiar a principal indicação que se me deparou, para um dia a utilizar e esse dia chegou e por coincidência foi o dia 1 de Julho, dia do aniversário da minha Mulher e da visita do Grupo Amigos de Lisboa a estas venerandas ruínas.

No Suplemento à Gazeta de Lisboa, n.º 47, de 6.ª feira, 23 de Novembro de 1798 — há quase 180 anos — veio então publicado o que a seguir se transcreve e que é bem curioso:

«Nas escavações da Rua de S. Mamede, junto à da Saudade, perto do Castelo desta Corte, continuam a descobrir-se memórias do antigo Teatro dedicado a Nero. Apareceu pois de novo outra Lápida com uma inscrição em partes com lacunas e em partes gasta e comida dos séculos, a qual vem a ser um padrão que em obséquio do mesmo Augustal, se erigiu e dedicou àquele Imperador. O Tablado e Orquestra do mencionado Teatro levantaram-no alguns libertos e pessoas da sua própria família. Dar-se-há traduzida por Luís António de Azevedo, Professor Régio de Gramática Latina, que cheio de zelo pelas Antiguidades Romanas a comunicou, trabalhando actualmente numa dissertação sobre este assunto.»

E em seguida vem impressa na página do suplemento da Gazeta de Lisboa a cópia da lápida que é a seguinte:

FLAMINI AUGUSTALI
PERPETUO
CAIO HEIO CAII LIBERTO
PRIMO
CAIVS HEIVS PRIMI LIBERTVS
NOTHVS ET HEIA
PRIMI LIBERTA HELPIS
HEIA NOTHI FILIVS CALAGURRITANVS
PRIMUS CAIO
HEIA NOTHI FILIA CHELIDO
NEPTIS EIVS NOTHI FILII CALASGVRRITANT
CAIVS LAPHYRVS NOTHI ALIVS NEPOS

Versão:

«A Caio Heio Primo, Flamine Augustal perpétuo, liberto de Caio, levantaram este Padrão Caio Heio Notho, liberto de Primo e Heia Helpis, liberta de Primo, Heia Notha Secunda, Caio Heio natural de Cala , filho de Notho, Primo Caio, Heia Quelido, filha de Notho, neta daquele filho de Notho natural de , Caio Lafiro, outro neto de Notho.»

I CONGRESSO DO TURISMO LOCAL E REGIONAL

Nos dias 13, 14 e 15 de Março de 1978, decorreram em Lisboa as actividades deste Congresso, organizado pela Câmara Municipal. O Grupo Amigos de Lisboa esteve representado pelo Vice-Presidente da Junta Directiva, Dr. Paulo Caratão Soromenho, que entregou a Comunicação, agora publicada, *Questionário Turístico*. Segue a reprodução do Programa, integralmente cumprido, com êxito.

1.º Dia

- 9,00 - 10,30 — Registo e entrega da documentação do Congresso
- 11,00 — Sessão inaugural do Congresso
- 12,30 — Recepção na Estufa Fria oferecida pela C. M. L.
- 15,00 — Excursão à Região dos Três Castelos (para acompanhantes dos congressistas)
- 15,00 — Apresentação de teses em sessão plenária
- 16,30 — Coffee break
- 17,00 — Apresentação de teses em sessão plenária (jantar livre)

2.º Dia

- 9,00 — Comissões de trabalho
- 10,30 — Coffee break
- 11,00 - 12,30 — Comissões de trabalho (almoço livre)
- 15,00 — Comissões de trabalho
- 16,30 — Coffee break
- 17,00 - 18,30 — Comissões de trabalho (jantar livre)

3.º Dia

- 9,00 — Redacção das conclusões e propostas das Comissões de trabalho pelos respectivos presidente e secretário (com a eventual participação dos congressistas de cada Comissão)
- 11,00 - 13,00 — Leitura e votação das conclusões e propostas em sessão plenária
(almoço livre)
- 14,30 — Excursão aos arredores de Lisboa (para todos os congressistas)
- 15,00 — Reunião reservada aos representantes de órgãos locais e regionais de turismo
- 18,00 — Sessão de encerramento do Congresso em sessão plenária
- 20,30 — Jantar de despedida no Hotel Penta oferecido pela Comissão do Congresso
- Actuação do Orfeão do Pessoal da C. M. L.
 - Sorteio de prémios

Da comunicação do nosso Vice-Presidente foi dado conhecimento ao Congresso no dia 13; foi aprovada, sem discussão e por unanimidade, no dia 14; e levada ao Plenário no dia 15 (Integrada na Secção de Turismo Interno, tema n.º 9, conclusão n.º 49).

QUESTIONÁRIO TURÍSTICO

A — *Uma nova intenção*

1. Além dos costumados objectivos de organização de excursões dos alunos, neste caso do Ensino Secundário — intuits culturais, complementares dos estudos curriculares e de confraternização — há agora nova intenção: obter a colaboração dos participantes numa campanha de interesse geral do País sobre o turismo.

2. Com tal intenção foi elaborado um *Questionário*, que se segue e constitui a participação do Grupo Amigos de Lisboa no I Congresso do Turismo Local e Regional, realizado pela Câmara Municipal de Lisboa.

3. Este *Questionário Turístico* foi composto em Março de 1971 e usado pela Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa na excursão dos seus alunos finalistas, de 1 a 4 de Abril, ao Centro do País.

B — Questionário

Nota importante: Os alunos devem ter presente que «uma andorinha não faz verão», isto é, devem evitar as generalizações (por exemplo: por haver uma rua suja na vila de ... não se suponha que as ruas dessa vila são sujas; por duas pessoas da aldeia de ... terem sido amáveis não se admita que todos os habitantes o são ...)

Conselho importante: Os alunos devem responder com o menor número de palavras possível.

O questionário diz respeito a todas as povoações em que os alunos *andarem a pé* por mais de uma rua.

(Nas respostas, devem os alunos acrescentar entre parênteses o nome das povoações).

1.º — Onde dormiste (Pensão — hotel — estalagem — pousada — casa particular...)?

- a) Conforto:
- b) Mobiliário:
- c) Roupas de cama e de higiene:
- d) Instalações sanitárias:
- e) Aquecimento:
- f) Água:
- g) Pessoal:
- h) Silêncio:
- i) Telefones:
- j) Informações turísticas:
- l) Situação:

2.º — Onde comeste (Casa de pasto — pastelaria — restaurante — pensão — hotel — self service — merendas compradas)?

- a) Comida suficiente, insuficiente:
- b) Saborosa:
- c) Bem cozinhada:
- d) Apresentação:
- e) Higiene:
- f) Instalações sanitárias:

- g) Pessoal:
- h) Telefones:
- i) Informações turísticas:

3.º — Higiene pública

- a) Limpeza das ruas:
- b) Aspecto das casas:
- c) Limpeza dos monumentos:

4.º — Comodidade pública

- a) Transportes:
- b) Venda de fósforos e tabaco, jornais e bebidas:
- c) Instalações sanitárias:
- d) Telefones:
- e) Iluminação:

5.º — Presenças incómodas

- a) Pobres de pedir:
- b) Rapazio:
- c) Vadios:
- d) Pessoas incorrectas na linguagem e nos modos:

6.º — Transportes e Vias de Comunicação

- a) Horários:
- b) Estradas:
- c) Caminhos de ferro:
- d) Eléctricos:
- e) Autocarros:
- f) Outros meios:
- g) Asseio:
- h) Pessoal:

7.º Locais de informações turísticas

- a) Funcionários (muitos..., poucos..., suficientes):
- b) Amabilidade:

- c) Preparação geral:
- d) Preparação especial:
- e) Folhetos, desdobráveis e outros elementos informativos:
- f) Agências turísticas particulares:

8.º — Guias profissionais de monumentos, locais e museus

- a) Em número suficiente?
- b) Apresentação:
- c) Preparação:
- d) Sociabilidade:

9.º Horários e calendários de acontecimentos de interesse turístico

- a) Horários de espectáculos, missas, abertura e encerramento de museus, monumentos, etc.: convenientes ou inconvenientes?
- b) Calendários de festas populares e de actividades culturais: convenientes, inconvenientes?
- c) Existem cartazes, pagelas, folhetos suficientes, esclarecedores e abundantes?

10.º Visitas a empresas comerciais, industriais e agrícolas

- a) Horários das visitas: convenientes, inconvenientes?
- b) Guias das próprias empresas:
- c) Hospitalidade:

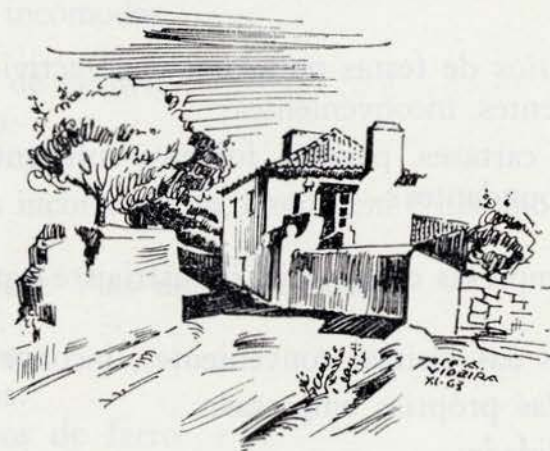
11.º Sugestões dos alunos (por exemplo: abertura de barbearias e cabeleireiros, aos domingos, e mais cedo, nos dias de semana, escalonados, como as farmácias, e servindo também nas pensões e hotéis)

- a) ...
- b) ...
- c) ...

C — Propostas

1. Que o Questionário Turístico seja oferecido pelas Câmaras Municipais a todos os estabelecimentos de Ensino Secundário das respectivas áreas, onde se cumprirá;

2. Que as Comissões Directivas desses estabelecimentos os enviem aos departamentos dos municípios visitados pelos alunos excursionistas.



Entrevista concedida à Radiodifusão Portuguesa pelo Vice-Presidente do Grupo Amigos de Lisboa, em 24 de Janeiro de 1978, e transmitida em 3 de Março

Na segunda meia hora, uma conversa de Maria Estrela Serrano com os Amigos de Lisboa, conversa para a qual chamamos a vossa atenção e na qual se continuará a bater no tema da «associação» — a necessidade de as pessoas se juntarem com as outras pessoas.

Segundo a Dr.^a D. Maria Estrela Serrano o associativismo é natural e instintivo. No nosso país não teve nunca apoios e incentivos; era até mal visto e desencorajado. Daí que o 25 de Abril tenha encontrado desorganizadas muitas associações e colectividades, a que deveria estar reservado importante papel na vida cultural do país. «Hora Viva» trás aqui hoje um representante de uma associação em risco de desaparecer: «O Grupo dos Amigos de Lisboa».

A Dr.^a D. Maria Estrela Serrano conversou com um dos seus dirigentes, o Dr. Paulo Caratão Soromenho.

M. E. S. — Eu gostaria de perguntar-lhe quais são as actividades, o que é o Grupo dos Amigos de Lisboa, e como se constituiu.

P. C. S. — O Grupo dos Amigos de Lisboa foi organizado em Fevereiro de 1936 e foi legalizado pelos seus Estatutos em Julho do mesmo ano. Na altura foi criado para divulgar o conhecimento de Lisboa entre os próprios Lisboetas, especialmente, porque havia a intenção de criar o interesse pela cidade e levar todos os Lisboetas a amar mais a sua cidade e acima de tudo a saber amá-la. Isso era, de facto, o que interessava na altura. E fizeram-se visitas de

estudo antes de o Grupo ter sido fundado, para ver exactamente a reacção. Muita gente apareceu. De maneira que o Grupo, havendo condições para se fundar, criou-se, e já lá vão, portanto, mais de quarenta anos de actividade. Em 1938 criou-se o Boletim. O Boletim tem saído com regularidade, excepto nos dois últimos anos, em que não tivemos apoio nenhum, e o Grupo não tem possibilidades de pagar a publicação. De modo que há dois anos que não se publica, embora já esteja organizado quer quanto a original quer quanto à orientação geral do número que terá de ser bienal, relativamente a 1976 e 1977. O Grupo, quando foi fundado, teve uma ambição muito grande, tanto assim que se criaram várias secções: a secção de Estudos Históricos e Defesa do Património Olisiponense, a secção de Estudos Económicos e Sociais, a secção de Estudos de Estética e Urbanização e a secção de Movimento Cultural e Propaganda. Claro que estas secções estão quase sem actividade, porque ultimamente temo-nos limitado à publicação do Boletim, que foi agora interrompida, como disse, de há dois anos para cá, e a visitas de estudo. As visitas de estudo são, de facto, actualmente a única actividade que o Grupo tem para dar aos sócios, mas felizmente está a criar-se agora um interesse muito grande por Lisboa, especialmente a nível universitário, pelo que a sede do Grupo, que é no antigo Palácio da Mitra, na Rua do Açúcar, é muito frequentada por estudantes de cursos superiores e por jornalistas, que ali vão fazer perguntas, muitas de pormenor.

M. E. S. — É pouco conhecido do público lisboeta. Por que é que pensa que este Grupo será pouco conhecido?

P. C. S. — Bom, não é por falta da propaganda que nós desejaríamos que se fizesse. Simplesmente, os jornais, de há um tempo para cá, dão uma relativíssima importância às nossas actividades e às nossas notícias. Houve tempo em que, de facto, nós fazíamos visitas de estudo e no dia seguinte vários jornais de Lisboa e do Porto e às vezes da província faziam referências a essas visitas até com pormenor: das pessoas que tinham comparecido, o número de pessoas, quem tinha falado, o que se tinha visto e às vezes até alguma notícia sobre o local da visita ou monumento. E ultimamente os jornais não nos dão importância quase nenhuma. De modo que isso será uma das razões por que o Grupo está um tanto esquecido.

M. E. S. — O Grupo já fez ou pensa fazer alguma coisa no sentido de colaborar na preservação do património da cidade de Lisboa?

P. C. S. — Tem feito muito nesse aspecto: chamando a atenção frequentemente para casos graves que se notam na cidade, quanto à conservação de monumentos, quanto à valorização deles e quanto ao conhecimento, quanto à sua história, enfim, quanto à própria propaganda dos monumentos de Lisboa ou doutros aspectos da cidade quer de carácter social quer de limpeza e higiene pública. De maneira que o Grupo tem tido uma acção muito notável. Eu até gostaria de poder mostrar a quantidade enorme de visitas que temos feito com o intuito exactamente de chamar a atenção para deficiências que os monumentos e locais apresentam.

M. E. S. — Face à idade dos elementos que compõem o Grupo e face ao pouco interesse que as pessoas demonstram em integrar este Grupo, como é que vê o futuro do Grupo Amigos de Lisboa?

P. C. S. — O problema da falta de interesse da gente mais jovem por estas agremiações exigiria um tratamento muito especial e demorado. Em qualquer dos casos, posso dizer-lhe que a alteração dos interesses gerais da população portuguesa leva naturalmente a desprezar um tanto ou quanto os agrupamentos deste tipo. Há, felizmente, uma tentativa de criar uma consciência política e social e dos problemas económicos que leva normalmente grande parte da população a desprezar os problemas, que nós chamamos, talvez erradamente, culturais. Na verdade, por toda a parte onde estou noto exactamente isso. O Grupo Amigos de Lisboa está como vê. A Sociedade de Língua Portuguesa tem muitas dificuldades, como a Academia Portuguesa de Ex-Líbris ou a Associação dos Arqueólogos ou o Ateneu Comercial de Lisboa. O Grupo Amigos de Olivença, que é um agrupamento patriótico está também em manifesta decadência. Estes são agora os de que me lembro melhor, mas haverá muitos outros que estão nas mesmas condições.

M. E. S. — Portanto, vê com certo pessimismo o futuro destas agremiações? Mas não considera que não é natural esse processo, essa evolução que diz verificar-se no povo português, uma vez que

— a mim parece-me — a consciencialização política, económica, social, não pode de maneira nenhuma significar um afastamento dos problemas culturais? Não se deverá isso a falta de dinamismo das pessoas que têm a seu cargo os problemas da cultura do nosso país?

P. C. S. — Se a falta de dinamismo corresponde a uma questão de idade, é possível que a razão seja essa. Mas eu tenho a impressão de que há um alargamento de interesses. Quer dizer: repare que estes grupos tinham, de certo modo, um carácter elitista. De facto não eram para toda a gente. E nós agora precisamos, de facto, de agrupamentos que sejam para toda a gente. O Grupo Amigos de Lisboa está a tornar-se um grupo para todos, porque as pessoas que procuram as informações do Grupo já não são as que eram. São agora diferentes. É possível que haja um aumento de real interesse por estes assuntos. Era necessário, pois, que os agrupamentos pudessem viver economicamente com outro desafio. Estamos, entretanto, a cultivar os interesses de quem pelas suas próprias condições não pode associar-se ao nosso Grupo: jornalistas, estudantes universitários, professores...

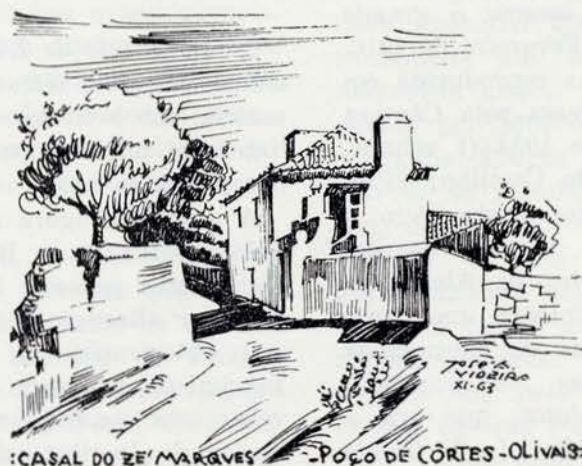
M.E.S. — Claro, eu quando há pouco me referi à falta de dinamismo não queria englobar aqui as pessoas que fazem parte dos grupos, mas sim as autoridades, inclusivamente governamentais, que, de facto têm a seu cargo a protecção destes grupos e mesmo o estabelecimento duma portaria cultural que ainda não existe no nosso país.

P. C. S. — Acontece que as entidades oficiais não são de maneira nenhuma adversas a estas actividades; pelo contrário, favorecem-nas. Creio, porém, que houve nesse aspecto um aumento muito grande de direcções para as quais essas entidades têm de se orientar. Não podem dar tudo o que precisam a todos aqueles que precisam. O nosso Grupo vive apenas da cotização que é insuficiente por si só para pagar uma despesa fundamental — o vencimento das funcionárias. Tem, contudo, o apoio da Câmara Municipal, que inclusivamente nos dá a sede, tendo nós deixado de ter essa despesa que tivemos até há alguns anos.

M. E. S. — Considera que os problemas culturais são, ou não, prioritários no nosso País?

P.C.S. — Absolutamente. Continuo a convencer-me de que o são. Simplesmente, o que eles não podem, como disse há pouco, é ser elitistas. Eram-no de facto, mas não podem continuar a sê-lo, de maneira nenhuma.

NOTA — A análise da situação do nosso Grupo em Janeiro de 1978 pelo Dr. Paulo Caratão Soromenho, Vice-Presidente da Junta Directiva, constitui prova das dificuldades então dominantes. No entanto, o entrevistado manifestava optimismo quanto ao futuro próximo do Grupo — o que foi confirmado no decorrer do ano. O Relatório da vida do Grupo, publicado neste Boletim, documenta como as dificuldades foram vencidas: o Grupo desenvolveu uma elevada acção social e cultural.





Feira da Ladra



FICHEIRO

1. Damos aos leitores uma nota, possivelmente esquecida, de fundamental interesse para a olisipografia. Faz um século que o talento extraordinário de Júlio Castilho se dedicou ao conhecimento da nossa cidade e a aprofundar a sua História. Isto mesmo o grande Mestre nos conta, em Fevereiro de 1916, na «Explicação prévia» reproduzida em *Lisboa Antiga*, reimpressa pela Câmara Municipal, a partir de 1934 (I volume, pp. 13-14). Palavras de Castilho: «Procedia em 1878 o autor deste livro a minuciosas buscas a respeito de um prédio, ali a São Pedro de Alcântara. O inevitável desenvolvimento, que tomavam as buscas, a soma de inesperadas notícias desentranhadas nos documentos, fundiram um volume, que era a história do Bairro Alto. [...]. Tendo tomado o gosto a este género de pesquisas históricas e artísticas no alcançado terreno da crónica lisbonense, continuou o autor os seus estudos, tanto nos livros impressos como nos tomos manuscritos das bibliotecas, tanto nos registos das paróquias como no veio ri-

quíssimo da tradição. Remontou-se às origens mais remotas da nossa interessante capital; investigou o que lhe foi possível das raças dos antigos povoadores da Península Ibérica, fundadores de Lisboa. Pintou a tomada aos Mouros e seguiu a passo e passo na descrição de igrejas, palácios e mosteiros [...]. O que o autor deseja é que o Público ilustrado aprecie quanto sentimento patriótico anima esta obra e quanto ele se esforçou por buscar a verdade, e só a verdade, no retrato que se atreveu a pintar da formosa e monumental cidade de Lisboa.»

2. Do *Diário de Lisboa*, de 13 de Setembro de 1978, transcreve-se a seguinte notícia, sob o título «Em que consiste o 'interesse público' que a Baixa de Lisboa passou a ter»:

A partir de agora os proprietários de prédios situados na Baixa Pombalina de Lisboa não poderão introduzir neles qualquer alteração (interior ou exterior) sem autorização da Direcção-Geral do Património, acabando assim, segundo revelou esta manhã ao «DL» um informador do Instituto de Salvaguarda do Património Nacional, com os frequentes atentados praticados contra a unidade arquitectónica da zona.

A decisão, que classifica a Baixa Pombalina, edificada nos finais do Século XVIII na sequência do terramoto de 1755, como conjunto de interesse pú-

blico, vem inserta na folha oficial de ontem, por decreto da Secretaria de Estado da Cultura. O decreto, da autoria de António Reis, ex-responsável por aquele departamento, atribui a referida classificação à zona delimitada a norte pela Travessa de S. Domingos, Largo do mesmo nome e Largo de D. João da Câmara; a sul pelas ruas da Alfândega e do Arsenal (até à Praça do Município); a oeste pelas ruas Nova do Almada, do Carmo e 1.º de Dezembro; e a leste pela Rua da Madalena e pelo Poço do Borratém.

Ainda segundo o porta-voz do Instituto de Salvaguarda do Património Nacional, a nova determinação retira à Câmara a palavra final já a partir de agora; a decisão passará a pertencer à Secretraia de Estado da Cultura. «Este decreto — afirmou-nos — vem sanar uma lacuna e dar forma a estudos desde há tempos realizados neste domínio.» E como exemplo de um dos últimos atropelos registados focou-nos o caso da Loja das Meias, em que o seu proprietário procedeu a uma alteração total de toda a fachada do edifício. De acordo com a nova legislação, conforme conseguimos ainda apurar, os anúncios na zona só poderão ser afixados em locais determinados.

O diploma integra, por outro lado, na lista de imóveis de interesse público os seguintes imóveis do distrito de Lisboa: Capela de Nossa Senhora da Nazaré (Cascais), Forte de Crismina (Praia da Água Doce), restos do Forte de Santa Marta (Cascais), casa do Ferreira das Tabuletas (Chiado-Lisboa), igreja de São José dos Carpinteiros e anexos, palacete n.º 97 da Rua de Pedrouços, Palácio do Monteiro-Mor (Lumiar), Picadeiro do Antigo Colégio dos Nobres (Escola Politécnica), prédio 74-B da Avenida Almirante Reis, Fábrica de

Cerâmica da Viúva Lamego (Intendente), Forte de S. Bruno (Caxias), Aqueduto Gangantada (Carenque) e Palácio de Monserrate (Sintra).

Atribuindo ainda a classificação de monumentos nacionais aos imóveis referidos:

Castelo de Marialva (Meda), distrito da Guarda; residência senhorial dos Castelo Melhor (Ansião) e Forte da Praia da Consolação (Peniche), Leiria; Paço de D. Loba (Amarante), Porto; e Capela do Anjo da Guarda (Ponte de Lima), Viana do Castelo.

No diploma inclui-se finalmente uma extensa lista de imóveis agora classificados de interesse público e de valores concelhios, praticamente distribuídos por todos os distritos do País.

3. Valerá que os Consócios saibam o seguinte. O nosso Boletim *Olisipo*, publicado com data de 1976-1977, n.ºs 139-140, compõe-se de 146 páginas e é ilustrado com 26 gravuras. O seu custo total foi de 66 880\$60, o que dá por cada exemplar 95\$50. Distribuído gratuitamente aos sócios, estes puderam adquiri-lo avulso por 60\$00, e os não-sócios por 100\$00.

Alguns Amigos de Lisboa fizeram, a fim de se minorar encargos tão pesados, dádivas que totalizaram cerca de 5000\$00. E três colaboradores (Eng.º Júlio Eduardo dos Santos e Drs. José Cassiano Neves e Paulo Caratão Soro-menho) pagaram a sua colaboração — *decerto não pelo gosto de verem impressos os seus trabalhos* —, o que diminuiu o custo total em 16 687\$00. Apesar destas atitudes, o Grupo dos Amigos de Lisboa teve a despesa de 45 000\$00 aproximadamente com *Olisipo* de 1976-1977... o que foi muito. O boletim continuará a sua distribuição gratuita, mas os nossos Consócios poderão meditar nestas informações.

4. Em resposta a uma consulta sobre a casa em que viveu Gil Vicente, o compilador destas notas para *Feira da Ladra* reuniu as seguintes informações:

A) Júlio de Castilho, em *Mocidade de Gil Vicente (O Poeta). Quadros da Vida Portuguesa nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, 1897, fantasia que a família da mulher do fundador do Teatro em Portugal morava na *Casa dos Arcos*, em Alfama (onde a Rua de Norberto de Araújo forma um ângulo recto, descendo de Santa Luzia). Nessa casa viria o Poeta, pelo casamento, a ser morador (e talvez proprietário), circunstância histórica aceitável, por verosímil: vid. no livro de Castilho as pp. 66, 68, 106-107, 141-142, 147, 174 e 268. Os leitores podem observar a Casa dos Arcos, na Adiça (Alfama) numa aguarela muito linda de Martins Barata, in *Peregrinações em Lisboa*, de Norberto de Araújo, estampa 6, do livro II.

B) Ainda no volume XI, da *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, de Júlio de Castilho, 2.^a edição, 1938, entre as pp. 82 e 83, vem uma planta do termo da antiga freguesia de S. Bartolomeu e ruas circunvizinhas, antes e depois do terramoto de 1755 (desenhada por Zeferino Neves), onde se localiza o prédio do Largo dos Lóios, que esquina para a Rua da Saudade, actualmente com o n.º 12 — uma bela construção, talvez do fim do século passado, e que tem na legenda «Casas onde morou Gil Vicente». Foi uma hipótese aceitável, por possível.

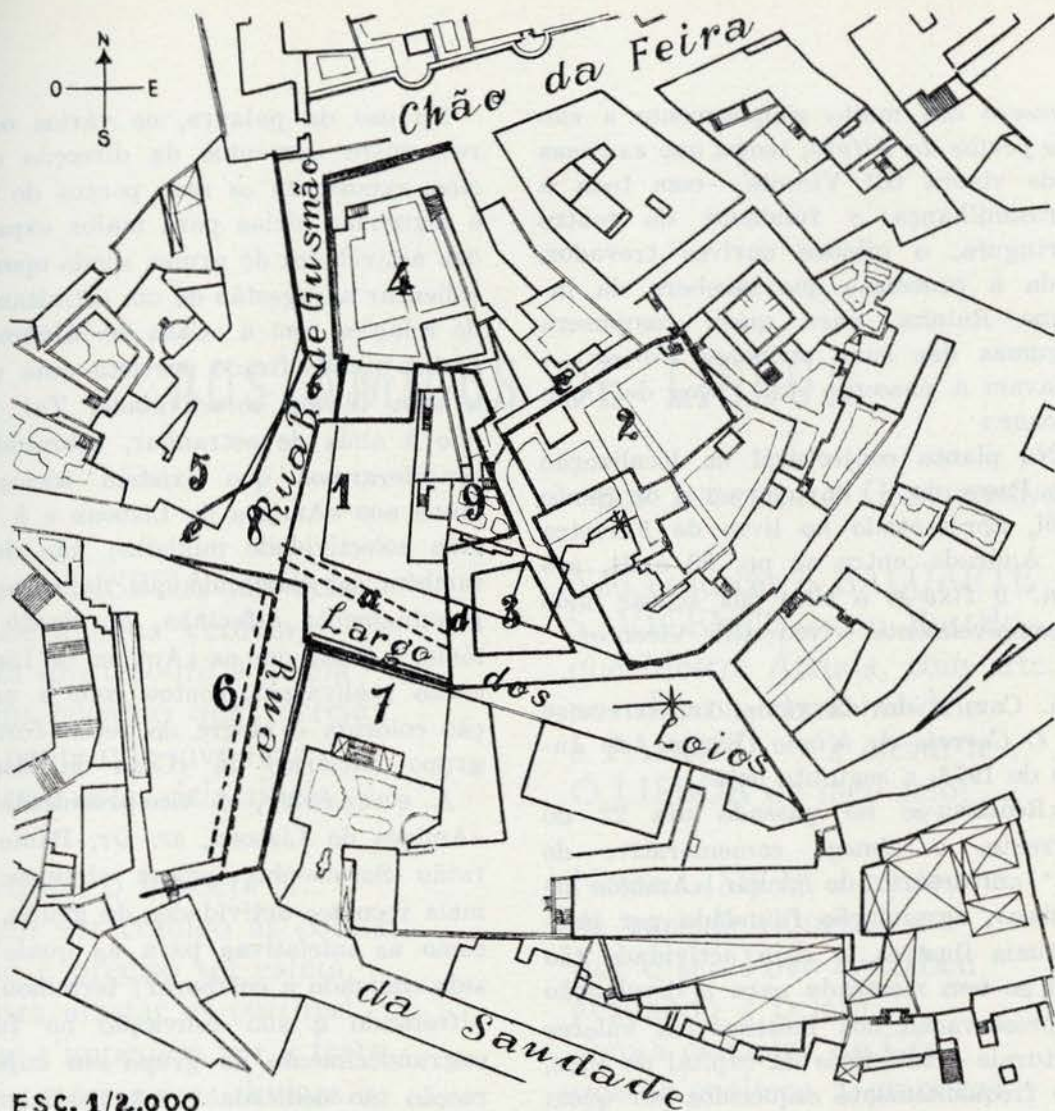
O Prof. Dr. Sebastião Pestana em *O «Pranto de Maria Parda» de Gil Vicente*, 1975, Sá da Bandeira (pp. 49 e 86) escreve que:

«A Professora Luciana Stegagno Picchio [Il «Pranto de Maria Parda» di Gil Vicente, Napoli, 1963] juntou ele-

mentos importantes para esta interpretação: dá à designação *Rua da Amargura*, do verso 84, o valor de *via Crucis*; aduz, com muita felicidade, um passo do *Breve Sumário*; tem uma sugestão de alguma importância: *É curioso ricordare che una 'rua da Amargura' limitava a Nord, a Lisbona, il Palazzo dela Regina Leonor nel quartiere di S. Bartolomeu, a pochi passi dalla casa in cui vivera Gil Vicente*. E ainda «[Nota 210]: E remete o leitor para a planta de parte da freguesia de São Bartolomeu, publicada na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, da direcção de Albino Forjaz de Sampaio, II, Lisboa, 1930, p. 48, tirada do livro de Braancamp Freire, *Gil Vicente, Trovador e Mestre da Balança*. É a mesma planta, de que se fala acima e vem na *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, volume XI (2.^a edição). Chama-se a atenção para o nosso *Roteiro Fraseológico de Lisboa*, de 1977, sob o n.º 33.

C) A hipótese que mais facilmente se aceita, por provável, é de Ferreira de Andrade, em *Palácios Reais de Lisboa* (Os dois paços de Xabregas, o de São Bartolomeu e o da Alcáçova), Lisboa, 1949 (pp. 78 e 91). Diz assim (p. 91): «Na verba do testamento de D. Leonor, já citada, lê-se: *mando que todas as outras casas que mandei comprar, que estão em redor das casas sobreditas em que vivo em Lisboa, assim como são as que estão de baixo do eirado e as que estão de sob a Casa de Jerusalem, com todas as outras que estão ao longo da rua que vai para onde vive João da Fonseca e as que em que vivia Gil Vicente que estão da outra parte, todas se vendam, etc.*

Localizadas já as casas de João da Fonseca e provado, portanto, que a tal rua que vai para onde vive João da



ESC. 1/2.000

A planta a traço preto é a da cidade actual; a traço vermelho a presumível topografia do local nos fins do século XVI e princípios do século XVII

LEGENDA

- 1 — Paços de Santo Elói (da Rainha D. Leonor)
- 2 — Paços de S. Bartolomeu
- 3 — Hospital de Santo Eutrópio
- 4 — Casas de Simão da Fonseca que depois foram de João da Fonseca
- 5 — Casas de Pero da Alcáçova e depois de Francisco Carneiro
- 6 — Casas de Antão de Faria
- 7 — Convento de Santo Elói
- 8 — Local das casas mandadas derrubar por D. Manuel
- 9 — Local das casas onde presumivelmente viveu Gil Vicente
 - a) — Rua em meio, mais tarde a rua que ia da portaria dos Lóios para as Portas da Alfofa e depois a rua de Jerusalem.
 - b) — Rua que vai da porta da Alfofa para as casas de Antão de Faria ou rua que vai para onde vive João da Fonseca, depois a rua das portas da Alfofa.
 - c) — Rua das Penitentes.
 - d) — Travessa de Santo Elói.
 - e) — Portas da Alfofa.

Fonseca era muito simplesmente a *rua das portas da Alfafa*, temos que as casas onde vivera Gil Vicente — com toda a verosimilhança o fundador do teatro português, o célebre ourives trovador, dada a protecção que recebera da insigne Rainha, para quem compusera algumas das suas melhores *Farsas* — ficavam a nascente dos Paços de Dona Leonor.»

Na planta conjectural da localização dos Paços de S. Bartolomeu e de Santo Elói, apresentado no livro de Ferreira de Andrade, entre as pp. 90 e 91, sob o n.º 9 fixa-se o sítio das «casas onde presumivelmente viveu Gil Vicente».

5. Com a devida vénia, transcreve-se de *O Correio do Minho* (Braga), de Julho de 1978, a seguinte nota:

«Realizou-se no passado dia 22 do corrente, o almoço comemorativo do 42.º aniversário do grupo «Amigos de Lisboa», agremiação fundada por intelectuais ilustres, e cuja actividade tão útil se tem mostrado para a divulgação e preservação dos inestimáveis valores culturais e artísticos da capital do País, tão frequentemente esquecidos por quem tinha o dever de o não fazer.

No uso da palavra, os vários oradores, entre elementos da direcção e sócios, expuseram os seus pontos de vista e algumas ideias para maior expansão das actividades do grupo, sendo oportuno salientar a sugestão de um estreitamento de relações com a «Casa do Minho», em Lisboa, tendo ficado prevista uma visita a esta última colectividade. Tal facto não é aliás de estranhar, sobretudo se considerarmos que existem sócios comuns aos «Amigos de Lisboa» e à referida colectividade minhota; não deverá também ser esquecido que na noite, tão genuinamente alfacinha, de Santo António, a festa, que os «Amigos de Lisboa» então realizaram, contou com a actualização colorida e alegre do recém-formado grupo folclórico da «Casa do Minho».

A encerrar, o vice-presidente dos «Amigos de Lisboa», sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho, evocou algumas das mais recentes actividades do grupo, bem como as iniciativas para as quais tem sido chamado a colaborar; terminou manifestando a sua convicção no futuro engrandecimento do grupo em cuja direcção tão dedicada e entusiasticamente colabora.»

[Coordenação de P. C. S.]

AOS AMIGOS DE LISBOA

por INOCÊNCIO CASTELHANO

Nesta LISBOA tão bela,
onde a alma s'enleia,
está um tesouro à janela
dum encanto que recreia:
A gente que vive nela
parece estar dela alheia.

Acorda, ó lisboeta !...
Vem ver comigo as colinas,
não é preciso ser esteta,
basta afastar as cortinas
que t'impedem ver a festa
de tantas coisas divinas.

Vem conhecer a cidade
que o Tejo beija e namora
com tanto orgulho e vaidade;
vem ver a Torre onde mora
a Tágide eleita — a beldade
que CAMÕES cantou outrora:

Aquele Mosteiro de fama
que o Venturoso sonhou
seis meses antes que o GAMA
à ÍNDIA as Naus aportou,
protegido pelo Brama,
quando em Melinde passou;

Não esqueças o BALUARTE
S. VICENTE — no Restelo,
que Mestre Arruda, com arte,
nos deixou, como modelo,
e PADRÃO — a elevar-te...
Ó LISBOA do meu zelo!

Nossa LISBOA é museu
de variada riqueza
que o seu Povo concebeu,
avaliando a beleza
com a clara luz do Céu
que lh'enaltece a grandeza.

Existe há muito em LISBOA
um Grupo que foi criado
por homens de mente boa,
e resta desse passado
uma história que ressoa
entre Alfama e o Chiado.

Os homens, que escreveram
essa história valiosa,
estão vivos e não morreram;
sua alma gloriosa,
excede tudo que fizeram,
ficará sempre famosa;

Esse Grupo está doente,
desde há muito empobrecido,
está velhinho, descontente,
desamparado, esquecido
dos jovens, de toda a gente,
que dele perde o sentido.

Morre o homem, fica a fama,
dizem os velhos rifões
em frases com outra trama,
mas de iguais definições.
Não morrem os que por fama
deixaram recordações.

Muito se pode fazer
quando o Povo está unido!
o contrário é desfazer,
da vida, o bem merecido,
mas se tal acontecer
há que ser tudo aferido.

Em tempos de grande crise,
como na hora presente
em que tudo anda à toa,
lembramos a toda a gente:
OS AMIGOS DE LISBOA,
carecem de ajuda urgente.

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

referente ao ano de 1978

Exmos. Consócios:

Nos termos do artigo 33.º dos Estatutos, apresentamos a V. Exas. o Relatório do ano findo.

Durante 1978 houve o seguinte movimento associativo:

Existiam em 1-1-1978:			
Efectivos	424	
Honorários	2	426
<hr style="width: 10%; margin-left: auto; margin-right: 0;"/>			
Faleceram	11	
Foram demitidos	30	41
<hr style="width: 10%; margin-left: auto; margin-right: 0;"/>			
			385
Foram admitidos	63	63
Foram readmitidos	3	3
Honorários	2	
<hr style="width: 10%; margin-left: auto; margin-right: 0;"/>			
			451

Segundo a nossa tradição, recordamos aqui saudosamente os sócios falecidos e que foram:

- 51 — Eng.º José de Araújo Correia
- 327 — Leopoldo Roque da Fonseca
- 610 — Eng.º Manuel Mascarenhas Gaivão
- 1090 — General Alberto Peixoto da Cunha

- 1170 — Dr. Leonel Ribeiro
2229 — Prof. Francisco d'Assis Oliveira Martins
2577 — F. A. Dingle
3421 — Augusto José Duarte
3749 — José Belmonte Pereira de Oliveira
3803 — João Camacho Pereira
3829 — Ápio Garcia

Ainda que todos nos mereçam a melhor recordação, permitimo-nos distinguir agora os senhores Professor Francisco d'Assis Oliveira Martins e Dr. Leonel Ribeiro, que ilustraram as Letras, a cultura e a erudição portuguesas e prestaram relevantes serviços ao nosso Grupo, como colaboradores das nossas actividades e membros da Junta Directiva. Neste boletim são-lhes prestadas as merecidas homenagens, com a lembrança de alguns dos mais belos actos da sua existência. O nosso consócio senhor Ápio Garcia de igual modo deve ser evocado, pois que concedeu sempre a melhor hospitalidade no seu *Jornal de Lisboa* à actividade do Grupo — o que teve especial significado num período durante o qual a Imprensa parecia querer ignorar-nos.

Os dois anos de 1976 e 1977 corresponderam talvez ao período mais crítico desde a fundação, em que aos problemas financeiros, provocados pelas desistências dos associados, se juntaram as dificuldades da vida cultural provenientes de uma quebra generalizada no interesse pelas colectividades do tipo da nossa. Foi um esforço violento, a que se obrigou a Junta Directiva eleita no primeiro daqueles anos, a fim de se persistir na manutenção do Grupo, prejudicada também pela tonta balela de que a instituição interrompera a sua actividade: e isto era tanto mais absurdo quanto é certo que o Grupo fez catorze visitas de estudo e publicou o Boletim em atraso, correspondente a 1974-1975, além da abertura da nossa Biblioteca a todos os interessados. Tivéramos uma pesada herança, mas resistimos às dificuldades. E com a maior confiança, iniciámos o novo ano social, dispostos a enfrentar a realidade, por mais contrária que se nos apresentasse.

Em 1978, a Junta Directiva, geralmente acompanhada de directores substitutos e pelo Presidente da Comissão de Contas senhor Dr. Francisco do Couto Santos, e com a colaboração de outros consócios, de que nomeamos a senhora D. Maria Antónia Oliveira

Martins de Mesquita e o senhor Joaquim Ramos Baptista — não esquecendo as senhoras funcionárias D. Maria Raquel de Sousa Bela Ferreira e D. Sidónia Maria de Brito Dionísio —, a Junta Directiva, dizíamos, reuniu-se, por convocatória, catorze vezes, e informalmente em mais quatro ocasiões (tendo-se realizado ainda a Assembleia Geral Ordinária, em 25 de Fevereiro). A actividade cultural concretizou-se em 27 visitas de estudo, das quais sete a templos católicos (propalou-se com má intenção, claro, que o Grupo *apenas* visitava igrejas...), e na publicação do boletim de 1976-1977, número continuador do nível intelectual de *Olisipo*.

A energia dispendida teve as suas compensações, expressas da melhor forma, no aumento da totalidade dos sócios (mais 25 do que em 31 de Dezembro de 1977) e na actualização das quotas para 50\$00 mensais (o que é insuficiente, contudo), cumprida por outros. Desejamos ainda chamar a atenção dos excelentíssimos consócios para o facto de a nossa sede (apesar de se dizer *que fica muito longe*) ser procurada diariamente para consultas na Biblioteca, para pedidos verbais (e por escrito) de informações e para aquisição de livros de olisipografia, devendo anotar-se o nível intelectual dos interessados. Mais, porém, do que estas circunstâncias, outras nos proporcionam satisfação, e que provam o prestígio crescente da instituição.

Antes de tudo, devemos declarar a nossa gratidão à Exma. Câmara Municipal de Lisboa, que nos concedeu mais uma vez o subsídio de 100 000\$00 e nos cede a instalação do Palácio da Mitra. E quanto ao prestígio, acabado de referir, no-lo garante com a solicitação das nossas possibilidades: a colaboração à Comissão Municipal de Turismo; a inscrição no Congresso de Turismo Regional e Local; a integração do nosso programa cultural de Junho nas Festas da Cidade; a gestão dum prémio cultural a criar em 1979; a presença na Feira do Livro, com a responsabilidade das vendas das edições camarárias; e outras de menor importância, mas significativas, como a nossa representação na Comissão de Alfama. Também a Exma. Câmara se encontra interessada em nos conseguir sede, com maiores vantagens. E temos de agradecer os convites para cerimónias, de que citamos a comemoração do Dia de S. Vicente (22 de Janeiro), a sessão de Boas-Vindas a Suas Majestades os Reis de Espanha (4 de Maio),

o espectáculo do Ballet Nacional do Senegal (12 de Junho), a inauguração da Estátua de Simão Bolívar (17 de Dezembro) — cerimónias em que o Grupo foi representado pelos senhores Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral; e igualmente para as exposições realizadas no Palácio das Galveias.

Do mesmo modo, a Comissão Nacional do Ambiente entrou em ligação com a Junta Directiva, que compôs cinco comunicações, nas quais se chamava a atenção dos serviços daquela Comissão para várias feições inconvenientes da vida lisboeta.

Dirigiram-se-nos a Radiodifusão (Entrevista com o senhor Vice-Presidente, transmitida em 3 de Março, e reproduzida neste boletim); a RTP (propostas de entrevistas, que não se concretizaram, e pedidos de colaboração informativa); a Liga dos Bombeiros Portugueses (para a criação de um Museu Nacional); a Comissão para a Celebração do 25.º Aniversário da Morte de Rocha Martins; e outras entidades colectivas ou individuais, de que recordamos, por exemplo, a Casa dos Arcos de Valdevez, sobre o jardim e o monumento de Augusto Rosa, à Sé, e do Reverendíssimo Prior de S. Vicente, sobre o estado de abandono, em que se encontra o mosteiro, e ainda algumas colectividades nos pediram exemplares dos Estatutos.

E no entanto, ainda há quem pergunte se o Grupo continua a existir...

O convite feito ao Grupo pela Comissão Executiva, nomeada pela Câmara Municipal de Leiria, para celebrar o centenário do nascimento de Afonso Lopes Vieira, teve da nossa parte o melhor acolhimento, com a colaboração do senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos, nosso ilustre consócio — facto já assinalado no relatório da Junta Directiva de 1977. Aquela Comissão Executiva nunca mais teve qualquer ligação connosco.

No mês de Abril, o senhor Presidente da Junta Directiva, Prof. Dr. João Cândido de Oliveira, foi nomeado pelos restantes directores, representante do Grupo no Conselho Municipal de Lisboa. Em Maio a senhora D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita proferiu uma conferência na cerimónia em honra de Rocha Martins, realizada na Sociedade «A Voz do Operário», em representação do Grupo; e foi nomeada a Comissão Angariadora de Fundos, constituída pelos

senhores D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, Inocêncio Castelhana, Arq.º Veloso dos Reis Camelo, Dr. Leonel Ribeiro e Vilians Leal. Em Junho, o senhor Dr. Leonel Ribeiro representou o Grupo no solene Te Deum em honra de Santo António. Em Outubro, a Junta Directiva reconhecendo os notáveis serviços prestados durante anos pela senhora D. Maria Raquel de Sousa Bela Ferreira, quer na actividade administrativa quer na cultural, decidiu que a mesma senhora, agora reformada, continuasse a sua colaboração. Em Dezembro, a Junta Directiva nomeou a Comissão da Reforma dos Estatutos, com os senhores Dr. Vasco Penha Coutinho e Dr. Nandin de Carvalho, e a Comissão do Boletim, presidida pelo senhor Dr. Paulo Caratão Soromenho, que escolherá os seus colaboradores.

Em 1978, realizaram-se as seguintes visitas de estudo:

Fevereiro, dia 4: Museu Nacional de Arte Antiga, sob o tema «A pintura estrangeira até ao final do século XVI», dirigida pela senhora Dra. D. Maria Alice Beaumont, com a presença dos senhores Dr. Paulo Caratão Soromenho, Professor Francisco d'Assis Oliveira Martins, Inocêncio Castelhana, Dr. José Cassiano Neves, Dr. Vasco Penha Coutinho, Dr. Francisco Couto Santos. Dia 18: Igreja da Madre de Deus, sob o tema «O Museu do Azulejo», dirigida pelo senhor Dr. Rafael Salinas Calado, com a presença dos senhores Eng.º José Teixeira Ferreira da Costa, Professor Oliveira Martins, Inocêncio Castelhana, Dr. Vasco Penha Coutinho e Dr. José Garrido Mendes da Cruz.

Março, dia 2: Museu da Fundação Ricardo Espírito Santo, dirigida por monitores da Fundação, com a presença dos senhores Dr. Francisco Couto Santos, Dr. Vasco Penha Coutinho e Padre Santos Costa. Dia 12: Igreja e Paço de S. Vicente de Fora, dirigida pelo senhor Prior Padre Daniel Henriques Lopes, com a presença dos senhores Prof. Dr. João Cândido de Oliveira, Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr. José Cassiano Neves, Dr. Leonel Ribeiro.

Abril, dia 2: Museu Nacional de Arte Antiga, sob o tema «Ouvresaria Francesa do Século XVIII», dirigida pela senhora D. Fernanda Passos Leite, com a presença dos senhores Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr. José Cassiano Neves, Inocêncio Castelhana, Dr. Francisco Couto Santos. Dia 16: Basílica da Estrela, dirigida pelo senhor

Arquitecto Luís Benavente, acompanhado pelo senhor Prior Padre António Roque Prata; pelo falecimento do Professor Francisco d'Assis Oliveira Martins, foi sua filha senhora D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita quem leu a conferência sobre a história da Basílica, com a presença dos senhores Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr. José Cassiano Neves, Dr. Francisco Couto Santos e Vilians Leal. Dia 22: Estufa Fria, dirigida por um funcionário superior da Câmara Municipal de Lisboa. Presentes os senhores Dr. Vasco Penha Coutinho e Inocêncio Castelhana.

Maio, dia 21, de manhã: Romagem ao Túmulo do Historiador Rocha Martins, no Cemitério da Ajuda, com a presença do senhor Dr. Paulo Caratão Soromenho; de noite: Sessão de homenagem a Rocha Martins, na Sociedade «A Voz do Operário» — conferências dos senhores Dr. Luís de Oliveira Guimarães, Dr. Vasco Vidal e D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, com a presença dos senhores Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr. Francisco Couto Santos e Inocêncio Castelhana. Dia 27: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, dirigida por elementos do Departamento de Instrução, com a presença dos senhores Inocêncio Castelhana, Dr. Leonel Ribeiro, Dr. Francisco Couto Santos, Vilians Leal e Dr. Penha Coutinho.

Junho, dia 3: Museu Nacional de Arte Antiga, sob o tema «Santo António, S. João e S. Pedro», orientada por especialistas do Museu, com a presença dos senhores Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr. Francisco do Couto Santos e Dr. Leonel Ribeiro. Dia 11: Igreja de Santo António da Sé, dirigida pelo reverendíssimo Reitor; ao Museu Antoniano e à Sé Patriarcal, dirigidas pelo senhor Dr. Paulo Caratão Soromenho, com a presença dos senhores Prof. Dr. João Cândido de Oliveira, Dr. Leonel Ribeiro, Inocêncio Castelhana, Dr. Artur Gouveia de Carvalho, Vilians Leal; o organista professor Antoine Sibertin-Blanc não deu a colaboração prometida. Dia 12: Festa de Santo António, no pátio da nossa sede, dirigida pela Comissão Angariadora de Fundos, com a colaboração da senhora Dra. D. Anna-Maria Pereira da Gama e senhor Joaquim Ramos Baptista, tendo o senhor Dr. Paulo Caratão Soromenho feito a apresentação do conferente, reverendíssimo padre Moreira das Neves, historiador, poeta, artista, sacerdote e orador («Santo António, presença universal»), e tendo completado o programa o artista senhor D. Vicente da Câmara, cantando fados e acompanhando-se à guitarra, e o Grupo Folclórico da Casa do Minho,

igualmente com brilhante exibição. Presentes: Prof. Dr. João Cândido de Oliveira, senhor Inocêncio Castelhana, Arq.º António Veloso dos Reis Camelo, Dra. D. Anna-Maria Pereira da Gama, Dr. Garrido Mendes da Cruz e Dr. Leonel Ribeiro. Dia 13: Museu Antoniano, dirigida pelo senhor Dr. Paulo Caratão Soromenho, com a presença dos senhores Dr. Leonel Ribeiro e Dr. Artur Gouveia de Carvalho. Dia 18: Igreja Paroquial de Santa Engrácia, dirigida pelo senhor Prior padre Eugénio dos Santos, e Capela de Nossa Senhora da Assunção e de Santo António do Vale, pelo senhor Dr. António de Vasconcelos Teixeira Pinto Coelho, com a presença dos senhores Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr. Leonel Ribeiro, Dr. Francisco Couto Santos, Vilians Leal, Eng.º José Teixeira Ferreira da Costa e Inocêncio Castelhana.

As actividades de Junho foram integradas no programa das Festas da Cidade, organizadas pela Câmara Municipal.

Julho, dia 1: Teatro Romano, dirigida pela senhora Dra. D. Iri-salva Moita, e ao edifício da Câmara Municipal de Lisboa, pela senhora Dra. D. Maria Raquel Florentino, com a presença dos senhores Prof. Dr. João Cândido de Oliveira, Dr. Penha Coutinho, Dr. Francisco Couto Santos e Vilians Leal. Dia 8: Museu dos C.T.T. dirigida por especialistas do Museu, com a presença dos senhores Dr. José Garrido Mendes da Cruz e Dr. Vasco Penha Coutinho. Dia 16: Palácio Real de Sintra, dirigida pelo senhor Arq.º Luís Benavente, com a presença dos senhores Dr. José Cassiano Neves, Inocêncio Castelhana, Dr. Leonel Ribeiro e Vilians Leal. Dia 22: Almoço comemorativo do 42.º aniversário da fundação do Grupo, na Casa do Alentejo, presidido pela senhora D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, com 39 assistentes.

Novembro, dia 11: Museu do Ar, em Alverca, orientada por funcionários do Museu, com a presença dos senhores Dr. Francisco Couto Santos, Vilians Leal e Inocêncio Castelhana. Dia 18: Igreja de Nossa Senhora da Vitória, dirigida pelo reverendíssimo Reitor, padre Inácio Antunes, e do Hospício da Nossa Senhora da Vitória, esta a dirigir pelo senhor Eng.º Jaime Agnelo Couvreur, que faleceu dias antes; estiveram presentes os senhores Dr. Francisco Couto Santos, Padre Santos Costa, Dr. Vasco Penha Coutinho e Vilians Leal.

Dia 25: Radiotelevisão Portuguesa, dirigida pelo senhor Eng.º Rio Tinto, com a presença dos senhores Dr. Leonel Ribeiro, Vilians Leal, Dr. Francisco Couto Santos e Inocêncio Castelhana. Dia 26: Sinagoga Israelita, na Rua Alexandre Herculano, dirigida pelo senhor Joshua Levy, com a presença dos senhores Inocêncio Castelhana, Dr. Francisco Couto Santos, Dr. Leonel Ribeiro, Padre Santos Costa e Vilians Leal.

Dezembro, dia 16: Museu Rafael Bordalo Pinheiro, dirigida pela senhora Dra. D. Matilde Pessoa de Figueiredo, com a presença dos senhores Inocêncio Castelhana, Dr. Leonel Ribeiro, Dr. Vasco Penha Coutinho e Vilians Leal.

Calcula-se que no total o número de presentes a estas visitas foi de 1250.

Anexo transcrevemos o balanço de 1978.

E em conclusão, temos a honra de propor os seguintes votos:

1. Um voto de sentimento pelos sócios falecidos;
2. Um voto de agradecimento à Exma. Câmara Municipal de Lisboa pelas valiosas protecção e colaboração que nos tem dispensado;
3. Um voto de agradecimento ao Ateneu Comercial de Lisboa, que há anos nos tem cedido graciosamente a sala para as nossas Assembleias Gerais;
4. Um voto de agradecimento ao senhor Presidente da Comissão de Contas, pelo interesse com que seguiu os trabalhos da Junta Directiva;
5. Um voto de agradecimento ao senhor Dr. José Antunes Videira, pela valiosa colaboração artística concedida ao nosso Boletim;

6. Um voto de louvor às Senhoras Funcionárias da Secretaria.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1978.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Dr. João Cândido de Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Dr. Paulo Caratão Soromenho

O SECRETÁRIO-GERAL

Dr. José Cassiano Neves

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Arq.º António Veloso dos Reis Camelo

O TESOUREIRO

Inocência Castelhana

OS VOGAIS DA JUNTA DIRECTIVA

Dra. D. Anna-Maria Pereira da Gama

Padre Francisco Santos Costa

BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Biblioteca	14.729\$22	
Edições	2.377\$35	
Móveis e Utensílios	2.749\$20	
Devedores e Credores	131.857\$80	242.722\$39
Devedores e Credores c/ Consignação	5.711\$40	101.871\$38
Valores à Cobrança	258\$10	
Consignações de c/ Alheia	100.937\$30	
Caixa	7.097\$00	
Fundo Variável		37.053\$70
Consignações de c/ Própria		6.097\$00
Olisipo	21.770\$00	
Resultado do Exercício	100.257\$10	
	387.744\$47	387.744\$47

Conta dos resultados do exercício de 1978

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Emblemas		68\$00
Olisipo	39.043\$10	
Consignações de c/ Alheia		40.778\$40
Cartões de Identidade		115\$00
Gastos Gerais	245.246\$10	
Cotas		147.750\$00
Realizações Culturais	5.145\$00	
Arraial Antoniano	3.576\$30	
Jóias		3.290\$00
Receitas Diversas		752\$00
Resultado do Exercício		100.257\$10
	293.010\$50	293.010\$50

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício de 1978

Exmos. Consócios:

Tendo apreciado o relatório e contas da Junta Directiva, a Comissão de Contas constata que o resultado do exercício de 1978, se firmou num défice de 100 257\$10, verba esta um tanto alarmante e que precisa de medidas das quais resulte o equilíbrio das contas.

Há que assinalar o importante donativo de 100 000\$00, com que a Exma. Câmara Municipal de Lisboa se dignou contribuir para a manutenção do Grupo.

Grato nos é verificar que houve durante o exercício um aumento de 25 sócios, sendo de esperar que esse aumento continui, para o que é necessária uma maior propaganda.

Nestes termos, tendo verificado a exactidão das contas, temos a honra de propor que aproveis o seguinte:

- a) Relatório e contas do exercício, incluindo os votos consignados no mesmo;
- b) Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 3 de Janeiro de 1979.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

O SECRETARIO

Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

O RELATOR

Dr. Vasco da Penha Coutinho

CORPOS GERENTES PARA 1979-1981

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Dr. Paulo Caratão Soromenho

Vice-Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata

1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues

2.º Secretário — Luís Leite Faria

JUNTA DIRECTIVA

EFFECTIVOS

Presidente — Prof. Dr. João Cândido de Oliveira

Vice-Presidente — Dr. Luís Nandin de Carvalho

Secretário-Geral — Dr. Sérgio Palma Brito

Secr.-Geral Adjunto — Joaquim Ramos Baptista

Tesoureiro — Inocêncio Castelhana

Vogais — Dr. José Garrido Mendes da Cruz

Dra. Anã Maria Pereira da Gama

D. Maria Antónia Oliveira Martins

Eng.º Agostinho Ferreira Gambetta

SUBSTITUTOS

Presidente — Dr. José Roberto Pinto

Vice-Presidente — Dra. Irisalva Nóbrega Moita

Secretário-Geral — Dr. José Maria Gomes Caldas

Secr.-Geral Adjunto — Vilians Leal

Tesoureiro — Dr. Artur Gouveia de Carvalho

Vogais — Eng.º José Teixeira Ferreira da Costa

Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro

D. Maria Madalena Pereira de Azevedo

João Américo de Oliveira Santos

COMISSÃO DE CONTAS

EFFECTIVOS

Presidente — Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

Secretário — Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

Relator — Dr. Vasco Penha Coutinho

SUBSTITUTOS

Presidente — José Pires Cardoso de Oliveira

Secretário — Eng.º Diogo Sobral

Relator — Dr. Miguel António Horta e Costa

ESTUDOS HISTÓRICOS E DEFESA DO PATRIMÓNIO

Arq.º Jorge Segurado

Dr. Durval Pires de Lima

Eng.º José Manuel Maia Ataíde

Luís Bivar Guerra

Eng.º Luís Casanovas

Dra. Matilde Pessoa de Figueiredo

ESTUDOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

Dr. João Xavier de Brito

Dr. José Cassiano Neves

Dr. António da Silva Ferreira Marques

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

Eng.º José Teixeira Ferreira da Costa

Gustavo Manuel Magalhães Coutinho Mota

ESTUDOS DE ESTÉTICA E URBANIZAÇÃO

Arq. Luís Benavente

Arq.º António Veloso Reis Camelo

Dra. Estela Basso

Eng.º Diogo Sobral

Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

Dr. José António Caria Mendes

MOVIMENTO CULTURAL E PROPAGANDA

Dra. Irisalva Nóbrega Moita

Dr. Paulo Caratão Soromenho

Padre Francisco Santos Costa

Dr. José Fernandes Mascarenhas

Carlos Pereira Calixto

Francisco Godinho Pinto Fernandes

COMISSÃO DO BOLETIM

Nomeação

Presidente — Dr. Paulo Caratão Soromenho

ÍNDICE DE OLISIPO

N.ºs 121-140 (1968-1977)

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A ordenação do índice de «Olisipo» de 1938 a 1967 (*Trinta Anos de Cultura Olisiponense*) constituiu uma das mais notáveis tarefas das muitas notáveis realizadas pelo Senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos. Essa a razão fundamental por que o índice de 1968-1977, agora apresentado, não se lhe compara. E assim, pretende apenas ser um auxiliar que, rapidamente, permita aos consulentes a solução de uma dúvida ou a resposta a um pedido de informação. Tem, pois, objetivos mais modestos. Note-se que o índice organizado pelo Senhor Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos se apresenta segundo o plano seguinte:

- «I — índice dos Autores;
- II — índice dos Artigos Não Assinados, Documentos e Transcrições e Artigos Anónimos Insetos na Secção «Feira da Ladra»;
- III — índice dos Assuntos, e Adenda Consagrada à Acção Cultural do Grupo;
- IV — índice das Ilustrações.»

O plano de agora limita-se a

- «I — índice dos Autores;
- II — índice dos Textos;
- III — índice das Ilustrações.»

Por motivo de economia de espaço, quanto se esclarece é feito em sínteses, introduzidas em parênteses rectangulares.

Os artigos que não se encontram assinados ou que têm apenas iniciais são citados na lista de autores — dado que o organizador destes índices pôde fazer a atribuição. [*Paulo Caratão Soromenho*].

I. AUTORES

A bibliografia de cada autor é indicada por ordem cronológica da publicação em Olisipo.

- ALBUQUERQUE, Fernanda Mouzinho de
A Igreja de S. Domingos 131: 103, 1970.
- ALMEIDA, Doutor Amaro de
Alfredo Marceneiro (Pedra Arqueológica Viva da Cidade) 137-138: 86, 1974-1975.
- ALMEIDA, Prof. Doutor D. Fernando de
Lisboa Romana e Visigótica 137-138: 8, 1974-1975.
- AMARAL, Professor Abílio Mendes do
Palácio dos Marqueses de Gouveia 125-126: 16, 1969.
O *Padre Govea* e os Meninos de Palhavã 127-128: 87, 1969.
Dr. Albino Francisco de Figueiredo e Almeida, Notável Figura
de Lisboa do Século XIX 132: 26, 1971.
Bento de Moura Portugal na Lisboa do Sé-
culo XVIII 135: 103, 1972 e 136: 119, 1973.
A Fonte Santa na Lenda e na História 134: 46, 1972.
- ARNOSO, Vicente
Textos seus in «Afonso Lopes Vieira», pelo Dr. José Cassiano Neves
139-140: 64, 1976-1977.
- ASCENSO, Dr. A. Silva
A Lenda de D. Fuas Roupinho e do Santuário do Sítio da Nazaré 132: 46, 1971.
- AVIZ, Laura de
Nun'Álvares 123-124: 237, 1968.
- AZEVEDO, Padre Inácio de
Textos seus in «Lisboa Quinhentista na Correspondência de Inácio
de Azevedo», por Ernesto Rodrigues 136: 79, 1973.

- BAÍIA, Frei Jerónimo
Ao Menino Deus, em Metáfora de Doce 130: 83, 1970.
- BASTOS, Francisco Leite
Recordações de Lisboa Romana e de Lisboa Oitocentista
[Trechos de *Tragédias de Lisboa*] 139-140: 99, 1976-1977.
- BERTRAND Y BROS
Alma minha gentil, que te partiste [em catalão] 139-140: 4, 1976-1977.
- BJÖRKMAN, Göran
Bland Grafvar [tradução em sueco do poema «À porta da um cemitério», de Júlio de Castilho] 130: 67, 1970.
- BORGES, General António Vitorino França
Resposta à Mensagem do Grupo sobre o Plano Director de Lisboa 129: 10, 1970.
- CAMELO, Veloso Reis
Alfama [Poema] 139-140: 88, 1976-1977.
A Casa da Menina Rosa [Poema] 139-140: 88, 1976-1977.
- CAMÕES, Luís de
Alma minha gentil, que te partiste 139-140: 3, 1976-1977.
- CAMPOS, Comandante José Moreira
A Rua dos Aventureiros 139-140: 123, 1976-1977.
- CÂNDIDO, António
Texto seu in «Ainda o Túmulo do Senhor Herculano»,
pelo Professor F. A. Oliveira Martins 139-140: 16, 1976-1977.
- CARVALHO, Mariano Cirilo de
Texto seu in «Ainda o Túmulo do Senhor Herculano»,
pelo Professor F. A. Oliveira Martins 139-140: 16, 1976-1977.
- CASTELHANO, Inocência
A Luís de Camões [Poema] 135: 114, 1972.
Lisboa! [Poema] 136: 130, 1973.
Entrevista do Programa da RTP «Sabe o que é...?» 136: 169, 1973.
Estimados Consócios 137-138: 3, 1974-1975.
Em Terras do Lumiar [Poema] 139-140: 118, 1976-1977.
- CASTELO BRANCO, Dr. Fernando
Subsídios para a História da Igreja de Jesus 137-138: 44, 1974-1975.
- CASTILHO, António Feliciano de
A Quinta dos Azulejos, ao Paço do Lumiar 139-140: 114, 1976-1977.

- CASTILHO, Júlio de
 Justas na Rua Nova 129: 22, 1970.
 À Porta de um Cemitério [e tradução em sueco] 130: 66, 1970.
 Cartas a um Lisboaeta Exilado 136: 50, 1973.
 A Quinta dos Azulejos, ao Paço do Lumiar 139-140: 114, 1976-1977.
- CASTRO, D. João de
 Resposta do Patriarcado de Lisboa à Mensagem Enviada pelo
 Grupo a Sua Eminência 129: 9, 1969.
- CORDEIRO, Luciano
 Texto seu in «Lisboa na Comemoração do Tricentenário
 da Morte de Luís de Camões» 137-138: 61, 1974-1975.
- COSTA, Beatriz
 O Largo de Martim Moniz 139-140: 123, 1976-1977.
- COSTA, Padre Dr. Francisco Santos
 São Vicente, Maravilhoso Padrinho da Lusa Capital (Argumento
 Literário para o Filme do Centenário) 135: 93, 1972.
- DIAS, Capitão-de-Mar-e-Guerra Manoel Affonso
 Gago Coutinho, Geógrafo 135: 117, 1972 e 136: 136, 1973.
- DIMBLA, Mariac
 Uma Igreja de Linhas Modernas com Profundos Alicerces na
 História 136: 161, 1973.
- DOMINGUES, Ernesto
 Cartas de Júlio de Castilho a um Lisboaeta Exilado 136: 48, 1973.
 Lisboa Quinhentista na Correspondência de Inácio de Azevedo ... 136: 78, 1973.
- ENCARNAÇÃO, José d'
 Os «Diálogos do Sítio de Lisboa», de Luís Mendes de
 Vasconcelos 125-126: 37, 1969.
- FERNANDES, Basílio Gil
 Saudação aos Amigos de Lisboa [Poema] 129: 34, 1970.
- FERNANDES, Jorge Gomes
 Lisboa, a Ditosa 137-138: 39, 1974-1975.
- FERRÃO, Julieta
 A Mesa do Arquitecto Manuel da Maia 125-126: 82, 1969.
- FERREIRA, João Maria
 Testamento [a favor do Grupo Amigos de Lisboa] 137-138: 100, 1974-1975.

- FERREIRA, Dr. Veiga
O Povo «Campaniforme» da Península de Lisboa 130: 47, 1970.
- FREIRE, Christina Bérens
Os Encantos de Lisboa [Poema] 123-124: 224, 1968.
A Minha Bela Cidade [Poema] 127-128: 132, 1969.
Querida Lisboa [Poema] 130: 68, 1970.
- FURTADO, Alípio
Mosteiro dos Jerónimos: Visão Eterna [Poema] 139-140: 89, 1976-1977.
- GALVÃO, Nariade
Breve Passeio por Lisboa 125-126: 57, 1969.
Do Meu Varandim: Mensagem 132: 56, 1971.
Soneto LXX 132: 59, 1971.
- GAMA, Dr.^a Anna-Maria Pereira da
Sobre as Medalhas Comemorativas de Nossa Senhora da Con-
ceição, Padroeira de Portugal 136: 31, 1973.
Lisboa [Poema] 136: 128, 1973.
- GOMES, Pinharanda
Situação de Santo António na Filosofia Portuguesa 123-124: 198, 1968.
- GUERRA, Luís Bivar
O Palácio dos Giraldes 139-140: 124, 1976-1977.
- GUIMARÃES, Dr. Luís de Oliveira
O Teatro do Ginásio 130: 53, 1970.
Notas Familiares sobre Gustavo de Matos Sequeira 139-140: 43, 1976-1977.
- HERCULANO, Alexandre
Textos seus in «Alexandre Herculano, Presidente da Câ-
mara Municipal de Belém», pelo Professor F. A.
Oliveira Martins 139-140: 6, 1976-1977.
- HORTA, Capitão-de-Fragata Silva
O Lisboeta Gago Coutinho, Marinheiro, Aviador e Geógrafo ... 125-126: 3, 1969.
- LEMONS, Francisco de Sande
Unidade Geográfica, Geológica, Técnica e Temática da Estação
de Arte Rupestre do Vale do Tejo 135: 87, 1972.
- LOURINHO, Dr. Manuel Hermenegildo
Uma Proclamação aos Lisbonenses em 1808 132: 37, 1971.
A Igreja e o Convento de São Domingos de Lisboa 133: 115, 1971.
Algumas Resoluções, Determinações e Outras Intervenções da Câ-
mara Municipal de Lisboa no Ano de 1837 133: 128, 1971.

- A Ermida de Nossa Senhora da Escada nas Suas Relações com
a Igreja e o Convento de São Domingos 134: 32, 1972.
- A Igreja de São Domingos de Lisboa 136: 38, 1973.
- Entrevista do Programa da RTP «Sabe o que é...?» 136: 68, 1973.
- História da Igreja e Convento de São Domingos de Lisboa 137-138: 48, 1974-1975.
- MARTINS, Professor Francisco d'Assis Oliveira
- Cidadela de Cascais [«Feira da Ladra»] 123-124: 242, 1968.
- Lisboa na Comemoração do Tricentenário da Morte de
Luís de Camões 137-138: 61, 1974-1975.
- Os Amigos de Lisboa na Comemoração do 4.º Centenário
de «Os Lusíadas» 137-138: 75, 1974-1975.
- Alexandre Herculano, Presidente da Câmara Muni-
cipal de Belém 139-140: 6, 1976-1977.
- Ainda o Túmulo do Senhor Herculano 139-140: 14, 1976-1977.
- MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira
- Textos seus in «Lisboa na Comemoração do Tricente-
nário da Morte de Luís de Camões», pelo Pro-
fessor F. A. Oliveira Martins 137-138: 61, 1974-1975.
- Textos seus in «Ainda o Túmulo do Senhor Herculano»,
pelo Professor F. A. Oliveira Martins 139-140: 19, 1976-1977.
- MATOS, Major Correia de
- Manuel da Maia, Marechal de Campo 125-126: 52, 1969.
- MELO, Eng.º Amílcar de
- Visita aos Olhos de Água 123-124: 218, 1968.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de
- Elegia [Poema] 137-138: 98, 1974-1975.
- MESQUITA, Maria Antónia Oliveira Martins de
- A União das Associações de Comerciantes 139-140: 119, 1976-1977.
- MONIZ, Dr. Manuel de Carvalho
- Eborenses em Lisboa 132: 6, 1971.
- MOTA, Comodoro Alfredo
- Uma Poesia de Henrique Lopes de Mendonça 137-138: 97, 1974-1975.
- NEVES, Doutor Eduardo Augusto da Silva
- Sarau de Homenagem a Carlos Gomes, em 5 de Abril de 1897 123-124: 234, 1968.
- Actividade Cultural do Grupo 123-124: 231, 1968; 125-126: 69, 1969;
127-128: 133, 1969; 130: 93, 1970; 131, 122, 1970;
132: 71, 1971; 133: 124, 1971; 135: 139, 1972.
- Louças, Vidros e Cristais Antigos 125-126: 70, 1969.

- Hugo Coutinho Raposo 127-128: 85, 1969.
 Ruínas do Teatro Romano 127-128: 136, 1969.
 A propósito do Centenário do Nascimento do Coronel de Engenharia Augusto Vieira da Silva 129: 12, 1970.
 O Almoço Comemorativo do 34.º Aniversário do Grupo 129: 31, 1970.
 Obras Literárias Recebidas pelo Grupo 129: 40, 1970.
 Alberto Gomes 130: 45, 1970.
 Discurso no Acto de Posse dos Corpos Gerentes 130: 59, 1970.
 Representação à Exma. Câmara Municipal de Lisboa acerca da Indispensabilidade de Concluir-se a Impressão da Obra do Grande Olisipógrafo Júlio de Castilho, Intitulada «Memórias de Castilho» (Seu Pai) 132: 3, 1971.
 Apresentação do Capitão-de-Mar-e-Guerra Manoel Affonso Dias 135: 115, 1972.
 Entrevista do Programa da RTP «Sabe o que é...?» 136: 167, 1973.
- NEVES, Dr. José Cassiano
 Perfil de uma Mulher [Marquesa de Alorna] 133: 96, 1971.
 Lisboa, Capital das Especiarias 136: 26, 1973.
 A propósito da Igreja de São Julião 137-138: 60, 1974-1975.
 Afonso Lopes Vieira (No Centenário do seu Nascimento) 139-140: 63, 1976-1977.
 Convite Dirigido aos Sócios Mais Jovens 139-140: 145, 1976-1977.
- NORONHA, Eduardo de
 O Costume da Mudança de Residência 139-140: 122, 1976-1977.
- ORTIGÃO, Ramalho
 Texto seu in «Lisboa na Comemoração do Tricentenário da Morte de Luís de Camões», pelo Professor F. A. Oliveira Martins 137-138: 61, 1974-1975.
- PEREIRA, Fernando Dias
 O Almoço Comemorativo do 31.º Aniversário do Grupo 129: 32, 1970.
- PEREIRA, Luís A. Esteves
 Algumas Notas sobre os Órgãos da Igreja de São Roque 127-128: 108, 1969.
- PORTELA, Alberto Carlos
 Um Amigo de Lisboa [Poema] 125-126: 61, 1969.
- RAMOS, Teodoro Lopes
 Poesia Olisiponense 123-124: 223, 1968.
- RIBEIRO, Dr. Leonel
 Lisboa e a Base Romana da Linha do Tejo 133: 101, 1971.
 Lisboa e a Base Romana da Linha do Tejo (Resumo) 133: 124, 1971.
 O Sim e o Não da Alma Portuguesa 134: 16, 1972.
 Prédios Legados pelo Comendador João Maria Ferreira 137-138: 99, 1974-1975.

- RODRIGUES, António Brochado
 Lisboa nos Versos de António Nobre 136: 131, 1973.
 No Primeiro Centenário do Nascimento de Teixeira de
 Pascoais 139-140: 61, 1976-1977.
- ROSA Y ALBERTY, Ricardo
 A Questão de Olivença 137-138: 79, 1974-1975.
- SANTANA, Dr. Francisco
 O Paço da Praça do Comércio 139-140: 69, 1976-1977.
- SANTOS, Dr. Francisco Gonçalves Couto
 Entrevista do Programa da RTP «Sabe o que é...?» 136: 168, 1973.
- SANTOS, Eng.º Júlio Eduardo dos
 Índice de «Olisipo» de 1938 a 1967 121-122: 1, 1968.
 Plano Director de Lisboa: Mensagem do Grupo Amigos de
 Lisboa à Exma. Câmara Municipal 123-124: 173, 1968.
 Lisboa Vista pelos Estrangeiros — O Cadete da Marinha
 Alemã Henning Georg Bess Conta as Suas Impressões
 na Imprensa de Wilhelmshaven 123-124: 192, 1968.
 Os Escritores Lisboetas Sebastião Xavier Botelho e Marquês
 de Faria 123-124: 232, 1968.
 Evocação da Obra de D. Ema Romero Santos Fonseca da
 Câmara Reys 125-126: 56, 1969.
 A Oratória Sagrada Lisboeta dos Séculos XVII e XVIII (A
 propósito do Tricentenário do Nascimento do Padre
 Manuel Consciência) 125-126: 73, 1969.
 Duas Grandes Figuras Lisboetas: Ricardo Severo e Sebas-
 tião Pinheiro Ferreira 127-128: 115, 1969.
 Exposição Bibliográfica na Sede do Grupo Amigos de Lisboa 127-128: 127, 1969.
 Sociedade Nacional de Música de Câmara 127-128: 130, 1969.
 Em Defesa do Valor Artístico dos Templos da Capital. Ropre-
 sentação Enviada a Sua Eminência o Cardeal Patriarca
 [Redacção do Eng. J. E. S. e Dr. P. C. Soromenho] 129: 3, 1970.
 A Sepultura de Pedro Álvares Cabral na Igreja da Graça, de
 Santarém, e o Cenotáfio do Panteão Nacional de Lisboa 129: 16, 1970.
 Poemas de Júlio de Castilho e de Outros Portugueses, dos Quais
 Sete Lisboetas, Traduzidos em Sueco 130: 61, 1970.
 Breve Evocação do Lisboeta Monterroio Mascarenhas, Criador
 do Jornalismo Português de Ampla Informação 130: 86, 1970.
 Ainda a propósito do Bicentenário do Nascimento do Insigne Po-
 lígrafo e Estadista Lisboeta Silvestre Pinheiro Ferreira.
 O Seu Papel de Precursor Evidenciado no Projecto da
 Associação das Classes Industriais 131: 107, 1970.

Recordando Dois Notáveis Cantores Lisboetas, Grandes Intérpretes de «Falstaff» e de «Dom João» — Obras de que Actualmente o Teatro Nacional de São Carlos Está Apresentando Novas Encenações	131: 113, 1970.
As «Obras Completas» de Santo António	132: 52, 1971.
O Célebre Sermão de Santo António aos Peixes, do Padre António Vieira, Publicado em Versão Francesa	132: 60, 1971.
Uma Bela Obra (de Tema Olisiponense) de Jorge Colaço Inaugurada em Braga, Decorridos Três Decénios sobre o Falecimento do Artista	132: 79, 1971.
Luís Pastor de Macedo	133: 83, 1971.
Centenários de 1972	133: 86 e 131, 1971.
Alfredo Gazul. Artista Lírico, Violinista e Notável Compositor	139-140: 48, 1976-1977.

SERRÃO, Dr. Eduardo da Cunha

Arte Rupestre. Problemas de Ordem Cronológica e Atribuição Funcional	135: 82, 1972.
--	----------------

SILVA, Zacarias da

Feira da Ladra. Ficheiro:

45. Ginásio do Alto do Pina. 46. Andorinha Futebol Clube. 47. Grupo Desportivo e Escolar «Os Combatentes»	123-124: 240, 1968.
48. Núcleo dos Antigos Alunos da Escola Comercial Veiga Beirão. 49. Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro. 50. Grupo Desportivo da Pena	125-126: 81, 1969.
51. Sociedade de Instrução e Beneficência José Estêvão. 52. Grupo Escolar Instrução Nova. 53. Clube Philips	127-128: 165, 1969.
54. Grupo Desportivo do Calhariz de Benfica. 55. Tertúlia Edípica. 56. Os Galos Unidos	129: 41, 1969.
57. Academia dos Amadores de Música. 58. Sociedade de Ciências Médicas	130: 99, 1970.
59. Banda de Música da Fábrica da Vista Alegre. 60. Associação Operária da Palma e Arredores. 61. Liga dos Combatentes	131: 24, 1970.
62. Sociedade de Propaganda de Portugal. 63. «Gravura» — Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses. 64. Asilo de São João	132: 78, 1971.
65. Centro de Alegria no Trabalho do Pessoal do Serviço Meteorológico. 66. Associação Portuguesa de Museologia. 67. Grupo Desportivo do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa	133: 127, 1971.
68. Clube Desportivo Império do Cruzeiro. 69. Associação Protectora da Primeira Infância. 70. Sociedade Filarmónica Recordação de Apolo	135: 143, 1972.

71. Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e na Indústria. 72. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Cruz de Malta. 73. Palmeiras Lisboa Clube 136: 172, 1973.
74. Academia Musical do Pessoal do Comando-Geral de Artilharia. 75. Tarujense Futebol Clube. 76. Academia Recreativa Francisco Gomes Lopes 137-138: 102, 1974-1975.

SOROMENHO, Dr. Paulo Caratão

- Apresentação do Segundo Volume dos «Contos Populares e Lendas», coligidos por Leite de Vasconcelos 123-124: 181, 1963.
- O Épico. Corrigenda 123-124: 191, 1968.
- Pinharanda Gomes 123-124: 196, 1968.
- O Costume da Mudança de Residência 123-124: 241, 1968.
- Em Defesa do Valor Artístico dos Templos da Capital. Representação Enviada a Sua Eminência o Cardeal Patriarca [Redacção do Eng.º Júlio Eduardo dos Santos e do Dr. P. C. Soromenho] 129: 3, 1970.
- Doces Lembranças do Convento de Odivelas 130: 69, 1970.
- Camões em Lisboa 134: 3, 1972.
- Achado de Arte Rupestre nas Margens do Tejo 135: 77, 1972.
- Doces Lembranças do Convento de Odivelas (Anotação) 135: 138, 1972.
- Doutor Eduardo Neves 136: 3, 1973.
- Roteiro Fraseológico de Lisboa 136: 7, 1973.
- D. Nuno em Lisboa. Lição dada no Ateneu Comercial, em 17 de Março de 1961 136: 105, 1973.
- António Aluísio Jérvís Pereira 136: 163, 1973.
- Os Meios de Informação e o Grupo Amigos de Lisboa 136: 166, 1973.
- Entrevista do Programa da RTP «Sabe o que é...?» 136: 170, 1973.
- Actividade Cultural do Grupo ... 136: 174 e 178, 1973; 137-138: 117, 1974-1975.
- Lisboa Moura 137-138: 20, 1974-1975.
- Roteiro Fraseológico de Lisboa (Apontamento) 137-138: 27, 1974-1975.
- O Grupo dos Amigos de Olivença Visitou o Grupo dos Amigos de Lisboa 137-138: 79, 1974-1975.
- «Alma minha gentil, que te partiste» [Apresentação das traduções catalã e galega] 139-140: 3, 1976-1977.
- Herculano em Vale de Lobos 139-140: 21, 1976-1977.
- Roteiro Fraseológico de Lisboa (Notas Complementares) 139-140: 26, 1976-1977.
- Luís Chaves [Por lapso de revisão não foi indicado no índice do n.º 139-140] 139-140: 96, 1976-1977.
- Recordações de Lisboa Romana e de Lisboa Oitocentista [de Leite Bastos. Nota de P. C. S.] 139-140: 99, 1976-1977.
- Apontamentos de Algumas Visitas Realizadas pelo Grupo em 1977 [Compilação] 139-140: 111, 1976-1977.
- Feira da Ladra [Compilação] 139-140: 122, 1976-1977.

- SOUTO, Dr. A. Meyrelles do
Dois Brasões Anómalos 133: 88, 1971.
- TEIXEIRA, Fausto Guedes
Versos seus in «Afonso Lopes Vieira (No Centenário do Seu
Nascimento)», pelo Dr. José Cassiano Neves 139-140: 67, 1976-1977.
- VASQUEZ, Arturo
«Alma minha gentil, que te partiste» [em galego] 139-140: 5, 1976-1977.
- VIDAGO, João
O Nome «Lisbon» nos Estados Unidos da América 132: 42, 1971.
- VIEIRA, Afonso Lopes Vieira
Textos seus in «Afonso Lopes Vieira (No Centenário do Seu
Nascimento)», pelo Dr. José Cassiano Neves 139-140: 66, 1976-1977.
- VINHAS, Mário
Lisboa em Alguns Ex-Líbris 137-138: 33, 1974-1975.
- ZIELINSKI, Dr. Adão C.
Vistas Desconhecidas de Portugal num Museu Polaco 139-140: 90, 1976-1977.

II. TEXTOS

- A Luís de Camões [Poema]. Nas Celebrações do 4.º Centenário da Publicação da 1.ª Edição de «Os Lusíadas» — *Inocência Castelhana* 135: 114, 1972.
- A propósito do Centenário do Nascimento do Coronel de Engenharia Augusto Vieira da Silva — *Eduardo Neves* 129: 12, 1970.
- A propósito da Igreja de São Julião [Carta transcrita de *República*] — *José Cassiano Neves* 137-138: 60, 1974-1975.
- A Porta de um Cemitério [Poema, e sua tradução em sueco] — *Júlio de Castilho* 130: 66, 1970.
- Actividade Cultural do Grupo — *Eduardo Neves* 123-124: 231, 1968;
125-126: 69, 1969; 127-128: 133, 1969; 129: 36, 1970;
130: 93, 1970; 131: 122, 1970; 132: 71, 1971;
133: 124, 1971; 135: 139, 1972.
— *Paulo Caratão Soromenho* 136: 174 e 178, 1973; 137-138: 117, 1974-1975.
- Afonso Lopes Vieira (No Centenário do Seu Nascimento) — *José Cassiano Neves* [Textos de *Afonso Lopes Vieira*, *Vicente Arnoso* e *Fausto Guedes Teixeira*] 139-140: 63, 1976-1977.
- Ainda a propósito do Bicentenário do Nascimento do Insigne Polígrafo e Estadista Lisboaeta Silvestre Pinheiro Ferreira. O Seu Papel de Precursor Evidenciado no Projecto da Associação das Classes Industriais — *Júlio Eduardo dos Santos* 131: 107, 1970.
- Ainda o Túmulo do Senhor Herculano — *Francisco d'Assis Oliveira Martins* [Textos de *António Cândido*, *Cirilo de Carvalho* e *J. P. Oliveira Martins*] 139-140: 14, 1976-1977.
- Alberto Gomes — *Eduardo Neves* 130: 45, 1970.

- Alexandre Herculano, Presidente da Câmara Municipal de Belém
— *Francisco d'Assis Oliveira Martins* [Reproduzem-se documentos de *Alexandre Herculano*] 139-140: 6, 1976-1977.
- Alfama [Poema] — *Veloso Reis Camelo* 139-140: 88, 1976-1977.
- Alfredo Gazul. Artista Lírico, Violinista e Notável Compositor
— *Júlio Eduardo dos Santos* 139-140: 48, 1976-1977.
- Alfredo Marceneiro (Pedra Arqueológica Viva da Cidade) —
Amaro d'Almeida 137-138: 86, 1974-1975.
- Algumas Notas sobre os Órgãos da Igreja de São Roque — *Luís*
A. Esteves Pereira 127-128: 108, 1969.
- Alma minha gentil, que te partiste [Em catalão e galego, traduções de *Bertrand y Bros* e *Arturo Vasquez*; nota de *Paulo Caratão Soromenho*] — *Luís de Camões* 139-140: 3, 1976-1977.
- Almoço Comemorativo do 34.º Aniversário do Grupo [Discursos]
— *Eduardo Neves* e *Fernando Dias Pereira* 129: 31, 1970.
- Os Amigos de Lisboa na Comemoração do 4.º Centenário da Publicação de «Os Lusíadas» [Discurso na inauguração da lápide de Camões, em 5 de Fevereiro de 1974] — *Francisco d'Assis Oliveira Martins* 137-138: 75, 1974-1975.
- António Aluísio Jérvys Pereira — *Paulo Caratão Soromenho* ... 136: 163, 1973.
- Ao Menino de Deus, em Metáfora de Doce [Poema] — *Jerónimo Baía* 130: 83, 1970.
- Apelo aos Sócios do Grupo 139-140: 121, 1976-1977.
- Apontamentos de Algumas Visitas Realizadas pelo Grupo, em 1977 [Compilação de *Paulo Caratão Soromenho*: 1. Quinta dos Azulejos — *António Feliciano* e *Júlio de Castilho*. 2. Em Terras do Lumiar — Poema de *Inocêncio Castelhana*. 3. Carta à Junta Directiva sobre a União das Associações de Comerciantes — *Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita*. 4. Carta da Junta Directiva ao Director do Panteão Nacional] 139-140: 111, 1976-1977.
- Apresentação do Capitão-de-Mar-e-Guerra Manoel Affonso Dias
— *Eduardo Neves* 135: 115, 1972.

- Apresentação do Segundo Volume dos *Contos Populares e Lendas*,
Coligidos por Leite de Vasconcelos — *Paulo Caratão Soromenho* 123-124: 181, 1968.
- Armando de Lucena [Transcrito de *O Diário de Notícias*, de
27 de Abril de 1975] 137-138: 95, 1974-1975.
- Arte Rupestre Tagana: I. O Achado de Arte Rupestre nas Mar-
gens do Tejo — *Paulo Caratão Soromenho*. II. Proble-
mas de Ordem Cronológica e Atribuição Funcional —
Eduardo da Cunha Serrão. III. Unidade Geográfica,
Geológica, Técnica e Temática da Estação de Arte Ru-
pestre do Vale do Tejo — *Francisco Sande Lemos* 135: 75, 1972.
- Bento de Moura Portugal na Lisboa do Século XVIII — *Abílio
Mendes do Amaral* 135: 103, 1972; 136: 119, 1973.
- Breve Evocação do Lisboeta Monterroio Mascarenhas, Criador
do Jornalismo Português de Ampla Informação — *Júlio
Eduardo dos Santos* 130: 86, 1970.
- Breve Passeio por Lisboa — *Nariade Galvão* 125-126: 57, 1969.
- Camilo Recluso por Amor — *Apio Garcia* 137-138: 94, 1974-1975.
- Camões em Lisboa — *Paulo Caratão Soromenho* 134: 3, 1972.
- Cartas de Júlio de Castilho a um Lisboeta Exilado — *Ernesto
Domingues* 136: 48, 1973.
- A Casa da Menina Rosa [Poema] — *Veloso Reis Camelo* 139-140: 88, 1976-1977.
- O Célebre Sermão de Santo António aos Peixes do Padre An-
tónio Vieira, Publicado em Versão Francesa — *Júlio Eduar-
do dos Santos* 132: 60, 1971.
- Centenários de 1972 — *Júlio Eduardo dos Santos* 133: 86 e 131, 1971.
- Considerações Preliminares [Sobre a Organização do *Índice* de
1938 - 1967] — *Júlio Eduardo dos Santos* 121-122: 5, 1968.
- Convite Dirigido aos Sócios Mais Jovens — *José Cassiano Neves*
139-140: 145, 1976-1977.
- Corpos Gerentes do Grupo Amigos de Lisboa 121-122: 2, 1968; 123-124: 172, 1968;
125-126: 2, 1969; 127-128: 84, 1969; 129: 2, 1970;
129: 28, 1970; 131: 102, 1970; 132: 2, 1971;
133: 82, 1971; 134: 2, 1972; 135: 72; 136: 2 e 196, 1973;
137-138: 2, 1974-1975; 139-140: 133, 1976-1977.

- Os «Diálogos do Sítio de Lisboa», de Luís Mendes de Vasconcelos — *José d'Encarnação* 125-126: 37, 1969.
- Discurso no Acto de Posse dos Corpos Gerentes — *Eduardo Neves* 130: 59, 1970.
- D. Nuno em Lisboa. Lição dada no Ateneu Comercial de Lisboa, em 17 de Março de 1961 — *Paulo Caratão Soromenho* 136: 105, 1973.
- Do Meu Varandim: Mensagem. Soneto. — *Nariade Galvão* 132: 56 e 59, 1971.
- Doces Lembranças do Convento de Odivelas — *Paulo Caratão Soromenho* 130: 69, 1970.
- Doces Lembranças do Convento de Odivelas (Anotação) — *Paulo Caratão Soromenho* 135: 138, 1972.
- Dois Brasões Anómalos — *A. Meyrelles do Souto* 133: 88, 1971.
- Doutor Eduardo Neves — *Paulo Caratão Soromenho* 136: 3, 1973.
- Dr. Albino Francisco de Figueiredo e Almeida — *Abílio Mendes do Amaral* 132: 26, 1971.
- Duas Grandes Figuras Lisboetas: Ricardo Severo e Silvestre Pinheiro Ferreira — *Júlio Eduardo dos Santos* 127-128: 115, 1969.
- Eborenses em Lisboa — *Manuel Carvalho Moniz* 132: 6, 1971.
- Edições do Grupo Amigos de Lisboa e Outras Obras, de Tema Olisiponense, de Alguns Associados 121-122: 159, 1968.
- Em Defesa do Valor Artístico dos Templos da Capital. Representação enviada a Sua Eminência o Cardeal Patriarca — *Júlio Eduardo dos Santos e Paulo Caratão Soromenho* 129: 3, 1970.
- O Épico. Corrigenda — *Paulo Caratão Soromenho* 123-124: 191, 1968.
- A Ermida de Nossa Senhora da Escada nas Suas Relações com a Igreja e o Convento de São Domingos — *Manuel Hermenegildo Lourinho* 134: 32, 1972.
- Erro na Datação de «Olisipo» 136: 173, 1973.
- Os Escritores Lisboetas Sebastião Xavier Botelho e Marquês de Faria [Resumo] — *Júlio Eduardo dos Santos* 123-124: 232, 1968.
- Estimados Consócios: «Absque sudore et labore nulum perfectum est» — *Inocência Castelhana* 137-138: 3, 1974-1975.

- Evocação da Obra de D. Ema Romero Santos Fonseca da Câmara Reys — *Júlio Eduardo dos Santos* 125-126: 56, 1969.
- Exposição Bibliográfica na Sede do Grupo Amigos de Lisboa — *Júlio Eduardo dos Santos* 127-128: 127, 1969.
- Feira da Ladra. Cidadela de Cascais — *Francisco d'Assis Oliveira Martins* 123-124: 242, 1968.
- Feira da Ladra. A Mesa do Arquitecto Manuel da Maia — *Julieta Ferrão* 125-126: 82, 1969.
- Feira da Ladra. Uma Bela Obra (de Tema Olisiponense) de Jorge Colaço Inaugurada em Braga, Decorridos Três Decénios sobre o Falecimento do Artista — *Júlio Eduardo dos Santos* 132: 79, 1971.
- Feira da Ladra. Algumas Resoluções, Determinações e Outras Intervenções da Câmara Municipal de Lisboa no Ano de 1837 — *Manuel Hermenegildo Lourinho* 133: 128, 1971.
- Feira da Ladra. O Costume da Mudança de Residência — *Paulo Caratão Soromenho* 123-124: 241, 1968.
- Feira da Ladra: Compilação — *Paulo Caratão Soromenho* 139-140: 122, 1976-1977.
- O Costume da Mudança de Residência — *Eduardo de Noronha* 139-140: 122, 1976-1977.
- As Amêndoas [do *Diário de Notícias*, de 25 de Março de 1875] 139-140: 122, 1976-1977.
- O Largo de Martim Moniz — *Beatriz Costa* 139-140: 123, 1976-1977.
- A «Rua dos Aventureiros» — *José Moreira Campos* 139-140: 123, 1976-1977.
- A «Travessa dos Giraldes» — *Luís Bivar Guerra* 139-140: 124, 1976-1977.
- Feira da Ladra. Ficheiro. 45. Ginásio do Alto do Pina. 46. Andorinha Futebol Clube. 47. Grupo Desportivo e Escolar «Os Combatentes» 123-124: 240, 1968.
48. Núcleo dos Antigos Alunos da Escola Comercial Veiga Beirão. 49. Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro. 50. Grupo Desportivo da Pena 125-126: 81, 1969.
51. Sociedade de Instrução e Beneficência José Estêvão. 52. Grupo Escolar Instrução Nova. 53. Clube Philips 127-128: 135, 1969.
54. Grupo Desportivo do Calhariz de Benfica. 55. Tertúlia Edípica. 56. Os Galos Unidos 129: 41, 1970.
57. Academia dos Amadores de Música. 58. Sociedade de Ciências Médicas 130: 99, 1970.

59. Banda de Música da Fábrica da Vista Alegre.
60. Associação Operária de Palma e Arredores.
61. Liga dos Combatentes 131: 124, 1970.
62. Sociedade Propaganda de Portugal. 63. «Gravura»
— Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugue-
ses. 64. Asilo de São João 132: 78, 1971.
65. Centro de Alegria no Trabalho do Pessoal do Serviço
Meteorológico. 66. Associação Portuguesa de Mu-
seologia. 67. Grupo Desportivo do Banco Espírito
Santo e Comercial de Lisboa 133: 127, 1971.
68. Clube Desportivo Império do Cruzeiro. 69. Associa-
ção Protectora da Primeira Infância. 70. Socie-
dade Filarmónica Recordação de Apolo 135: 143, 1972.
71. Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no
Comércio e na Indústria. 72. Associação Humanitá-
ria dos Bombeiros Voluntários da Cruz de Malta.
73. Palmeiras Lisboa Clube 136: 172, 1973.
74. Academia Musical do Pessoal do Comando-Geral de
Artilharia. 75. Tarujense Futebol Clube. 76. Aca-
demia Recreativa Francisco Gomes Lopes — *Zaca-
rias da Silva* 137-138: 102, 1974-1975.
- A Fonte Santa na Lenda e na História — *Abílio Mendes do Amaral* 134: 46, 1972.
- Gago Coutinho, Geógrafo — *Manoel Affonso Dias* 135: 117, 1972; 136: 136, 1973.
- O Grupo dos Amigos de Olivença visitou o Grupo dos Amigos de
Lisboa [Em 12 de Dezembro de 1974] — *Paulo Caratão
Soromenho* 137-138: 79, 1974-1975.
- Herculano em Vale de Lobos — *Paulo Caratão Soromenho* 139-140: 21, 1976-1977.
- História da Igreja e Convento de São Domingos de Lisboa —
Manuel Hermenegildo Lourinho 137-138: 48, 1974-1975.
- Homenagem a Sua Excelência o Presidente da Exma. Câmara
Municipal de Lisboa, Eng.º Fernando Santos e Castro [E
Agradecimento] 133: 85, 1971.
- Hugo Coutinho Raposo — *Eduardo Neves* 127-128: 85, 1969.
- A Igreja e o Convento de São Domingos de Lisboa — *Manuel
Hermenegildo Lourinho* 133: 115, 1971.
- A Igreja de São Domingos de Lisboa — *Manuel Hermenegildo
Lourinho* 136: 38, 1973.

Igreja de São Domingos — <i>Fernanda Mouzinho de Albuquerque</i>	131: 103, 1970.
Índice dos Artigos Não Assinados, Documentos e Transcrições e Artigos Anónimos Insetos na Secção «Feira da Ladra» [De 1938 a 1967] — <i>Júlio Eduardo dos Santos</i>	121-122: 43, 1968.
Índice dos Assuntos, e Adenda Consagrada à Acção Cultural do Grupo [De 1938 a 1967] — <i>Júlio Eduardo dos Santos</i>	121-122: 51, 1968.
Índice dos Autores [De 1938 a 1967] — <i>Júlio Eduardo dos Santos</i>	121-122: 5, 1968.
Índice Geral de «Olisipo» [N.ºs 1 a 120, de 1938 a 1967] — <i>Júlio Eduardo dos Santos</i>	121-122: 1, 1968.
Índice das Ilustrações [De 1938 a 1967] — <i>Júlio Eduardo dos Santos</i>	121-122: 133, 1968.
Índice de 1968	123-124: 243, 1968.
Índice de 1969	127-128: 137, 1969.
Índice de 1970	131: 126, 1970.
Índice de 1971	133: 129, 1971.
Índice de 1972	134 e 135: 1 e 1, 1972.
Índice de 1973	136: 1, 1973.
Índice de 1974-1975	137-138: 1, 1974-1975.
Índice de 1976-1977	139-140: 1, 1976-1977.
Informação [Sobre isenção da quota]	139-140: 146, 1976-1977.
A Lenda de D. Fuas Roupinho e do Santuário do Sítio da Na- zaré — <i>A. Silva Ascenso</i>	132: 46, 1971.
Lisboa [Poema] — <i>Anna-Maria Pereira da Gama</i>	136: 128, 1973.
Lisboa! [Poema] — <i>Inocência Castelhana</i>	136: 130, 1973.
Lisboa em Alguns Ex-Líbris — <i>Mário Vinhas</i>	137-138: 33, 1974-1975.
Lisboa e a Base Romana da Linha do Tejo — <i>Leonel Ribeiro</i>	133: 101 e 124, 1971.
Lisboa, Capital das Especiarias — <i>José Cassiano Neves</i>	136: 26, 1973.

- Lisboa na Comemoração do Tricentenário da Morte de Luís de Camões [Textos de *Luciano Cordeiro, J. P. Oliveira Martins e Ramalho Ortigão*]—*Francisco d'Assis Oliveira Martins* 137-138: 61, 1974-1975.
- Lisboa, a Ditosa—*Jorge Gomes Fernandes* 137-138: 39, 1974-1975.
- Lisboa Moura—*Paulo Caratão Soromenho* 137-138: 20, 1974-1975.
- Lisboa Quinhentista na Correspondência de Inácio de Azevedo—*Ernesto Domingues* 136: 78, 1973.
- Lisboa Romana e Visigótica—*Fernando de Almeida* 137-138: 8, 1974-1975.
- Lisboa nos Versos de António Nobre—*António Brochado Rodrigues* 136: 131, 1973.
- Lisboa Vista pelos Estrangeiros. O Cadete da Marinha Alemã Henning-Georg Bess Conta as Suas Impressões na Imprensa de Wilhelmshaven—*Júlio Eduardo dos Santos* 123-124: 192, 1968.
- O Lisboeta Gago Coutinho, Marinheiro, Aviador e Geógrafo—*Silva Horta* 125-126: 3, 1969.
- Louças, Vidros e Cristais Antigos—*Eduardo Neves* 125-126: 70, 1969.
- Luís Chaves [Por lapso de revisão não foi indicado no Sumário do número de «Olisipo», a que pertence]—*Paulo Caratão Soromenho* 139-140: 96, 1976-1977.
- Luís Pastor de Macedo—*Júlio Eduardo dos Santos* 133: 83, 1971.
- Manuel da Maia, Marechal de Campo—*Correia de Matos* ... 125-126: 52, 1969.
- Os Meios de Informação e o Grupo Amigos de Lisboa: Entrevista com o Doutor Eduardo Neves; O Ex-Líbris do nosso Grupo; A RTP visita os Amigos de Lisboa—*Paulo Caratão Soromenho* 136: 166, 1973.
- A Mesa do Arquitecto Manuel da Maia—*Julieta Ferrão* 125-126: 82, 1969.
- Mosteiro dos Jerónimos (Visão Eterna) [Poema]—*Alípio Furtado* 139-140: 89, 1976-1977.
- Museu da Liga dos Bombeiros Portugueses [Horário] 139-140: 124, 1976-1977.
- No Primeiro Centenário do Nascimento de Teixeira de Pascoais—*António Brochado Rodrigues* 139-140: 61, 1976-1977.

- O nome «Lisbon» nos Estados Unidos da América — *João Vidago* 132: 42, 1971.
- Notas Familiares de Gustavo de Matos Sequeira — *Luís de Oliveira Guimarães* 139-140: 43, 1976-1977.
- Nun'Álvares [Poema] — *Laura de Aviz* 123-124: 237, 1968.
- As «Obras Completas» de Santo António de Lisboa — *Júlio Eduardo dos Santos* 132: 52, 1971.
- Obras Literárias Recebidas [no Grupo] — *Eduardo Neves* 129: 40, 1970.
- Ofertas [ao G. A. L.] 132: 77, 1971.
- A Oratória Sagrada Lisboeta nos Séculos XVII e XVIII (A propósito do Tricentenário do Nascimento do Padre Manuel Consciência) — *Júlio Eduardo dos Santos* 125-126: 73, 1969.
- O Paço da Praça do Comércio — *Francisco Santana* 139-140: 69, 1976-1977.
- O «Padre Govea» e os Meninos de Palhavã — *Abílio Mendes do Amaral* 127-128: 87, 1969.
- Palácio dos Marquês de Gouveia — *Abílio Mendes do Amaral* 125-126: 16, 1969.
- Parecer da Comissão de Contas 123-124: 230, 1968; 125-126: 68, 1969; 129: 27, 1970; 132: 69, 1971; 134: 71, 1972; 136: 191, 1973; 137-138: 109, 116 e 126, 1974-1975; 139-140: 131 [erro de paginação: 132] e 144, 1976-1977.
- Perfil de Uma Mulher [Marquesa de Alorna] — *José Cassiano Neves* 133: 96, 1971.
- Pinharanda Gomes — *Paulo Caratão Soromenho* 123-124: 196, 1968.
- Plano Director de Lisboa: Mensagem do Grupo Amigos de Lisboa à Excelentíssima Câmara Municipal 123-124: 173, 1968.
- Poemas de Júlio de Castilho e de Outros Portugueses, dos Quais Sete Lisboetas, Traduzidos em Sueco — *Júlio Eduardo dos Santos* 130: 61, 1970.
- Poesias Olisiponenses. Um Amigo de Lisboa — *Alberto Carlos Portela* 125-126: 61, 1969.
- Poesias Olisiponenses — *Teodoro Lopes Ramos e Christina Bérens Freire* 123-124: 223, 1968.

- Poesias Odisiponenses. À Minha Bela Cidade — *Christina Bérens Freire* 127-128: 132, 1969.
- Poesias Odisiponenses. Justas na Rua Nova — *Júlio de Castilho* 129: 22, 1970.
- O Povo «Campaniforme» da Península de Lisboa — *Veiga Ferreira* 130: 47, 1970.
- Prédios Legados pelo Comendador João Maria Ferreira — *Leonel Ribeiro* 137-138: 99, 1974-1975.
- Prezados Consócios [Dois pedidos pela Junta Directiva] 139-140: 25, 1976-1977.
- Querida Lisboa [Poema] — *Christina Bérens Freire* 130: 68, 1970.
- A Questão de Olivença — *Ricardo Rosa y Alberty* 137-138: 79, 1974-1975.
- Recordações de Lisboa Romana e de Lisboa Oitocentista [Trechos de «Tragédias de Lisboa»] — *Leite Bastos* 139-140: 99, 1976-1977.
- Recordando Dois Notáveis Cantores Lisboetas, Grandes Intérpretes de «Falstaff» e de «Dom João», Óperas de que Actualmente o Teatro Nacional de São Carlos Está Apresentando Novas Encenações — *Júlio Eduardo dos Santos* 131: 113, 1970.
- Relatório da Junta Directiva 123-124: 225, 1968; 125-126: 62, 1969; 129: 23, 1970; 132: 63, 1971; 134: 65, 1972; 136: 181, 1973; 137-138: 104, 110 e 121, 1974-1975; 139-140: 125 e 136, 1976-1977.
- Resposta do Patriarcado de Lisboa à Mensagem Enviada pelo Grupo a Sua Eminência 129: 9, 1969.
- Resposta da Presidência da Exma. Câmara Municipal de Lisboa à Mensagem sobre o Plano Director de Lisboa 129: 10, 1970.
- Resumo de «Lisboa e a Base Romana da Linha do Tejo» — *Leonel Ribeiro* 133: 124, 1971.
- Roteiro Fraseológico de Lisboa — *Paulo Caratão Soromenho* ... 136: 7, 1973.
- Roteiro Fraseológico de Lisboa (Apontamento) — *Paulo Caratão Soromenho* 137-138: 27, 1974-1975.
- Roteiro Fraseológico de Lisboa (Notas Complementares) — *Paulo Caratão Soromenho* 139-140: 26, 1976-1977.
- Ruínas do Teatro Romano — *Eduardo Neves* 127-128: 136, 1969.

- Representação à Exma. Câmara Municipal de Lisboa sobre a Indispensabilidade de Concluir-se a Impressão da Obra do Grande Olisipógrafo Júlio de Castilho, Intitulada «Memórias de Castilho (Seu Pai)» — *Eduardo Neves* 132: 3, 1971.
- São Vicente, Maravilhoso Padrinho da Lusa Capital (Argumento Literário para o Filme do Centenário) — *Pe. Francisco Santos Costa* 135: 93, 1972.
- Sarau de Homenagem a Carlos Gomes [em 5 de Abril de 1897] — *Eduardo Neves* 123-124: 234, 1968.
- Saudação [aos Amigos de Lisboa] — *Basilio Gil Fernandes* 129: 34, 1970.
- A Sepultura de Pedro Álvares Cabral na Igreja da Graça, de Santarém, e o Cenotáfio do Panteão Nacional de Lisboa — *Júlio Eduardo dos Santos* 129: 16, 1970.
- O Sim e o Não da Alma Portuguesa — *Leonel Ribeiro* 134: 16, 1972.
- Situação de Santo António na Filosofia Portuguesa — *Pinharanda Gomes* 123-124: 198, 1968.
- Sobre as Medalhas Comemorativas de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal — *Anna-Maria Pereira da Gama* 136: 31, 1973.
- Sociedade Nacional de Música de Câmara — *Júlio Eduardo dos Santos* 127-128: 130, 1969.
- Subsídios para a História da Igreja de Jesus — *Fernando Castelo Branco* 137-138: 44, 1974-1975.
- O Teatro do Ginásio — *Luís de Oliveira Guimarães* 130: 53, 1970.
- Testamento — *João Maria Ferreira* 137-138: 100, 1974-1975.
- Um Grande Amigo de Lisboa [Doutor Eduardo Neves. Transcrito do «Diário de Notícias», de 1 de Agosto de 1973] 136: 5, 1973.
- Uma Igreja de Linhas Modernas com Profundos Alicerces na História — *Mariac Dimbla* 136: 161, 1973.
- Uma Poesia de Henrique Lopes de Mendonça — *Alfredo Mota* 137-138: 97, 1974-1975.
- Uma Proclamação aos Lisbonenses em 1808 — *Manuel Herme-negildo Lourinho* 132: 37, 1971.
- Visita aos Olhos de Água — *Amílcar de Melo* 123-124: 218, 1968.
- Vistas Desconhecidas de Portugal num Museu Polaco — *Adão C. Zielinski* 139-140: 90, 1976-1977.

III. ILUSTRAÇÕES

NAS CAPAS:

	N.ºs
Emblema do Grupo «Amigos de Lisboa», de Almada Negreiros	121/122.
Uma quinta dos Olivais à Rua Mariano de Carvalho, de José A. Videira	123/124.
Jardim de S. Pedro de Alcântara, de José A. Videira	125/126.
Palácio Azevedo Coutinho, Alfama, de José A. Videira	127/128.
Olivais: Antiga sede da Sociedade Filarmónica, já demolida, de José A. Videira	129.
S. Pedro de Alcântara, de José A. Videira	130.
Igreja de S. João de Deus, no dia da sua inauguração, de José A. Videira	131.
Largo do Menino-Deus, ao Castelo de S. Jorge, de José A. Videira	132.
Capela da Quinta da Laje ou do Secretário da Casa Real, aos Olivais, de José A. Videira	133.
Casa onde faleceu Camões, segundo tradição documental, na Calçada de Santana, de José A. Videira	134.
Casa seiscentista, Alfama, de António Cristino	135.
Igreja de S. Vicente de Fora, vista do Pátio de D. Fradique, de José A. Videira	136.
Pátio de D. Fradique, de José A. Videira	137/138.
Chalé da Avenida Conselheiro Barjona de Freitas, Benfica, para de- molição, de José A. Videira	139/140.

VINHETAS (legendadas):

Arcos das Águas Livres	121-122: 39, 1968.
	133: 84, 1971.
	135: 137, 1972.
	136: 135, 1973.
	137-138: 43, 1974-1975.
	139-140: 47, 1976-1977.
Casal do Zé Marques, Paço de Cortes, Olivais	121-122: 82, 1968.
	137-138: 93 e 96, 1974-1975.
Portela de Sacavém	123-124: 197, 1968.
	125-126: 61, 1969.
	129: 39, 1970.
	132: 70, 1971.
	137-138: 32, 1974-1975.
Beco do Maldonado, Castelo de S. Jorge	127-128: 127, 1969.
	132: 62, 1971.
	137-138: 103, 1974-1975.
Restos do Arco do Cego	131: 106, 1970.
	132: 55, 1971.
	136: 30, 1973.
Quinta da Fonte do Anjo	132: 75, 1971.
	134: 31, 1972.
	137-138: 38, 1974-1975.
São Cornélio, aos Olivais	133: 132, 1971.
	134: 64, 1972.
	136: 25, 1973.
Beco, ao Largo dos Olivais	137-138: 120, 1974-1975.

Observação: As vinhetas legendadas são do artista Senhor Dr. José A. Videira; as do artista Senhor Figueiredo Sobral não têm legendas.

Cerimónias (Conferências, sessões, encontros), ordenadas segundo a publicação em *Olisipo*:

O Prof. Armando de Lucena proferindo a sua conferência «Se-
queira na arte do seu tempo», e a mesa que presidiu123-124: 233, 1968.

A mesa da conferência do Capitão-de-Fragata Silva Horta sobre
«O Lisboaeta Gago Coutinho» 125-126: 5, 1969.

O Capitão-de-Fragata Silva Horta proferindo a sua conferência	125-126: 9, 1969.
A mesa da conferência do Eng.º Júlio Eduardo dos Santos «A Oratória Sagrada Lisboaeta dos séculos XVII e XVIII»	125-126: 74, 1969.
João Perry Vidal, ilustrador da conferência do Eng.º Júlio Eduardo dos Santos	125-126: 75, 1969.
Acto inaugural da exposição camoniana do Comodoro Alfredo Mota	125-126: 76, 1969.
A mesa da sessão comemorativa do centenário de Vieira da Silva	129: 36, 1970.
O Dr. Octávio da Veiga Ferreira proferindo a sua conferência «O Povo do Campaniforme na Península de Lisboa»	129: 38, 1970.
Alguns dos Convivas à saída da Ponderosa	130: 94, 1970.
O Dr. Oliveira Guimarães proferindo a sua conferência «O antigo Teatro do Ginásio»	130: 95, 1970.
Parte da assistência na conferência do Dr. Oliveira Guimarães	130: 96, 1970.
O Dr. Paulo Caratão Soromenho proferindo a sua conferência «Doces Lembranças do Convento de Odivelas»	130: 97, 1970.
O Doutor Eduardo Neves discursando no almoço do Hotel da Nazaré	132: 72, 1971.
Acto inaugural da exposição de diapositivos da Dr.ª Anna-Maria Pereira da Gama	132: 73, 1971.
A mesa de honra no almoço do Hotel Tivoli	132: 74, 1971.
Visita à sede da Associação Lisbonense de Proprietários	132: 75, 1971.
O Dr. Paulo Caratão Soromenho expõe as circunstâncias do achado de arte rupestre tagana	135: 141, 1972.
O Presidente do Grupo Amigos do Porto discursando na nossa sede	135: 141, 1972.
O Dr. José Cassiano Neves discursando na recepção aos Amigos do Porto	135: 142, 1972.
Amigos de Lisboa e do Porto confraternizam	135: 142, 1972.
Homenagem a Alfredo Marceneiro	136: 176, 1973.
A mesa na homenagem a Alfredo Marceneiro	136: 176, 1973.

Alfredo Marceneiro — uma voz de Lisboa	136: 177, 1973.
Um aspecto da assistência na homenagem a Alfredo Marceneiro	136: 177, 1973.
Dois aspectos da visita às Aldeias S. O. S.	136: 179, 1973.
A mesa na conferência de Ápio Garcia sobre Camilo ...	137-138: 94, 1974-1975.
Momentos da homenagem a Camões	137-138: 118, 1974-1975.
Outro momento da homenagem a Camões	137-138: 119, 1974-1975.
<i>Locais e monumentos</i> (total ou parcialmente reproduzidos), agrupados por temas ou conforme os estudos em que se integram:	
A Alfama por onde Camões deambulou (gravura de Bráunio de 1596)	134: 6, 1972.
Almada — vista geral do lado do Rio Tejo (de Napoleão Orda)	139-140: 92, 1976-1977.
Aqueduto das Águas Livres (in <i>História de Portugal</i> , de José Carlos Amado)	134: 57, 1972.
Arco de Jesus, em Alfama [E não Porta do Mar]	125-126: 25, 1969.
Arte Rupestre Tagana:	
Os núcleos de Arte Rupestre no Vale do Tejo	135: 76, 1972.
O banco de xistos no Fratel, em cujas superfícies foram feitas as gravuras	135: 79, 1972.
Núcleo do Fratel: espiral	135: 80, 1972.
O cachão do Algarve, com o Tejo alto	135: 81, 1972.
Cachão do Algarve: o jogo das formas, círculos concêntricos	135: 83, 1972.
Cachão do Algarve: zoomorfos associados a circunferências	135: 85, 1972.
Cachão do Algarve: nas lajes de xistos um verdadeiro exercício de geometria	135: 88, 1972.
Símbolos astrais do grupo do Chão da Velha	135: 89, 1972.
Nos xistos do Chão da Velha, um tema constante: os zoomorfos entre círculos e linhas curvas	135: 91, 1972.
Azulejos do Banco Fonseca, Santos & Viana: Nossa Senhora da Misericórdia	137-138: 37, 1974-1975.

- Barotze: Fronteira, segundo a sentença arbitral do Rei de Itália,
em 30 de Maio de 1905..... 136: 144, 1973.
- Barotze: Ponto de partida para a delimitação da fronteira 136: 147, 1973.
- Barotze: Tripé de 18 m. do marco L.19 da fronteira 136: 149, 1973.
- Barotze: Estação do marco II da fronteira 136: 151, 1973.
- Barotze: Construção do marco L.5, na margem esquerda do Rio
Makondo, na fronteira 136: 153, 1973.
- Barra do Tejo, com a Torre de Belém e o Palácio da Ajuda
(de Napoleão Orda) 139-140: 93, 1976-1977.
- Barragem imaginada sobre o que viu Francisco d'Olanda, «Da
fábrica que falece...», Lisboa, 1571 137-138: 16, 1974-1975.
- Barragem entre duas torres «modernas» e a entrada de Caneças
137-138: 16, 1974-1975.
- Brasão de D. Pedro Pueros, bispo eleito de Miranda 133: 91, 1971.
- Brasão de D. Jerónimo Fernando, bispo do Funchal 133: 93, 1971.
- Brasão existente em Moimenta 135: 104, 1972.
- Capela dos Remédios, em Alfama 134: 7, 1972.
- Casa onde o Dr. Bento de Moura Portugal passou a sua infância 135: 105, 1972.
- Casa onde Camões terá falecido (Reproduzido da *História de
Portugal*, de Pinheiro Chagas) 134: 12, 1972.
- Castelo de S. Jorge 123-124: 244, 1968.
- Castelo de S. Jorge: Alçácova (gravura de Simão Beninc, dos
princípios do séc. XVI) 134: 10, 1972.
- Convento dos Capuchos — Entrada (de Napoleão Orda) 139-140: 94, 1976-1977.
- Convento dos Capuchos — Vista do lado do pátio 139-140: 94, 1976-1977.
- Convento dos Capuchos — Vista parcial do refeitório ao ar livre
139-140: 95, 1976-1977.
- Convento do Varatojo 127-128: 90, 1969.

D. Nuno em Lisboa:

- Paço de Apar S. Martinho (actualmente o edificio do Limoeiro) 136: 107, 1973.
- Portas de Santa Catarina (actualmente Largo do Chiado) 136: 108, 1973.
- Mosteiro de Santos (actualmente Igreja de Santos e Legação da França) 136: 108, 1973.
- Ponte [e não Porta] de Alcântara (actualmente Largo de Alcântara) 136: 109, 1973.
- Porta de S. Vicente (actualmente Outeirinho da Amendoeira) 136: 110, 1973.
- Casas nobres dos Bispos, ao Castelo (actualmente Praça Nova — Porta de Martim Moniz) 136: 110, 1973.
- Porta de Santo Antão (actualmente Travessa do Forno) 136: 111, 1973.
- Olivais (actualmente Rua de S. Lázaro) 136: 111, 1973.
- Rua Nova (actualmente confluência das ruas do Ouro e do Comércio) 136: 112, 1973.
- Local de desembarque de Nun'Álvares (actualmente Terreiro do Paço) 136: 113, 1973.
- Nossa Senhora da Escada (actualmente Largo de S. Domingos) 136: 114, 1973.
- Paço da Alcáçova (actualmente Praça Sul do Castelo) ... 136: 114, 1973.
- Mosteiro do Carmo 136: 115, 1973.
- Rossio: Lado do Nascente 136: 115, 1973.
- Mosteiro de São Vicente de Fora 136: 116, 1973.
- Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo ... 136: 117, 1973.
- Igreja do Santo Condestável 136: 117, 1973.
- Ermida de S. João, na Serra de Montejunto 123-124: 236, 1968.
- Fonte Santa (Como era) 134: 49, 1972.
- Fonte Santa: Sem tanques nem a música das bicas 134: 63, 1972.
- Grupo Amigos de Lisboa: sede no Chiado 121-122: 49, 1968.
- Grupo Amigos de Lisboa: sede no Largo Trindade Coelho 121-122: 49, 1968.
- Igreja de Jesus 137-138: 45, 1974-1975.
- Igreja de S. Domingos. Solução urbanística do local, proposta pelo artista Óscar Pinto Lobo. Perspectiva do templo, quando reconstruído 131: 105, 1970.
- Lápide de Camões (of. pelo Grupo) 137-138: 76, 1974-1975.
- Lápides de Camões (do Grupo e da Câmara Municipal de Lisboa) 137-138: 77, 1974-1975.
- A Lisboa que Camões conheceu (gravura de Bráunio de 1572) ... 134: 5, 1972.
- Memória *ainda de pé* a assinalar o Chão Salgado, em Belém 125-126: 29, 1969.

- Mosteiro de Odivelas em 1886 130: 69, 1970.
- Mosteiro de Odivelas: Casa de D. Dinis 130: 77, 1970.
- Mosteiro de S. Vicente de Fora 127-128: 100, 1969.
- O Órgão da Igreja de São Roque (em 1940) 127-128: 111, 1969.
- Paço da Praça do Comércio: local onde foi mais tarde o Paço
139-140: 72, 1976-1977.
- Palácio de D. Martinho de Mascarenhas, no actual Largo do
Marquês do Lavradio 125-126: 20, 1969.
- Palácio do Duque de Aveiro - Marquês de Gouveia, em Azeitão 125-126: 28, 1969.
- Palácio de Palhavã 127-128: 92, 1969.
- Poço da antiga galeria de 1782, da Serra de Montejunto ... 123-124: 238, 1968.
- Porta do Mar, a S. João da Praça [É o Arco de Jesus e não a
Porta do Mar] 125-126: 25, 1969.
- Praça do Comércio (de Napoleão Orda) 139-140: 92, 1976-1977.
- Quinta dos Azulejos em 1862 139-140: 113, 1976-1977.
- Quinta dos Azulejos na actualidade 139-140: 115, 1976-1977.
- Quinta dos Azulejos: traseiras e jardim 139-140: 116, 1976-1977.
- Sileno do Teatro Romano (Jardim do Marquês de Rio Maior)
137-138: 13, 1974-1975.
- Sintra — Vista geral (de Napoleão Orda) 139-140: 93, 1976-1977.
- Teatro do Ginásio em 1863 130: 55, 1970.
- Teatro do Ginásio em 1925 130: 56, 1970.
- Termas romanas de Lisboa (Fantasia do artista Severino)
139-140: 101, 1976-1977.
- Túmulo de D. António de Bragança (em S. Vicente de Fora) 127-128: 95, 1969.

Mapas e plantas:

- Angola: Esboço cartográfico de Noqui ao Vunda cons-
truído com os elementos colhidos pelas missões da
demarcação da fronteira Angola-Estado Independente do Congo, em 1901 135: 124, 1972.

Lisboa:

- Esquema da localização do nome *Lisbon* nos Estados Unidos 132: 45, 1971.
Mapas do estudo «Lisboa e a Base Romana da Linha do Tejo», pelo Dr. Leonel Ribeiro 133: 102 (I), 106 (II e III), 111 (IV e V), 1971.
Fragmento da planta topográfica de Lisboa, mostrando a cerca moura e o esteiro do Tejo, que penetrava pelo vale da Baixa (de Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa*) 137-138: 23, 1974-1975.
A zona do Terreiro do Paço (sobreposição da planta actual e da anterior ao terremoto) 139-140: 74, 1976-1977.
Trecho da planta de Lisboa, que indica o local onde funcionou a Aula do Comércio 139-140: 85, 1976-1977.
O Rossio, S. Domingos, Santo Antão e Mouraria: sítios camonianos (Planta de Tinoco, 1650) 134: 9, 1972.
Planta da Igreja de S. Domingos em 1 de Novembro de 1755 136: 43, 1973.

Moçambique: Triangulação 135: 123, 1972.

Objectos:

- Chávenas apresentadas na Exposição de Louças, Vidros e Cristais Antigos 125-126: 72, 1969.
Prato inglês com legenda e decoração maçónica 125-126: 71, 1969.
Terrina da Companhia das Índias 125-126: 71, 1969.
Medalha de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal: à esquerda, exemplar de 1648; à direita, a sua reprodução em 1946 136: 32, 1973.

Reprodução de textos e outros documentos, ordenados segundo a publicação:

- Edições da Câmara Municipal de Lisboa. Homenagem dos Amigos de Lisboa à Exma. Câmara Municipal de Lisboa 121-122: 41, 1968.
Homenagem dos Amigos de Lisboa à Firma Ramos, Afonso & Moita, Limitada 121-122: 131, 1968.
Página do livro manuscrito de receitas do Mosteiro de Odivelas 130: 71, 1970.
Frontispício para o primeiro volume das *Gazetas* de Montarroio 130: 89, 1970.
Primeira página do primeiro número da *Gazeta*, de 1715 130: 91, 1970.
Guia de Marcha com que Gago Coutinho se apresentou para a sua primeira missão de geografia no Ultramar 135: 119, 1972.

A última página do Relatório, em que Gago Coutinho dá contas à Comissão de Cartografia dos seus trabalhos na fronteira de Timor	135: 121, 1972.
Vista panorâmica de Lisboa: iluminura da <i>Crónica de D. Afonso Henriques</i> , por Duarte Galvão (1505)	136: 27, 1973.
Autógrafos de Júlio de Castilho	136: 72-75, 1973.
Ex-líbris de Manuel Chaves Caminha	137-138: 34, 1974-1975.
Ex-líbris de M. A. Rodrigues	137-138: 34, 1974-1975.
Ex-líbris de Leiria Dias	137-138: 35, 1974-1975.
Manuscrito da tradução em catalão do soneto «Alma minha, gentil»	139-140: 4, 1976-1977.
Manuscrito da tradução em galego do soneto «Alma minha, gentil»	139-140: 5, 1976-1977.
Homenagem a Luís de Camões, do compositor Alfredo Gazul (Manuscrito)	139-140: 57, 1976-1977.
Princípio de uma ária da ópera <i>Lelia</i> , de Alfredo Gazul (manuscrito)	139-140: 58, 1976-1977.
Versos de Vicente Arnoso e Afonso Lopes Vieira (manuscrito)	139-140: 66, 1976-1977.
Soneto de Fausto Guedes Teixeira (manuscrito)	139-140: 68, 1976-1977.

Retratos, dispostos por ordem alfabética do primeiro nome indicado:

Alberto Gomes (Dr.)	130: 45, 1970.
Albino Francisco de Figueiredo e Almeida (Dr.)	132: 27, 1971.
Alfredo Gazul, aos 36 anos	139-140: 49, 1976-1977.
Alfredo Gazul, aos 50 anos	139-140: 50, 1976-1977.
Alfredo Gazul, na ópera <i>A Favorita</i>	139-140: 51, 1976-1977.
Alfredo Gazul, na ópera <i>Elixir de Amor</i>	139-140: 51, 1976-1977.
Alfredo Gazul, em 1908	139-140: 59, 1976-1977.
António Aluísio Jérvys Pereira	136: 163, 1973.
António de Andrade (tenor)	131: 120, 1970.
António Nobre, em 1888	136: 132, 1973.
Padre António Vieira	132: 61, 1971.
Bento de Moura Portugal (em Moimenta da Serra)	135: 110, 1972.
Camões (Retrato de Goa, de 1581)	134: 14, 1972.
D. Carolina Augusta de Castro e Silva	135: 138, 1972.
Condessa d'Oeynhausen (cópia de um retrato de 1781) ..	133: 97, 1971.
Eduardo Augusto da Silva Neves (Doutor)	136: 3, 1973.
Francisco de Andrade, no <i>Barbeiro de Sevilha</i>	131: 119, 1970.
D. Francisco de Sousa Coutinho	131: 114, 1970.
D. Francisco de Sousa Coutinho (barítono) na ópera <i>Palhaços</i>	131: 115, 1970.
D. Francisco de Sousa Coutinho, em <i>Rigoletto</i>	131: 116, 1970.
D. Francisco de Sousa Coutinho (Busto pelo escultor alemão G. F. Berlein)	131: 117, 1970.

Frei Gaspar da Encarnação	127-128: 98, 1969.
Hugo Coutinho Raposo	127-128: 85, 1969.
Júlio de Castilho	130: 63, 1970.
Luís Pastor de Macedo	133: 83, 1971.
Manuel da Maia (Marechal de Campo)	125-126: 52, 1969.
Ricardo Severo	127-128: 117, 1969.
S. Vicente Mártir	135: 95, 1972.
S. Vicente (Seu <i>Livro de Horas</i> , de D. Manuel I)	135: 96, 1972.
S. Vicente (Sua veneração, segundo Nuno Gonçalves. Có- pia do artista espanhol Juan Renau Berenguer)	135: 98, 1972.
Silvestre Pinheiro Ferreira	127-128: 120, 1969.

